ANAIS

I Conferência Nacional de Economia Solidária

Brasília, 26 a 29 de junho de 2006

Economia Solidária

como estratégia e política de desenvolvimento

economia solidária

ANAIS

I Conferência Nacional de Economia Solidária

Brasília, 26 a 29 de junho de 2006

Economia Solidária
como estratégia e política de desenvolvimento

economia solidária

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

LUIZ MARINHO
Ministro de Trabalho e Emprego - MTE

GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAUL ISRAEL SINGER
Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES

Índice

Ao Leitor.....5
Apresentação.....7
Introdução.....8
Abertura Oficial
- Representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Organizações (Niro Barrios);.....22
- Secretário Nacional da Economia Solidária (Paul Singer).....23
- Ministro do Trabalho e Emprego (Luiz Marinho).....24
- Presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva).....26

Mensagem de Boas-Vindas
- Secretário Nacional de Economia Solidária (Paul Singer).....31
- Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Márcia Lopes).....31
- Secretário do Desenvolvimento Territorial/MDA (Humberto Oliveira).....33
- Representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários (Joana Motta).....34
- Representante das Entidades e Apoio e Organizações da Sociedade Civil (Shirley Silva).....34
- Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Adauto Marconsin).....35

Painel – Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento
- Paul Singer.....37
- Tânia Bacelar de Araújo.....40
- Márcio Pochmann.....45

Plenária: Informes e encaminhamentos para os GT´s sobre o Eixo III
- Representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Valmor Schiochet).....51
- Representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários (Paulo Lacerda).....52
- Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Angela Maria Schwenberg).....53
- Representante das Entidades e Apoio e Organizações da Sociedade civil (Ademar Bertucci).....55

Documento Final

Eixo I - Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.....57

Eixo II - O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas.....61

Eixo III - Prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social.....64

Moções.....78

ANEXOS

1. Ato de Convocação (Portaria Interministerial nº 02/2006).....81
2. Regulamento-Geral.....83
3. Regimento.....92
4. Comissão Organizadora.....96
5. Delegados Participantes.....99

Ao Leitor

Com o objetivo de divulgar as atividades e resultados da I Conferência Nacional de Economia Solidária, a Comissão Organizadora organizou a publicação dos seus Anais. Esta publicação contem parte dos debates e documentos constitutivos da Conferência, além de reflexões feitas após a sua realização.

No início desta publicação o leitor terá uma rápida ***apresentação*** *feita pelo Ministro do Trabalho e Emprego, que presidiu a Conferência; e um* ***texto introdutório*** *elaborado por Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária. O texto (autoral) faz um relato e um balanço dos antecedentes e das atividades da Conferência; uma apresentação das principais resoluções contidas no Documento Final aprovado pela plenária da Conferência e apresenta alguns desafios colocados pela I Conferência Nacional de Economia Solidária. A Comissão Organizadora entende que a leitura deste texto introdutório facilitará a leitura dos Anais devido à contextualização e síntese nele contida.*

Após o texto introdutório, temos a transcrição das intervenções realizadas durante a ***Abertura Oficial*** *que ocorreu na manhã do segundo dia com a presença do Presidente da República. Durante a Abertura Oficial fizeram uso da palavra: o representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Organizações, Niro Barrios; o Secretário Nacional da Economia Solidária, Paul Singer; o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; e finalmente, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.*

*Considerando a importância da publicação conter a manifestação de representantes de todos os Ministérios convocantes, bem como, dos segmentos da Conferência, encontramos na seção "****Mensagem de Boas-Vindas"****, a transcrição das falas realizadas por ocasião da mesa inicial da Conferência que recepcionou os(as) participantes: do Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer; da Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes; do Secretário do Desenvolvimento Territorial/MDA, Humberto Oliveira; da Representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários, Joana Motta; do Representante das Entidades e Apoio e Organizações da Sociedade Civil, Shirley Silva; e do Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Adauto Marconsin.*

Na seção seguinte estão as exposições feitas no painel " ***Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento"*** *. Os três textos apresentados são resultado das transcrições das exposições feitas durante a Conferência, com a devida revisão dos seus autores: Paul Singer, Tânia Bacelar de Araújo e Márcio Pochmann.*

*Após, temos as intervenções realizadas pela mesa da Plenária de "****Informes e Encaminhamentos para os GT´s sobre o Eixo III",*** *realizada no início do terceiro dia da Conferência. Além de um informe sobre o Conselho Nacional de Economia Solidária, feito pelo Representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Valmor Schiochet, temos a transcrição das três falas feitas por representantes dos segmentos da Conferência com o objetivo de contribuir para os trabalhos dos GT´s sobre o Eixo III: "Prioridades e Estratégias de Atuação para as Políticas e Programas de Economia Solidária e Mecanismos de Participação e Controle Social". Temos o registro das intervenções feitas pelo Representante dos Empreendimentos Econômicos Solidários, Paulo Lacerda, pelo Representante das Entidades de Apoio e Organizações da Sociedade Civil, Ademar Bertucci, e pela Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Angela Maria Schwenberg.*

Segue-se o ***Documento Final*** *que contém todas as proposições aprovadas pela Plenária Final da Conferência, relativas aos eixos temáticos do Documento-Base: Eixo I - Os Fundamentos da Economia Solidária e seu Papel para a Construção de um Desenvolvimento Sustentável, Democrático e Socialmente Justo; Eixo II -*

O Balanço do Acúmulo da Economia Solidária e das Políticas Públicas Implementadas; e Eixo III - Prioridades e Estratégias de Atuação para as Políticas e Programas de Economia Solidária e Mecanismos de Participação e Controle Social.

Após o Documento Final, são apresentadas as doze ***Moções*** *propostas pelas Conferências Estaduais e pelos Delegados da Conferência Nacional, aprovadas na Plenária Final.*

Nos ***Anexos*** *estão contidos os principais documentos normativos da Conferência (Convocação, Regulamento, Regimento), a composição da Comissão Organizadora, informações sobre os participantes e a lista de Delegados/as da I Conferência Nacional de Economia Solidária.*

Comissão Organizadora

Apresentação



A I Conferência Nacional de Economia Solidária foi um passo fundamental no sentido de dar visibilidade a este importante segmento da economia que, nos últimos anos, cresceu bastante e ganhou força social, econômica e política em vários países do mundo. A Conferência estimulou a participação efetiva da sociedade no debate e na apresentação de propostas, entre elas, a justa e urgente reivindicação de que a Economia Solidária passasse a fazer parte das estratégias e políticas de desenvolvimento do nosso país. Como disse durante a Abertura Oficial da Conferência: *"Nós precisamos pensar o novo mundo, uma nova sociedade, novos valores. Pensar o desenvolvimento a partir das pessoas; pensar o desenvolvimento a partir de novas oportunidades. E a economia solidária faz parte deste processo*".

O resultado da Conferência representa um salto de qualidade na implantação da política nacional que começou com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, avançou com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, a implantação do Sistema Nacional de Informações, o Projeto de Lei sobre as cooperativas de trabalho, a proposta de criação do Programa Nacional de Apoio às Cooperativas e às ações de fomento, promovidas por este Ministério. A partir das resoluções aprovadas na Conferência, vamos, ainda, consolidar um conjunto das ações de apoio à economia solidária, tanto no governo federal como em outras esferas de governo. Com certeza, essas ações serão incorporadas à agenda do Estado brasileiro. Para isso, o Conselho Nacional de Economia Solidária deverá propor diretrizes e ações, monitorar e acompanhar a implementação desse conjunto de resoluções.

Agradeço a valorosa contribuição dos demais ministérios, em especial o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que, conosco, convocaram a Conferência; a equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a Comissão Organizadora da Conferência, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e todas e todos os participantes que desde as Conferências Preparatórias contribuíram para o êxito da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Luiz Marinho
Ministro do Trabalho e Emprego
Presidente da I CONAES

Introdução

Paul Singer
Secretário Nacional de Economia Solidária
Coordenador Geral da I CONAES

ANTECEDENTES

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) foi convocada pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/Senaes), em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), no início de 2006. A idéia de se realizar a Conferência começou a germinar no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), bem antes, sem dúvida inspirada nas numerosas conferências nacionais, dos mais diversos setores, realizadas durante o governo do Presidente Lula.

A bem da verdade, as sementes da Conferência foram lançadas quando, em fins de 2002, o Presidente eleito resolveu aceitar sugestão do GT Brasileiro de Economia Solidária e providenciou a criação, no MTE, da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária. A Secretaria foi inaugurada em junho de 2003, mas quanto à concretização do Conselho, julgou-se necessário aguardar o desenvolvimento de políticas de economia solidária, para poder-se determinar quais órgãos do poder público, entidades de fomento da sociedade civil e empreendimentos solidários deveriam compô-lo.

No primeiro semestre de 2003, o FBES foi sendo construído em diversas plenárias. Nele se achavam representados empreendimentos de economia solidária, singulares e associados em federações, importantes entidades de fomento e movimentos sociais do campo da economia solidária, além dos gestores estaduais e municipais de políticas de economia solidária. A economia solidária já vinha crescendo vigorosamente antes do governo Lula e desde então este crescimento se acelerou ainda mais, alcançando a totalidade do território nacional e comunidades tradicionais, como os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos etc., em boa medida graças ao impulso dado pelas novas políticas públicas de fomento da economia solidária.

Em 2004, teve lugar o I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, ao qual compareceram cerca de 2.400 pessoas. Este encontro revelou a grande diversidade econômica e cultural, alcançada pela economia solidária no Brasil, e a importância de encontros presenciais, como aquele para a construção de fundamentos comuns que preservem a identidade da economia solidária. O êxito deste Encontro fortaleceu a proposta de se realizar a I CONAES ainda antes do fim do primeiro mandato do Presidente Lula.

Foi decidido que a convocação da I CONAES deveria ser do Conselho Nacional de Economia Solidária, cuja composição, depois de extensas discussões, foi aprovada em fins de 2005. Mas, a elaboração do decreto de oficialização do Conselho consumiu tanto tempo, que não foi possível esperar pela sua publicação para iniciar os preparativos da Conferência. Para garantir a participação do Conselho no projeto da I CONAES, organizou-se uma oficina, em fevereiro de 2006, da qual participaram representantes das entidades que comporiam o Conselho em seguida. Nesta oficina, ficou resolvido que a I CONAES teria início em maio, com pré-conferências intermunicipais, seguidas por Conferências em todos os Estados, nas quais seriam eleitos os delegados à Conferência Nacional.

As Conferências estaduais seriam de livre participação de todos os interessados, desde que pudessem comprovar alguma ligação com empreendimento, gestor público ou entidade de apoio da economia solidária. A oficina discutiu e aprovou o Regulamento da Conferência, em que foi decidido que ela seria composta por 1.112 delegados eleitos pelas Conferências estaduais, dos quais metade representaria empreendimentos da economia solidária, um quarto, órgãos do poder público e o derradeiro quarto, entidades da sociedade civil. O regulamento fixou o tamanho das delegações dos estados, à base dos resultados do mapeamento da

economia solidária, realizada em conjunto pela Senaes e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O regulamento também determinou que Membros do Conselho Nacional de Economia Solidária e outros representantes do governo federal e entidades nacionais, designados pela Comissão Organizadora Nacional da I Conaes, seriam delegados natos, num total de 58. A oficina elegeu a referida Comissão Organizadora, composta pelos três setores representados no Conselho: empreendimentos, órgãos do poder público e entidades da sociedade civil. Logo a seguir, a Comissão Organizadora lançou-se aos preparativos da Conferência.

A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

O cronograma adotado para a Conferência foi extraordinariamente apertado, por causa da proximidade do início do período eleitoral, em que atividades como esta, do governo federal, estavam proibidas. As Conferências Estaduais foram convocadas em fins de abril, sendo 14 pelos governos dos estados e as outras 13 pelas Delegacias Regionais do Trabalho e tiveram lugar entre fins de maio e 4 de junho. Em abril e maio, conferências preparatórias, em âmbito municipal ou regional, aconteceram na maioria dos estados, algumas com participação de centenas de pessoas.

As pré-conferências municipais e as Conferências Estaduais tiveram ampla participação, estimando-se em quase quatorze mil o número de participantes em todas elas. O documento-base, submetido pela Comissão Organizadora, foi discutido e emendado, nas Conferências Estaduais, em grupos de trabalho e as emendas propostas foram submetidas à aprovação nas sessões plenárias. O documento propôs como tema da Conferência **A Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**, dividido em três eixos: I Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; II O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; e III Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas da economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

Entre o fim das Conferências Estaduais e a abertura da Conferência Nacional, o grupo de sistematização da Comissão Organizadora tratou de incorporar ao documento-base as contribuições das primeiras. O documento-base, submetido à apreciação da Conferência Nacional foi consideravelmente ampliado e modificado em relação à versão submetida às Conferências Estaduais. Várias questões receberam destaque por necessitarem de aprofundamento: diferentes concepções de trabalho emancipado, de desenvolvimento, de autogestão na esfera pública, sobre universalidade x especificidade das políticas de economia solidária e dos direitos trabalhistas dos membros de cooperativas de trabalho. Um tema discutido em diversas Conferências Estaduais foi se a SENAES deve continuar como está ou ser transformada num Ministério.

Para esclarecer estas questões, a Comissão Organizadora propôs à Conferência dedicar o primeiro dia ao aprofundamento das discussões por grupos 'temáticos', cada um sobre uma daquelas questões em destaque. Em seguida repartir os delegados em 25 grupos 'gerais', com o encargo de examinar o documento-base inteiro para a elaboração de emendas ao mesmo, que seriam submetidas à aprovação do plenário, nas três sessões finais da Conferência.

A I CONAES começou no dia 26/6/06 com as seguintes atividades: recepção aos delegados, vindos de todos os rincões do Brasil; painel sobre o tema geral da Conferência: economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento; aprovação do regimento; reuniões dos grupos 'temáticos' para tratar dos assuntos colocados em destaque no novo documento base. Estas reuniões foram muito concorridas e palcos de animados debates que muito contribuíram para encaminhar os debates sobre importantes temas do documento-base.

No dia seguinte, 27/6/06, pela manhã, houve a inauguração solene da I CONAES com a presença do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho e outras autoridades, além de um representante dos empreendimentos de economia solidária, Niro Barrios. Farto público lotou as dependências do grande auditório da Academia de Tênis e acompanhou com entusiasmo o pronunciamento do Presidente e demais oradores.

Em seguida, entraram em atividade os 25 grupos 'gerais', passando a examinar minuciosamente o documento-base. Um número avultado de emendas ao texto foi apresentado, muitas delas repetindo os mesmos argumentos de formas distintas. A maioria delas visava melhorar ou alterar as formulações adotadas no documento-base. Muito poucas se opunham diretamente ao documento base. O grupo de sistematização da Comissão Organizadora, trabalhando dia e noite, conseguiu consolidar estas emendas em textos alternativos ao documento base. Deste modo, as sessões plenárias foram comparativamente tranqüilas, sendo aprovada grande parte das emendas propostas pelos grupos.

No último dia da Conferência, foram colocadas em discussão duas emendas que dividiram o plenário praticamente ao meio. A primeira tratou do número mínimo de membros de cooperativas, que a Lei 5764/71 fixa em 20, o que tem sido um óbice à formalização de cooperativas menores. Como o dispositivo da lei foi revogado pelo novo Código Civil, foram apresentadas diversas propostas de número mínimo de membros, sempre bem menos que 20. Após negociações para unificar as propostas, sobraram duas, cada uma defendida intransigentemente pelos seus partidários: uma propunha como número mínimo 5, a outra 7 membros. Submetidas a votação, venceu a proposta do mínimo de 7.

As outras emendas controvertidas tratavam do futuro da SENAES. Uma propunha que a Secretaria permanecesse no MTE, por causa do entrosamento com as outras secretarias do ministério e sobretudo com as DRTs, que contribuem decisivamente para a capilaridade do movimento da economia solidária; outra propunha que a SENAES se tornasse uma Secretaria Especial, ligada à Presidência da República, para coordenar a transversalidade das políticas de economia solidária entre os ministérios, secretarias e autarquias do governo federal; e uma outra, ainda, propunha que a SENAES se tornasse um Ministério de Economia Solidária, com orçamento próprio e mais facilidade em se relacionar, em pé de igualdade hierárquica, com os demais ministérios.

A questão foi debatida e cada proposta submetida a votação, em duas etapas. Na primeira, cada delegado pôde votar em uma das 3 propostas; o resultado foi que as propostas de deixar a SENAES no MTE e de transformá-la em ministério foram as que receberam mais votos. Na segunda etapa, estas duas foram novamente submetidas a votação. Ganhou a proposta de deixar a SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego.

AS RESOLUÇÕES DA I CONAES

As resoluções da Conferência estão organizadas nos 3 eixos delineados no documento-base. Apresentamos em seguida um resumo das principais resoluções e uma apreciação de sua importância para o desenvolvimento futuro da economia solidária, respeitando o ordenamento proposto no documento-base.

Eixo temático I: *Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.*

A Conferência entende a economia solidária como uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação e o desenvolvimento comunitário e que se caracteriza por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da acumulação privada do capital. Como se vê, a resolução

contrapõe, desde os fundamentos, a economia solidária ao capitalismo, em função de diferentes opções organizativas, baseadas em valores opostos.

A Conferência aprofunda a contraposição ao declarar que a economia solidária exige uma educação que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação. E especifica as contradições entre os dois modos de organizar a produção quando proclama a economia solidária como geradora de trabalho emancipado, ao democratizar as relações sociais de produção, "superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital."

A resolução 7 enumera diversos aspectos, sob os quais o trabalho emancipado difere do trabalho assalariado, típico do capitalismo: que o trabalho emancipado é exercido por livre opção e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido; que o produto da atividade é do trabalhador e não do capital; que o trabalho emancipado desenvolve as capacidades do trabalhador e não o embrutece e nem o transforma em máquina; que o trabalhador emancipado se realiza pessoalmente pela satisfação do bom uso de seu produto, não sendo desvinculado do destino final deste, como o assalariado; que a emancipação do trabalho faz com que o trabalhador aproveite os ganhos de produtividade para reduzir a duração do trabalho necessário, aumentando o tempo disponível para desenvolver seu potencial; que o trabalho emancipado gera conhecimento e acaba com a alienação do trabalho; e finalmente, que a economia solidária considera também a esfera reprodutiva, valorizando o trabalho das mães de família, desprezado pelo capital por não produzir para o mercado.

A Conferência considera que a economia solidária reverte a lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, mediante a emergência de um novo ator social composto por trabalhadores associados e consumidores conscientes. Este novo ator tem possibilidade de superar as contradições próprias ao capitalismo, o que caracteriza sua atuação como um processo revolucionário. Deste modo, a economia solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, pela qual se entende a sociedade socialista.

Segue de tudo isso, logicamente, que o desenvolvimento promovido pela economia solidária difere daquele produzido pelo capitalismo. Este se resume ao crescimento econômico como resultado de investimentos privados. Visando apenas seu próprio lucro, o capital, ao gerar desenvolvimento, provoca desigualdades sociais e territoriais, degradação ambiental e desvalorização das culturas locais. Mas, este não é o único desenvolvimento possível. O outro desenvolvimento se funda na economia solidária e é promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações, redes e cadeias produtivas. Dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade, raça etc..

Como o desenvolvimento solidário é promovido por comunidades pobres, necessitam de apoio dos órgãos governamentais, dos bancos públicos, ONGs, universidades e organizações autônomas de fomento para identificar e desenvolver suas potencialidades sócio-econômicas, étnicas e culturais. Um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas, requer alianças entre as organizações solidárias do campo e da cidade com os poderes públicos nas três esferas de governo.

A Conferência afirma também que a economia solidária abre possibilidades significativas para a construção de uma globalização solidária por meio do estreitamento de relações entre os participantes deste movimento, nos diversos continentes, e sua articulação com outros movimentos sociais, que também almejam o desenvolvimento solidário. Para a economia solidária, o valor central é a soberania nacional com participação democrática, em um contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. Transcendendo

as fronteiras nacionais, haverá maior integração dos vários movimentos e redes, em especial na América Latina. Conclui a I Conferência, que na conjuntura atual, para a economia solidária no Brasil, são estratégicas as ações de comércio justo e o intercâmbio de tecnologias sociais entre esses países, com apoio de governos nacionais, cada vez mais ameaçados pela apropriação indiscriminada dos recursos naturais, sob a forma de biopirataria.

Eixo temático II: *O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.*

Como o tema deste eixo é um balanço, a Conferência proclama a economia solidária herdeira das mais remotas lutas de emancipação popular: dos indígenas, negros, mulheres, camponeses, extrativistas etc.. Como nenhuma destas lutas cessou, todas prosseguem no presente contra um inimigo comum: a exclusão social. O que, de certa forma, as irmana, sendo a economia solidária uma via cada vez mais preferida para a conquista da reinserção econômica e social. Em sua origem, no início do século XIX, a economia solidária, sob a forma de cooperativismo, foi a forma adotada pela resistência dos artesãos e operários contra o avanço avassalador do capitalismo industrial.

Com a paulatina conquista de direitos políticos pelos trabalhadores, a sua luta mudou de objetivo e passou a visar a melhora das condições de trabalho, remuneração e proteção social. Em meados do século XX, houve grandes avanços nestas áreas, culminando, nos países mais adiantados, com a instituição do "estado de bem-estar social", o que ensejou a reconciliação de grande parte do proletariado com o trabalho assalariado. Mas, nas últimas décadas, mudanças estruturais fragilizaram a relação capitalista de trabalho, por efeito da volta do desemprego em massa que havia sido eliminado no meio século anterior. Hoje, milhões de trabalhadores perdem seus direitos sociais e são obrigados a se submeter a condições precárias de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Estas mudanças fizeram com que grande número de trabalhadores se organizasse em cooperativas ou associações, redes e cadeias produtivas. Desta forma, a economia solidária ressurge, desde a década passada, como resposta dos trabalhadores a novas formas de exclusão e exploração redobrada. No campo, a economia solidária vem sendo adotada pelos assentados pela reforma agrária, agricultores familiares, artesãs, pescadoras, extrativistas, apicultores, ribeirinhos, indígenas, comunidades negras e outros. Na cidade, a economia solidária passou a ser encarada crescentemente pelos movimentos populares e sindicais como alternativa válida, na forma de cooperativas populares, associações de produtores, clubes de troca e empresas recuperadas, depois de falidas, pelos ex-empregados, em regime de autogestão.

A SENAES, em parceria com o FBES, organizou o mapeamento da economia solidária em todo o país, verificando que em fins de 2005 havia 14.956 empreendimentos econômicos solidários – (EES) com 1.250.000 associados, vendendo bens e serviços no valor de meio bilhão de reais por mês. O rendimento médio do associado destes EES foi de 400 reais por mês, o que permite deduzir que a economia popular (de gente pobre) ainda predomina amplamente neste universo. Por isso mesmo, destes EES, apenas 11% são cooperativas; 54% são associações; e 33% são grupos informais.

A economia solidária está se articulando politicamente em fóruns municipais, regionais, estaduais e nacionalmente no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; também merece registro a formação da Rede de Gestores Públicos e das Frentes Parlamentares de Economia Solidária, nas três esferas de governo. A própria realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária e a iminente instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária assinalam a crescente institucionalização da economia solidária como sujeito político que goza cada vez mais de reconhecimento.

O fortalecimento da economia

solidária passa também pela sua crescente federação em redes de produção, de comercialização, de financiamento. É o que constatou a I Conferência: "A economia solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento locais e territoriais, orientando-se, cada vez mais, rumo a uma articulação nacional e internacional, em especial a latino-americana."

Apesar destes avanços animadores, a Conferência achou por bem aprovar a seguinte advertência: "Há, entretanto, um grande desafio a ser vencido, que é o fortalecimento de relações de confiança entre os atores da Economia Solidária. Esta temática vem sendo discutida nos processos de incubação de empreendimentos solidários realizados por ONGs, Universidades, órgãos públicos, e mesmo por outras cooperativas mais experientes, particularmente nos últimos três anos." No terceiro Eixo deste texto, esta problemática é enfrentada sob a forma de recomendações e reivindicações de novas políticas de economia solidária.

Outro aspecto deste balanço é o crescimento das entidades que oferecem assessoria e fomento à economia solidária: ONGs, fundações, OSCIPs, Igrejas e instituições religiosas, cooperativas de crédito, entidades de representação de EES, Incubadoras e grupos de extensão e de pesquisa de universidades, além de gestões públicas municipais e estaduais. Neste mesmo sentido, deve-se anotar a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003, e o conjunto de políticas de apoio e fomento que ela vem desenvolvendo: as feiras de economia solidária, as empresas recuperadas, as redes e cadeias produtivas; ações de formação em economia solidária, realizadas diretamente pela Secretaria e por meio de planos setoriais de qualificação, de responsabilidade da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE; e o programa de agentes de desenvolvimento, que atende a demandas de quilombolas, desempregados, indígenas, mulheres, catadores de materiais recicláveis, etc..

Mas, a I Conferência também assinalou problemas em relação à estratégia de política pública implementada pela SENAES: "ela ainda apresenta fragilidades, tais como: sobreposição da Agenda Nacional sobre as Estaduais e Municipais, desequilíbrio na divisão dos recursos entre os Estados, interferência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, etc.. Assim, é necessário avançar na institucionalização da política pública de Economia Solidária, encontrando a sua centralidade no interior do Estado." Estas observações merecem atenção cuidadosa que deverão receber no Conselho Nacional de Economia Solidária, tão logo ele comece a funcionar, pois uma de suas primeiras tarefas será implementar as resoluções aprovadas pela I Conferência.

No âmbito federal, além da contribuição das ações da SENAES, há um avanço importante, porém ainda insuficiente (acrescenta a I Conferência) – de participação de outros ministérios e órgãos governamentais em ações de apoio e fortalecimento da economia solidária. A Conferência ressalta a articulação da economia solidária com numerosas políticas federais: de transferência de renda, de segurança alimentar, de fortalecimento da agricultura familiar e de reforma agrária, da agricultura urbana, da regularização fundiária das comunidades quilombolas, indígenas e campesinas, de qualificação social e profissional, de educação de jovens e adultos, de ciência e tecnologia, de promoção de saúde mental, de saúde do trabalhador, de desenvolvimento rural e urbano, de meio ambiente, de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, entre outras.

Este crescimento do volume de ações de fomento da economia solidária é certamente uma das explicações do seu vigoroso crescimento em todo o país. A outra é o aprofundamento da crise do trabalho. De um lado, a crise multiplica o número de mulheres e homens que necessitam de apoio para poderem se engajar na construção da outra economia; do outro, multiplicam-se as entidades que são capazes e estão dispostas a oferecer este apoio.

A I Conferência encerra o balanço declarando que apesar de todos os avanços, ainda há muitos desafios a serem superados, particularmente a efetivação de políticas públicas e o desenvolvimento da cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários.

Eixo III: *Prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle.*

As resoluções sobre este eixo começam por colocar o desafio maior que a economia solidária enfrenta, qual seja tornar as políticas atuais, que lhe dão apoio, políticas perenes, de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), respeitando o Pacto Federativo, com a publicização dos recursos orçamentários e seus critérios de partilha, com a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária – FDES, para deixar de depender da vontade dos diversos governos que se sucedem. Para tanto, é preciso que a economia solidária ganhe relevância no cenário político nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a Economia Solidária, construindo uma outra economia.

A Conferência demonstra, assim, profunda compreensão de como, em regime democrático, a consolidação de uma política de Estado depende de um processo amplo e inevitavelmente prolongado de convencimento do conjunto da cidadania. No caso em pauta, é preciso que a maioria dos brasileiros entenda que a exclusão social está na base da horrenda desigualdade que marca nossa sociedade e que uma estratégia válida de integração social da grande massa de marginalizados é a economia solidária.

Além disso, é necessário o envolvimento e engajamento dos movimentos de economia solidária na gestão pública e no exercício do controle social das políticas de economia solidária, nas três esferas de governo. O que deve permitir a superação da tendência do Estado brasileiro de subordinar as políticas de economia solidária, em sua implementação, à lógica capitalista e de seus instrumentos e mecanismos de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação. Devido a esta subordinação, os EES têm grande dificuldade de acesso às informações e às políticas, programas e ações de financiamento, formação, assistência técnica e comercialização, entre outras. O acesso é dificultado pelo alto custo de manutenção da legalidade dos EES e pelas excessivas exigências burocráticas das instituições públicas e financeiras.

O aparelho de estado deve ser profundamente readequado para poder interagir com os mecanismos democráticos de autogestão da economia solidária. A I Conferência considera inaceitável que instituições governamentais, como a Procuradoria do Trabalho, o Poder Judiciário e outros adotem quaisquer formas de preconceito contra os EES, quando estes tomam a forma de cooperativas de trabalho, de serviços ou associações.

Concepção de política pública

Para que uma readequação desta natureza tenha possibilidades de ser implementada, condições políticas propícias terão de ser conquistadas. Uma delas é que a economia solidária deixe de ser vista como residual, subordinada ou quando muito, compensatória dos impactos das crises do capitalismo. E que não seja mais confundida com as ações de responsabilidade social das empresas capitalistas. A propósito, a I Conferência declara que as políticas de apoio à economia solidária não podem reproduzir esta visão, pois desta forma impossibilitariam a ruptura com a reprodução da pobreza.

As políticas de economia solidária integram a construção de um Estado Republicano e Democrático, ao reconhecerem a existência de sujeitos historicamente organizados, porém excluídos, de novos direitos e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando-lhes bens e recursos públicos para o seu desenvolvimento, tal qual faz a outros segmentos sociais. A política de

economia solidária deve ser uma política de desenvolvimento sustentável, com participação comunitária, para estabelecer parcerias com as áreas de educação, saúde, trabalho, tecnologia, crédito, meio ambiente, entre outras.

Os objetivos da política pública

As políticas de economia solidária devem ter por objetivos: garantir aos cidadãos uma vida digna através da geração de riqueza e erradicação das causas da fome e da pobreza; promover o acesso dos EES a fundos públicos, ao crédito, formação, assistência técnica, etc., a meios de produção e a tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento; reduzir as desigualdades regionais promovendo o desenvolvimento sustentável; promover práticas ambientalmente sustentáveis; aproximar consumidores e produtores, impulsionando reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente; apoiar a organização e participação social e política da economia solidária com ações que ampliem sua visibilidade e legitimidade; promover a integração, interação e intersetorialidade das políticas de economia solidária, tanto no seio dos entes federados como entre os mesmos; apoiar iniciativas artísticas, artesanais e culturais, organizadas na economia solidária, que valorizam a diversidade cultural e regional.

Prioridades para a política de economia solidária

As políticas de economia solidária devem priorizar ações que contribuam para a consolidação dos EES, redes e cadeias produtivas: educação, acesso a infra-estrutura para a produção, distribuição, comercialização e consumo; acesso e organização de serviços de crédito; divulgação da economia solidária, formação, assistência técnica; e maior articulação da economia solidária com outras políticas setoriais.

Comercialização

Articular ações em um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário para apoiar a inserção da economia solidária no mercado interno e dar-lhe proteção nas relações comerciais com o exterior, fortalecendo o intercâmbio com outros países, em especial com a América Latina. Este Sistema deverá promover: qualificação, certificação pública e gratuita, como por exemplo, a certificação participativa de produtos agroecológicos, armazenamento e distribuição; espaços de comercialização, com redução da ação de intermediários, consumo responsável etc.; mecanismos participativos de negociação de preços justos.

Criar sítio na Internet, em parceria com o FBES, para informar sobre matérias primas, resíduos etc. dos EES, permitindo sua integração; promover a inclusão digital. Apoio a feiras e semelhantes, clubes de troca, centrais de comercialização, redes, cooperativas e cadeias produtivas, agentes de desenvolvimento, casas de economia popular e solidária, centros públicos de economia solidária. Promover a aquisição de bens e serviços da economia solidária pelo Estado, por meio da reformulação da Lei de Licitações.

Marco jurídico

A atual lei que regula o cooperativismo no Brasil, a Lei 5764/71, está obsoleta e deve ser substituída por outra que assegure a liberdade de todas as correntes do cooperativismo nacional e a desburocratização do registro dos EES como cooperativas. Faz-se necessário elaborar um marco jurídico da economia solidária nas três esferas de governo, que facilite o registro dos EES, garantindo-lhes a possibilidade de emitir nota fiscal antes da conclusão do processo; que normatize um sistema tributário e previdenciário, diferenciado e simplificado, para os EES; que reconheça as formas de organização social e econômica da economia solidária e o direito do trabalho associado, garantindo o acesso à seguridade social e à proteção social; que

regule a lei de falência, favorecendo a aquisição dos empreendimentos falidos pelos empregados dos mesmos.

A I Conferência propõe que a lei reduza o número mínimo de sócios de cooperativas a sete (7) e que sejam elaboradas leis que regulem cada tipo de cooperativa de acordo com suas especificidades. As cooperativas de trabalho carecem de uma regulação específica e uma fiscalização com controle social e em parceria com o Ministério Público, que elimine as falsas cooperativas e garanta as verdadeiras. A I Conferência propõe ainda a criação de um Programa Nacional de Fomento de Cooperativas de Trabalho, PRONACOOP, conforme o Projeto de Lei recentemente enviado ao Congresso pelo Governo. O PRONACOOP tem por finalidade ajudar as cooperativas de trabalho a se viabilizar economicamente e assim poder garantir a cada sócio retirada maior que o salário mínimo ou que o mínimo profissional.

A I Conferência propõe legislação específica para as cooperativas sociais para permitir que pessoas em desvantagem social possam se organizar solidariamente. Propõe ainda a revisão da legislação que impede os beneficiários de BPC (Benefício de Prestação Continuada) a participação em cooperativas, sendo estes beneficiários parte daqueles que precisam se organizar em cooperativas sociais.

Crédito e finanças solidárias

A falta de acesso a crédito constitui um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos EES. Há necessidade de se criar: novas condições de acesso a fundos públicos municipais, estaduais e federais; fundos específicos para a economia solidária; novos instrumentos de captação de poupança; linhas de investimento não reembolsáveis; e sistemas de garantias de empréstimos a empreendimentos que por falta de capital não podem oferecer garantias reais.

Para alimentar os fundos específicos para a economia solidária, a I Conferência propõe que sejam criadas contribuições percentuais sobre os fundos de desenvolvimento regional FDA, FNO, FNE, FCO e outros, e sobre o valor dos processos licitatórios. Propõe, ainda, que a economia solidária tenha acesso aos recursos do FAT e do BNDES e que seja criado um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária , PRONADES, similar ao PRONAF, com condições de acesso, taxas de juros, prazos de repagamento e carências especificadas em função das características e porte dos EES.

A I Conferência aprovou ainda propostas para: aperfeiçoar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, PNMPO; a adoção de sistema de garantias apropriado às necessidades dos EES; a criação de linhas subsidiadas e não reembolsáveis para EES formados por pessoas em desvantagem; criação de um Fundo de Investimento Solidário para o microcrédito, visando o financiamento de EES; estímulos às cooperativas de crédito, OSCIPs de microcrédito, "bancos comunitários", fundos rotativos e sistemas de moedas sociais circulantes locais; a consolidação e ampliação de uma vasta rede de entidades solidárias de crédito mediante a criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

Formação, assistência técnica e tecnologia

O fortalecimento da economia solidária requer a implantação de redes municipais, estaduais, regionais e nacional de assistência tecno-gerencial e o acompanhamento dos EES por entidades de apoio e Incubadoras de Cooperativas Populares. Estas, por sua vez, precisam se expandir e fortificar para atender a uma demanda em rápida expansão. Deve-se construir a rede de agentes comunitários de desenvolvimento local sustentável e solidário, em articulação com outras redes já existentes.

No mesmo sentido propõe-se fomentar a inserção de trabalhadores com experiência profissional ou instrução superior nos EES; expandir a educação para a economia solidária, que deve abranger os

princípios da mesma, capacitação técnica, inclusão digital e a prática da autogestão; inserir as práticas e valores da economia solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma interdisciplinar, no ensino fundamental, médio e superior, com crianças, jovens e adultos; oferecer formação em economia solidária aos educadores do sistema público de ensino, além de construir material didático e o novo referencial teórico pedagógico da economia solidária; da mesma forma, também gestores públicos dos 3 níveis de governo devem ser formados para poder implementar ações de fomento da economia solidária.

No que se refere às universidades, a I Conferência aprovou resolução em que pede o incremento das ações de pesquisa e extensão para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas à economia solidária. Para tanto, torna-se necessário: ampliar os fundos para o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC e para o apoio à pesquisa para inclusão social; difundir e tornar acessíveis as novas tecnologias, equipamentos e programas de informática, priorizando o uso e desenvolvimento de softwares livres em sistemas de informação de economia solidária.

Comunicação e divulgação

Sobre este tema, a I Conferência se posicionou nos seguintes termos: "A democratização da comunicação, com o fortalecimento das redes alternativas de comunicação popular (jornais, rádios e TV's comunitárias etc.), também é uma prioridade da economia solidária, com vistas à difusão das suas práticas e valores, à mobilização e adesão da sociedade, com ênfase na sensibilização para o consumo responsável, ético e solidário."

Tendo em vista esta democratização da comunicação, foram aprovadas diversas propostas: ampliar a Campanha Nacional de Divulgação da Economia Solidária; dar continuidade ao Sistema de Informações em Economia Solidária, SIES, que recolhe os resultados do mapeamento, para oferecer conhecimentos sobre a realidade da economia solidária no Brasil e com isso facilitando a articulação de redes e fóruns; formação e implantação da Rede de Comunicação da Economia Solidária para propiciar a participação e o controle social das comunidades sobre as políticas públicas de economia solidária.

As políticas públicas da economia solidária devem privilegiar os meios populares de comunicação e exigir dos grandes meios de comunicação a contrapartida a que são obrigadas, como concessões públicas que são. Para fortalecer a Rede de Comunicação da Economia Solidária, um percentual da verba publicitária do governo federal deve ser destinada aos meios de comunicação comunitários, através dos mecanismos de apoio cultural; com a mesma finalidade, deve-se implantar uma política de concessões de rádios comunitários pelos governos municipais, sob o controle dos movimentos populares.

Investimentos em infra-estrutura

Ampliar os investimentos em infra-estrutura para a produção e distribuição dos produtos dos EES. Realizar prioritariamente investimentos em eletricidade trifásica, galpões, terraplenagem, acesso a produtos monopolizados, como vidro e cimento. Investir em logística de armazenamento e distribuição, como estradas, trens, barcos, linhas de transporte coletivo, quiosques e centrais de compra; e investimentos em comunicação: telefonia fixa e móvel, internet, banda larga, etc..

Saúde do trabalhador

Integrar a promoção da saúde do trabalhador com a economia solidária, tendo por objetivos: desenvolver processos educativos de sensibilização nos EES para tornar o trabalho mais seguro e saudável; produzir cadernos e vídeos de apoio à inspeção em saúde e trabalho nos EES, possibilitando identificar riscos para a saúde do trabalhador; articular ações entre Saúde do Trabalhador e Saúde Mental e Trabalho

para o estabelecimento de pauta de discussão e ações conjuntas na economia solidária.

Sustentabilidade ambiental

A economia solidária deve ser incentivada como estratégia de produção apropriada ao manejo sustentável da natureza, ao tratamento e reciclagem de resíduos e à agroecologia. Regras devem ser estabelecidas para a conservação e utilização de forma sustentável de recursos genéticos e distribuição eqüitativa dos benefícios; garantir a preservação de recursos fitogenéticos para a agricultura e o extrativismo que são vitais para a humanidade; implementar políticas para a defesa do patrimônio genético e da biodiversidade e de combate à biopirataria, respondendo às necessidades das comunidades ameaçadas pela exploração indiscriminada do meio ambiente.

Institucionalidade e papeis dos entes federados na política de economia solidária

Para viabilizar as prioridades definidas acima, é necessário integrar a política de economia solidária com outras políticas setoriais. Além disso, é preciso dar às políticas de economia solidária dimensão de políticas de Estado e garantir o caráter participativo e o controle social destas políticas a serem construídas e geridas em conjunto pelo Estado e pela sociedade, o que vai exigir a constituição de um Sistema Nacional de Economia Solidária, composto por conselhos, fundos, conferências, órgãos executivos, etc., em nível municipal, estadual e federal.

A economia solidária demanda do Estado brasileiro políticas que se traduzem em ações transversais, que já vêm ocorrendo, conforme exposto acima, no final do Eixo II. Para além das estratégias e políticas implementadas, a I Conferência considera necessário ampliar o espaço institucional da economia solidária no governo federal, o que implica no fortalecimento da SENAES, na implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária e na criação de uma Lei Orgânica de Economia Solidária – LOES, que defina a Política Nacional de Economia Solidária, institua o regime jurídico, os objetivos, funcionamento, registro e órgão de gestão dos EES.

Integrar e complementar as ações, aglutinar forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes, rompendo com as políticas de balcão. Da mesma forma é preciso buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação, em seu âmbito. O conjunto destas ações deve ser fator de estímulo à criação de esferas públicas, onde se discute a destinação dos recursos com todos os sujeitos políticos.

Participação e Controle Social

Participação e controle são elementos fundamentais das políticas públicas. Os sujeitos sociais e políticos devem participar da formulação, desenvolvimento, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas, para aperfeiçoá-las e legitimá-las socialmente. Além disso, a participação e o controle social levam à construção de esferas públicas em que os atores sociais podem negociar, em igualdade de condições, os seus interesses em relação à coletividade. Surge assim um processo pedagógico do exercício democrático.

Os Conselhos Municipais de Economia Solidária devem procurar se articular em redes para fortalecer a economia solidária em base local e territorial. A esfera pública, constituída a partir da participação dos atores sociais, pode tomar a forma de conselhos e fundos municipais, intermunicipais, estaduais, etc.. O principal desafio na constituição da esfera pública por órgãos de fiscalização, consultivos e deliberativos, fóruns de orçamento participativo, comissões, etc., é não reduzi-los a clubes fechados, que advogam em causa própria e privatizam o público, como muitas vezes temos assistido na história recente do país.

Na perspectiva da construção desta esfera pública na economia solidária,

desenrola-se um processo intenso e tenso de definição dos atores que a comporão. Dado o surgimento recente da economia solidária, embora sejam muitos os atores empenhados em sua construção, os sujeitos políticos que a representam ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, ocupando o seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores, empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de fomento, governos, Poder Legislativo, etc..

O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da economia solidária é composto pelos empreendimentos econômicos solidários EES e/ou suas representações. As entidades de fomento e os gestores públicos, que fazem parte deste processo, têm um papel fundamental no seu fortalecimento, bem como na formulação de políticas públicas adequadas para a economia solidária. Por isso, a I Conferência resolve que em todos os conselhos, conferências, fundos etc., a sua composição respeite a seguinte divisão por segmentos: 50% de EES, 25% de gestores públicos e 25% de entidades da sociedade civil. A divisão por segmentos deverá estar assegurada no Regimento Interno do Conselho Nacional de Economia Solidária para o próximo mandato dos conselheiros.

A I Conferência urge que a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, CNES, seja imediata, para que sua atuação fortaleça de fato a economia solidária no Brasil. Ela resolveu também que as conferências municipais, estaduais e nacional "devem ser os espaços privilegiados para a eleição dos representantes dos respectivos Conselhos de Economia Solidária." Cumpre considerar que estes Conselhos serão compostos, de acordo com o resolvido pela I Conferência, por empreendimentos e entidades públicas e privadas, nas proporções acima referidas. Serão estes empreendimentos e entidades que indicarão os seus representantes nos respectivos Conselhos. Se assim for, o que poderá caber às conferências é eleger os empreendimentos e entidades representadas nos Conselhos.

Em sua resolução final, a I Conferência afirma que os governos democráticos do país devem reconhecer a Economia Solidária enquanto sujeito político e criar espaços de participação de seus representantes, onde se construam programas de governo que atendam às demandas desta outra economia e instituições públicas, capazes de formular e implementar políticas de Estado para o avanço da economia solidária, como matriz de trabalho emancipado e via de inclusão social.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE SUA I CONFERÊNCIA NACIONAL

Não resta dúvida que a I Conferência Nacional será um marco importante na história da economia solidária no Brasil. Primeiro pela amplitude do encontro, pela forte participação de ativistas da economia solidária de todos os estados e pelo teor dos debates travados. Segundo, pelo que a Conferência produziu: é uma plataforma que delineia uma visão da economia solidária, no Brasil e alhures, do que ela significa, dos seus objetivos e prioridades e sobretudo de suas conquistas e dos desafios que ela continua enfrentando.

As resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária contêm um programa de lutas, que apresenta um panorama da situação e em seguida desdobra uma série de propostas que representam, ao mesmo tempo, uma estratégia de desenvolvimento da economia solidária e um roteiro para sua gradativa institucionalização. É preciso ter em mente que os três setores representados na Conferência EES, gestores públicos e entidades de fomento da sociedade civil , estão comprometidos com estas resoluções e sua implementação prática.

Para começar, a I Conferência tomou uma posição muito clara ao rejeitar qualquer concepção de que a economia solidária possa ser considerada de algum modo integrada ao capitalismo, nele desempenhando funções compensatórias,

de atenuação de suas piores contradições. A economia solidária constitui um modo de produção, distribuição e consumo em muitos aspectos oposto ao capitalismo e toda a sua razão de ser está em superá-lo. "A economia solidária é, pois, uma alternativa ao modelo econômico capitalista (...) À medida que se organiza e se integra, a economia solidária contribui para construir uma sociedade sem classes cujo desenvolvimento é necessariamente includente (...) Entende-se como uma sociedade sem classes, a sociedade socialista. Para se chegar a esta classe é imprescindível: 1. superar a sociedade capitalista; 2.unir, na luta político econômica aqueles que vivem do trabalho (...) aqueles que não são capitalistas; 3. a superação da antiga sociedade para a nova é essencialmente uma luta política, uma disputa de projetos antagônicos." (Resoluções 10 e12)

Esta tomada de posição é importante porque a visão oposta, que vê a economia solidária como uma modalidade inferior de economia, que se justifica apenas por oferecer aos excluídos estratégias de sobrevivências, é muito difundida e afasta dela aqueles que se opõem ao capitalismo e estão à procura de um modelo alternativo. Além disso, ela dá à construção da economia solidária um sentido de permanência e perspectiva transformadora que a concepção compensatória da economia solidária tende naturalmente a negar.

Daí deriva uma série de propostas de institucionalização de políticas públicas, através da criação de sistemas, programas, fundos e redes que apontam para a perenização destas políticas, tornando-as, não só do governo em ofício, mas do Estado brasileiro. A I Conferência propõe criar as seguintes instituições de duração indefinida no Aparelho de Estado: Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, Programa Nacional de Fomento de Cooperativas de Trabalho, Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária, Fundo de Investimento Solidário [para o microcrédito], Redes de Assistência Tecno-Gerencial, Sistema Nacional de Economia Solidária, além de uma Lei Orgânica de Economia Solidária.

A I Conferência submeteu ao seu crivo quase todas as áreas vitais em que a economia solidária enfrenta problemas, oferecendo diagnósticos e propondo soluções. Uma destas áreas é a da estruturação nacional e regional da economia solidária em redes e cadeias produtivas, em que merece destaque a advertência de que as relações de confiança entre os atores da economia solidária ainda são muito débeis. A resposta do que é a I Conferência se encontra no item **Formação, assistência técnica e tecnologia,** em que ressalta a necessidade de expandir o acompanhamento dos EES por Incubadoras de Cooperativas Populares, construir a rede de agentes comunitários de desenvolvimento local, além de expandir a educação para a economia solidária, inserir os valores e práticas da economia solidária nos currículos de ensino de crianças, jovens e adultos e oferecer formação em economia solidária aos educadores do sistema público de ensino.

Outra área vital, examinada na I Conferência, é a do **Marco jurídico**, cuja importância reside no fato da maioria dos EES ser informal, o que os isola e relega a uma situação crônica de inferioridade e marginalização. Daí a exigência, colocada pela I Conferência, de desburocratizar o registro dos EES como cooperativas, além de reivindicar para eles sistemas especiais de tributação e previdenciário.

Ainda dentro deste tema, é preciso constatar a grande importância da redução do mínimo legal de sócios de cooperativas de 20 para 7, aprovada pela I Conferência. Grupos de trabalhadores pobres têm enorme dificuldade em reunir um número maior de sócios, dada sua exclusão social. O cooperativismo oficial tende a desprezar as pequenas cooperativas, sobretudo quando formadas por gente pobre. Insiste-se na proposta de que os pequenos empreendimentos associativos assumam a forma de "sociedades simples", deixando às grandes e poderosas cooperativas do agronegócio o monopólio da denominação e com ela o usofruto dos direitos que a lei confere ao cooperativismo. A I Conferência propõe que em vez disso, que sejam elaboradas leis que regulem cada tipo de

cooperativa de acordo com suas especificidades, o que já vem acontecendo na Europa.

Vale a pena, finalmente, chamar a atenção para as resoluções finais da I Conferência, que exigem a institucionalização da economia solidária no Brasil mediante a criação de espaços públicos em que os atores e sujeitos políticos da economia solidária possam negociar os interesses que representam e participar da formulação e execução das políticas públicas de economia solidária. É interessante notar que a própria I Conferência observa que ainda está em curso o processo "intenso e tenso" de definição dos atores que deverão compor a desejada esfera pública. Isso se deve ao curto tempo de existência desta nova economia, que se encontra ainda em fase de acelerado crescimento.

A preocupação dos delegados à I Conferência com a necessária democratização das políticas de economia solidária é justificada, assim como a compreensão de que era preciso definir regras de divisão dos espaços públicos, fundos, conselhos, conferências, etc. – entre os segmentos que hoje compõem o movimento da economia solidária. Aqui, alguma cautela, no entanto, é aconselhável. A divisão proposta: metade de EES, um quarto de gestores públicos e um quarto de entidades da sociedade civil, corresponde a uma situação específica no tempo (agora) e no espaço (o Brasil). Como a expansão da economia solidária continua se dando impetuosamente, é bem provável que esta situação venha a se modificar. Por isso, a resolução aprovada pela I Conferência de que esta divisão se aplique a "órgãos fiscalizadores, consultivos e deliberativos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc.", pode-se mostrar inadequada em algumas das diferentes regiões do país, em função da assincronia do processo de definição de atores e sujeitos políticos, que recomeça em cada território em que a economia inicia sua implantação.

Abertura Oficial



Cerimonial – Senhoras e Senhores, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado dos Senhores Ministros, Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego e Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário; do Senhor Altemir Gregolin, Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca; da Senhora Maria do Carmo Ferreira da Silva, Secretária Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial - Interina; do Professor Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia Solidária; da Senhora Márcia Lopes, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Senhor Pedro Rafael Lapa, Diretor de Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; do Senhor José de Felippi Júnior, Prefeito de Diadema, do Senhor Jacques de Oliveira Pena, Presidente da Fundação Banco do Brasil; da Senhora Ângela Maria Schwengber, Representante da Rede de Gestores; do Senhor Ademar de Andrade Bertucci, Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Cáritas Brasileira; do Senhor Niro Barrios, Presidente da Cooperativa GERALCOOP e Diretor da UNISOL Brasil; do Senhor Vicente Falqueto, Diretor-Executivo do IMS -Instituto Marista de Solidariedade; e do Senhor Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo, Gerente-Geral da PETROBRÁS, em Brasília.

Niro Barrios
(Presidente da Cooperativa GERALCOOP e Diretor da UNISOL Brasil, representando o segmento dos empreendimentos econômico solidários na organização da Primeira Conferência).

Inicialmente gostaria de cumprimentar nosso querido Presidente, Lula. Gostaria de cumprimentar todos os Ministros, todos os Secretários aqui presentes, o companheiro Paul Singer e demais representantes da Mesa. Quero cumprimentar os diversos gestores públicos que estão na nossa plenária, quero cumprimentar as diversas entidades de apoio aqui presentes e quero cumprimentar os milhares de trabalhadores representados pelos diversos empreendimentos da Economia Solidária.

É importante dizer, neste momento, que esses três atores, que em alguns momentos se confundem na política da Economia Solidária no Brasil, são responsáveis, hoje, por mais de quinze mil empreendimentos e mexem com mais de um milhão e meio de pessoas e é isso que esta plenária aqui representa, atuando em diversos setores da economia, na reciclagem, na alimentação, na industria metalúrgica, no serviço. Enfim, temos, Senhor Presidente, representada a luta desses três atores, buscando contribuir com o Governo Federal para afirmar que é

possível, sim, a gente ter um novo modelo de desenvolvimento para o nosso país e acho que neste momento é importante que se diga que o Governo Federal realiza, agora, a Primeira Conferência de Economia Solidária no Brasil e isso é uma forma de governar, que sem dúvida, a gente apóia, porque significa governar com a população, significa governar com a sociedade civil organizada.

Quero ressaltar a importância que tem o Ministério do Trabalho, na pessoa do Ministro Luiz Marinho, na pessoa do Secretário Singer e em sua brilhante equipe de trabalho no Ministério, a qual ao longo desses três anos e meio de governo, tem, de uma forma muito intensa, buscado articular varias ações para o fortalecimento da Economia Solidária, para a constituição de redes, para os programas de empresas recuperadas , para o Atlas da Economia Solidária, para a política de feiras, enfim, são inúmeras ações que sem dúvida nenhuma denotam uma vontade do governo, para nós, como sendo uma política estratégica.

Mas é importante que se diga que com todos esses avanços que tivemos, e isso é uma constatação, nós precisamos (e com certeza esta conferência estará apontando) de um conjunto de temas e de ações que no próximo período poderão sinalizar um passo a mais. Parece-me que duas coisas são fundamentais a vislumbrar para o futuro, neste momento: a primeira é a necessidade de que se constitua no país uma política de investimento pesado na Economia Solidária. Não apenas de crédito e investimento alto, mas, também, de propiciar acesso às novas tecnologias, de mexer na política de educação, de crédito e de financiamento. São ações que podem estruturar a política da Economia Solidária para que consiga se firmar ainda mais. A segunda coisa é o marco legal e o quanto ele é estratégico. Porque muitas vezes não basta apenas a nossa vontade ou a vontade do governo em querer realizar algumas políticas que vêm de encontro às nossas necessidades. É necessário instituir um marco legal e a proposta apresentada pelo Governo ao Congresso Nacional, seguramente vai ter todo o nosso apoio e é evidente que deverá ter alguns ajustes, ainda no processo de negociação, para dar uma melhorada em alguns aspectos, não é Presidente? Mas nós estaremos lado a lado para lutar pela aprovação desse projeto e não estamos de acordo com o Projeto de Lei nº 171, do Senador Osmar Dias, porque esse sim, significa um retrocesso para a Economia Solidária.

Para finalizar, quero dizer o seguinte, Presidente: sairá daqui uma série de resoluções e a gente não tem dúvida de que com a sua reeleição, o Senhor poderá contar com essa grande parcela de pessoas, inclusive aquelas que não estão aqui hoje. Com isso a gente acredita que vai conseguir colocar em prática um novo modelo de desenvolvimento para o nosso país, onde a estratégia é a Economia Solidária. Obrigado"!

Paul Singer
(Secretário Nacional de Economia Solidária e Coordenador-Geral da I Conferência Nacional de Economia Solidária)

Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Senhor Ministro do Trabalho, Luiz Marinho e demais companheiros, componentes desta grande mesa, companheiros delegados, companheiros convidados e companheiros que estão trabalhando duramente para que essa conferência esteja de pé e consiga chegar às suas finalidades! Esta conferência foi convocada pelo Governo Federal, através dos Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário. Eu acho que só esse governo poderia ter convocado esta conferência. Em primeiro lugar porque fazer conferências, abrir o aparelho do estado à participação da sociedade civil, criar conselhos, que de certa forma perduram, tornam fácil a comunicação e mais que a comunicação é a decisão conjunta sobre as grandes diretrizes das políticas sociais. Isto é uma norma deste governo.

Em segundo lugar, também, porque este é o primeiro Governo Federal que tem, efetivamente, criado uma política sistemática a favor da Economia Solidária, juntamente com Governos Estaduais e um número

crescente de Governos Municipais. É o Estado brasileiro reconhecendo aquilo que está se transformando, a meu ver, em um dos mais importantes movimentos sociais deste país. Foi este governo que possibilitou o mapeamento da Economia Solidária, um grande empreendimento que consumiu dois anos e que mobilizou as universidades nos 26 Estados mais o Distrito Federal e que conseguiu levantar e pesquisar quinze mil empreendimentos com mais de um milhão de pessoas participantes!

A Economia Solidária, hoje, está na vanguarda da luta contra a exclusão social. Eu digo isso com muito orgulho! Nós estamos presentes nos assentamentos da reforma agrária, nós estamos presentes na luta para que o Bolsa-Família, que é talvez o mais importante programa social desse governo, tenha uma porta de saída, para que as famílias cada vez menos dependam dessa ajuda que o Governo Federal lhes concede. Estamos, hoje, presentes no grande movimento antimanicominial em que os egressos dos manicômios se transformam em cooperantes. Há mais de 230 associações de cooperativas de produção e muitas outras centenas vão surgir, proximamente. Estamos trabalhando para levar a Economia Solidária à educação, começando com a educação de jovens e adultos e vamos levá-la juntamente com a educação e a saúde, para dentro dos presídios para ajudar a resolver de uma forma positiva e humana essa imensa crise de segurança pública pela qual passa o nosso país.

Diria que tudo isso foi conquistado, nesses últimos anos, por todos nós e eu quero terminar ressaltando a enorme importância do protagonismo das entidades que dão apoio à Economia Solidária e aos trabalhadores que constituem o corpo e a alma dessa nova forma de fazer economia em nosso país. O Brasil tem-se destacado, internacionalmente, no campo da Economia Solidária, por inovações extremamente audaciosas e que estão começando a dar certo, desde os bancos comunitários que nasceram de uma experiência em Fortaleza e hoje se difundem pelo nosso território, até à experiência extraordinariamente interessante que está em Cuiabá, onde pesquisadores e professores universitários entraram numa cooperativa de pescadores e vão desenvolvendo cooperativas que são incubadoras de novas cooperativas. Eu acho que essas experiências e muitas outras, o tempo não permite que eu fale delas, marcam a originalidade e a inventividade, a criatividade deste novo movimento que está entrando no cenário político e social brasileiro. Muito obrigado"!

Luiz Marinho
(Ministro do Trabalho e Emprego e Presidente da I Conferência Nacional de Economia Solidária)

"Meu bom dia a todos os companheiros e companheiras, delegados e delegadas desta importante Conferência! Quero cumprimentar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprimentar Guilherme Cassel, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; Altemir Gregolin, Secretário Especial da Aqüicultura e Pesca; Márcia Lopes, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Maria do Carmo Ferreira da Silva, Secretária Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial; nosso querido Professor, Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O Paul Singer é uma grande referência para todos aqueles e aquelas que acreditam na Economia Solidária no nosso país e eu presto uma homenagem a esse grande homem! Também quero cumprimentar Pedro Rafael Lapa, Diretor de Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; Jacques de Oliveira Pena, Presidente da Fundação Banco do Brasil, um grande parceiro; Ângela Maria, Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Ademar de Andrade Bertucci, Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Cáritas Brasileira; Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo, Gerente-Geral da PETROBRÁS. À nossa querida PETROBRAS, solidariedade! Niro Barrios, Presidente da Cooperativa GERALCOOP e da direção da UNISOL

Brasil; José de Felipe Júnior, nosso querido Prefeito de Diadema, obrigado pela sua presença, Felipe! Quero cumprimentar, também, o Deputado Distrital Chico Vigilante e a Deputada Distrital, companheira Arlete Sampaio. Obrigado pela presença. Quero cumprimentar nosso querido Senador, Eduardo Matarazzo Suplicy, que acaba de chegar.

Companheiros e companheiras, na década de noventa o Presidente Lula voltava de uma viagem da Itália e foi ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, onde é presidente eterno (eventualmente ele passa lá para dar umas orientações) e disse o seguinte (eu tinha acabado de assumir a presidência do Sindicato): vocês precisam verificar a experiência das cooperativas na Itália e na Espanha. Então eu fui. Fomos eu e mais dois dirigentes e lá fizemos um convênio com as centrais sindicais e discutimos toda a idéia de, a partir do grave problema que se colocava naquela ocasião, na economia brasileira, com o fechamento de várias empresas, criar instrumentos que pudessem incentivar e motivar os trabalhadores e trabalhadoras, em especial empresas com dificuldades para se organizar em cooperativas e assumir a gestão daquelas empresas. Mas não só isso. Visava, também, criar e colaborar com o processo de debate para instituir a visão de uma Economia Solidária no Brasil. Então, desde aquela época, nós participamos ativamente desse debate, com o compromisso, acima de tudo, de buscar e aprofundar esses debates.

A partir daquele momento, a nossa experiência somou-se à experiência de várias iniciativas de trabalhadores e trabalhadoras em todos os Estados brasileiros e se criaram várias instituições e instrumentos para representar essas experiências. Esse conjunto de iniciativas e de experiências fez com que, no Governo do Presidente Lula, tivéssemos a oportunidade de criar uma Secretaria Nacional no Ministério do Trabalho, para pensar o desenvolvimento de uma política de Economia Solidária no país. Penso que o Governo do Presidente Lula não poderia ser mais feliz em estabelecer esta Secretaria e que a mesma esteja no Ministério do Trabalho e Emprego!

Nós precisamos pensar um novo mundo, uma nova sociedade, novos valores; pensar o desenvolvimento a partir das pessoas, pensar o desenvolvimento a partir de novas oportunidades e de novos encaminhamentos para que possamos construir a Economia Solidária. Ela é, para nós, a visão de uma realidade. Muitos podem ter uma visão utópica do papel da Economia Solidária, mas é um sonho que, neste momento, estamos sonhando e já realizando. Vários questionamentos foram feitos até aqui, e aí, Presidente Lula, nós, que viemos do movimento sindical, sabemos, não é? Cada ano que nós conquistamos, no ano seguinte queremos dar mais um passo, conquistar mais e me parece que a relação do nosso governo com o movimento está certa, Professor Singer!

Por mais que nós, eventualmente, tenhamos feito, estamos preparados para que vocês reivindiquem mais. Querer mais é natural. Que assim seja, porque nós queremos colocar a Economia Solidária com a visibilidade necessária para que ela possa conquistar a participação efetiva no desenvolvimento econômico e social do nosso país; nós queremos, um dia, ver, nas manchetes de jornais, que as cooperativas e as experiências da Economia Solidária, constituída em redes, em redes de produção e redes de comércio, possam estar presentes, ativamente, nos rumos da economia brasileira.

Hoje nós somos, a partir deste levantamento constituído e que talvez, em algum momento tenhamos que trabalhar sua atualização, mais de 15 mil empreendimentos econômico solidários no país, sendo 44% na Região Nordeste, representando mais de 1.250.000 (um milhão e duzentos e cinqüenta mil) trabalhadores e trabalhadoras nas atividades de agricultura, pecuária, têxtil, produção artesanal, metalurgia, etc., com um faturamento da ordem de meio bilhão/mês. Isto é o que movimenta a Economia Solidária catalogada neste estudo! Mas certamente é muito maior que isso. Estes são os primeiros passos que estamos dando, de forma sólida, para ter a participação visível no desenvolvimento do

nosso país.

Semana passada, Presidente, saiu o Decreto regulamentando e criando o Conselho Nacional de Economia Solidária, que estava previsto na lei de 2003 que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este Conselho é mais um passo para dar visibilidade à nossa querida Economia Solidária e, certamente, nós vamos trabalhar para que durante a Conferência criem-se condições de empossar o Conselho para que possa recepcionar o conjunto das resoluções que vocês tirarão daqui e para que possa monitorar e dar diretrizes, trabalhar para que organizemos as nossas demandas de modo a atingir os nossos objetivos.

Quero também falar de um Projeto de Lei que está em tramitação no Congresso Nacional e quero pedir a vocês que acompanhem atentamente e monitorem a tramitação desse projeto porque é de muita valia para os nossos objetivos, já que se trata do Projeto de Cooperativas de Trabalho, e busca criar o Programa de Apoio ao Cooperativismo. Objetiva também criar diretrizes muito claras para corrigir uma distorção que nós tivemos, nos últimos anos, que é a história das "Coopergatos", as falsas cooperativas que vieram simplesmente para burlar a legislação trabalhista brasileira.

O nosso cooperativismo é um cooperativismo autêntico e que busca dar condições aos trabalhadores e trabalhadoras que dele participam para se desenvolver e para contribuir com a riqueza do nosso país. É assim que nós precisamos, com muita consciência, trabalhar várias ações.

Para terminar, quero dizer a vocês, meus companheiros e companheiras, que estou muito feliz de estar aqui, como Ministro do Trabalho e Emprego, dirigindo-lhes estas palavras e quero dizer do meu profundo agradecimento pela participação de cada entidade e de cada companheiro e companheira aqui. Quero agradecer a presença de todos os companheiros e companheiras dos vários Ministérios, dos companheiros e companheiras do Ministério do Trabalho e Emprego que eu vejo aqui, Delegada Regional do Trabalho, vejo aqui Secretários , e quero agradecer a presença do Presidente Lula já que a princípio não estava prevista a sua participação. No dia de ontem confirmou-se a possibilidade de estar aqui conosco e eu sei que vocês anseiam ouvi-lo. Muito obrigado pela atenção, um forte abraço e fiquem com Deus"!

Luiz Inácio Lula da Silva.
(Presidente da República)

"Eu espero que daqui a uma hora e meia a gente esteja com este mesmo entusiasmo, vendo o Brasil ganhar de Gana!

Meu querido companheiro, Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego; meu querido Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário; meu querido companheiro, Altemir Gregolin, Secretário Especial da Aqüicultura e Pesca; meu querido companheiro, Eduardo Suplicy; Deputada Federal, Terezinha Fernandes; minha querida Maria do Carmo Ferreira da Silva, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; minha querida Márcia Lopez, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; meus queridos companheiros de muitos e muitos anos; Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; meu querido Ademar de Andrade Bertucci, Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; meu querido companheiro, José de Felipe, Prefeito de Diadema, onde nós temos uma experiência muito bem sucedida de uma cooperativa de metalúrgicos; minha querida companheira Arlete Sampaio, Deputada Distrital de Brasília; meu querido companheiro, Chico Vigilante, Deputado Distrital; meu caro Jacques de Oliveira Pena, Presidente da Fundação Banco do Brasil; minha querida companheira, Ângela Maria Schwengber, Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; meu caro Pedro Rafael Lapa, Diretor de Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste; Senhor Niro Barrios, Diretor da Cooperativa GERALCOOP e Diretor da UNISOL Brasil; Senhor Vicente Falqueto, Diretor-Executivo do Instituto Marista de Solidariedade; Senhor Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo, Gerente-Geral

da PETROBRÁS em Brasília; meus queridos companheiros e companheiras, participantes da I Conferência Nacional de Economia Solidária; meus amigos e amigas, jornalistas!

Lembro bem de quando pela primeira vez em que eu fui escolhido Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Era 1975. Eu e Paul Singer estávamos fazendo um curso de psicodrama, que era para que a gente pudesse despertar em cada um dos dirigentes a sua visão de mundo a sua visão de sindicato. Uma das cenas que me recordo ao ser escolhido para Presidente do Sindicato (porque havia outros pretendentes) é que tinha uma pergunta que dizia o seguinte: "Bem, agora vocês vão representar as suas visões do Sindicato". O meu concorrente pediu para um companheiro agachar, subiu em cima desse companheiro e ficou com os braços abertos como se fosse um avião. Quando chegou a minha vez eu reuni todo mundo que estava na sala, nos demos as mãos e fizemos uma roda de pessoas e por conta disso eu fui escolhido pela Diretoria para ser o Presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo. Foi a primeira visão de acreditar no coletivo, de acreditar na união.

Depois que eu assumi o sindicato, o Marinho, muito jovem, peão novo na categoria - ele sabe que nós cunhamos um personagem chamado João Ferrador. - O João Ferrador era um bonequinho bravo que tinha um chapéuzinho e na camiseta estava escrito assim : "Hoje eu não estou bom". Se fosse hoje estaria escrito na camiseta: "Hoje eu estou bem". Mas, naquele tempo o clima político exigia que nós colocássemos: "Hoje eu não estou bom". Eu descobri que os trabalhadores tinham dificuldades de ler os boletins que a gente fazia, porque a gente fazia um boletim. Primeiro tinha uma dissertação ideológica, sempre xingando alguém e no final nós colocávamos o que queríamos. Mas a gente distribuía o boletim na portaria da fábrica. Eu descobri um belo dia que não dava tempo de o trabalhador ler o que a gente queria. Ele lia todos os xingamentos e na hora dos "*entretantos*" não conseguia ler e jogava fora o boletim. Então nós tivemos a idéia de fazer histórias em quadrinhos, como o João Ferrador, e passamos a fazer as tais histórias em quadrinhos. O maior símbolo que a gente utilizava era o João Ferrador, dizendo que uma única vara era muito fácil de quebrar, mas um feixe de varas era praticamente impossível de quebrar.

Querem saber por que eu contei estas duas histórias? Porque este momento que estamos vivendo aqui, para quem acredita em cooperativas, para quem acredita em Economia Solidária, é uma espécie de momento mágico, é uma coisa muito forte, não pelo que nós já fizemos, mas muito mais pelo simbolismo desta conferência que nos diz o que poderemos fazer daqui para frente e quando eu digo nós fazermos, não é o Lula fazer. Porque eu acredito numa outra coisa mais sagrada até mesmo do que a figura de uma pessoa: é o padrão de relacionamento que o Estado brasileiro precisa criar com a sociedade para permitir que ela não dependa da decisão de um homem, mas para que ela dependa das decisões emanadas dos próprios fóruns coletivos de que participa, ou seja, o que eu quero dizer a vocês, no fundo no fundo, é que nós temos que criar uma organização tão forte e tão sólida, que independentemente de quem venha ser Presidente da República, sabe, que essa pessoa saiba que não pode desmontar o que está enraizado, que não pode desrespeitar a vontade de um coletivo da sociedade brasileira. Este é o maior legado que um Presidente da República pode deixar para o seu povo; é organização sólida, é o reconhecimento da sociedade de que valeu a pena acreditar naquilo.

Eu vou dar um exemplo a vocês: durante muito tempo no Brasil, e a Arlete se lembra disso, nós só tínhamos uma conferência, que era a Conferência Nacional de Saúde. A Conferência Nacional de Saúde conquistou tanto espaço que poderia ter o Ministro da Saúde do PFL, do PMDB, do PT, PSDB. Não importava de que partido fosse o Ministro da Saúde, esta conferência se realizava com a presença de milhares de pessoas e os Ministros estavam lá e eu fui convidado para várias delas. Nesses 42 meses de governo que nós completaremos dia 1 de julho, essa, Paul Singer, é a 38ª

Conferência Nacional que nós realizamos aqui no Brasil! Ainda no final de semana eu participei de um ato cooperativo, lá em Chapecó, com os trabalhadores da agricultura familiar, onde praticamente 10 mil pessoas participaram, não só de apoio, mas de assinatura de convênios, de construções de casas para o homem do campo. Nós estamos fazendo isso com a pesca, estamos fazendo isso com a Secretaria da Igualdade Racial, estamos fazendo isso com os estudantes, com os portadores de deficiência... E por quê? Porque nós queremos criar uma rede muito sólida da sociedade civil organizada, porque aí ela tem muito mais força para fazer as coisas acontecerem. Em segundo lugar eu estou feliz, não pelo que nós já fizemos, mas pelo que nós podemos fazer. Quando nós tomamos posse, há 42 meses atrás, vocês se lembram, cooperativa era uma coisa quase que proibida por orientação do Banco Central. Era muito limitada, tinha muito empecilho, porque no Brasil há um determinado tipo de político que desconfia de todo mundo, até que provem o contrário. Então não podemos abrir cooperativa, não podemos financiar microcréditos, não podemos fazer isso porque vai ter inadimplência, porque as pessoas não vão pagar, etc. E nós fomos descobrindo, com o tempo, que o melhor pagador do Brasil é o pequeno porque ele tem como valor patrimonial o seu nome, o nome da sua família e a sua honra. Então, quando ele toma um dinheiro emprestado, pagar, para ele, não é uma questão eminentemente econômica, é uma questão de caráter.

Bem, eu acho que estamos chegando num momento importante. Num primeiro momento nós tivemos que convencer o Banco Central a fazer a flexibilização que tinha que ser feita. Eu achava que era mais fácil porque a teoria e a prática têm uma distância do tamanho do oceano Atlântico! Não é o Djavan que fala que "*o teórico só vê o dia com vinte e quatro horas e o prático vê o dia com manhã, tarde, noite*", sabe, madrugada? Então eu achava que era tudo mais fácil e aí eu fui percebendo que criar mais ou menos cooperativas, fazer mais ou menos microcréditos, não é apenas questão de uma lei, é um processo político-cultural, é um processo de convencimento, até porque determinadas coisas só darão certo se vierem de baixo para cima.

Se o governo achar que por conta de um Decreto-Lei ele pode resolver os problemas da cooperativa ele está predestinado ao fracasso, porque é preciso que haja a maturação das pessoas, é preciso que haja amadurecimento e esse amadurecimento normalmente é coletivo.

Eu lembro que lá em São Bernardo nós tínhamos uma empresa chamada CONFORJA. Não sei se tem aqui alguém da CONFORJA, Marinho, mas eu lembro que a CONFORJA era uma grande metalúrgica de mais de três mil trabalhadores e quando ela faliu a maioria das pessoas não receberam nada. Então o sindicato propôs criar uma cooperativa. A maioria dos trabalhadores não acreditaram, alguns foram até para a porta da fábrica fazer assembléia contra o sindicato, dizendo que o sindicato estava traindo os trabalhadores, não é, Remiggio? Dizendo que era preciso brigar, não sei mais o quê... E o que aconteceu de lá para cá? Os que entraram na justiça até hoje não receberam sua indenização, os que optaram pela cooperativa estão ganhando muito mais do que ganhavam enquanto trabalhadores e a empresa está crescendo. E há outros exemplos em vários lugares do Brasil. Então esta Conferência, Paul Singer, pra mim é a consagração. É a consagração de um desejo, é a consagração de um sonho. Hoje o Banco do Brasil tem mais noção de que é bom emprestar ao pequeno; hoje o BNDS está convencido de que tem que disponibilizar dinheiro para o microcrédito. O BASA, o BNB, a Caixa Econômica Federal, todos com a inclusão bancária. O que nós criamos, até agora, na verdade, não foi ainda a realização de todo o nosso sonho, mas foi a prova de que somos capazes de construir algo diferente neste país.

Vocês percebem que há apenas 42 meses o Paul Singer fazia parte de um grupo de economistas que durante muitos e muitos anos debateram comigo. Cada vez que eu perdia uma eleição montava um grupo de economistas: Aluisio Mercadante, Paul Singer, Eduardo Suplicy, Paulo Nogueira

Batista e tantos outros que eu não vou ficar citando, gente como Maria da Conceição Tavares, etc. A gente discutia, discutia, discutia e a discussão era sobre FMI, sobre dívida externa, sobre não sei mais o quê... E o que estamos nós provando hoje? Primeiro estamos provando o seguinte: nós temos que fazer a lição de casa. Qual é a lição de casa? Nós temos compromissos e temos que cumprir os nossos compromissos. Nós temos compromissos internacionais. São compromissos feitos por governos anteriores e quando a gente casa com a viúva a gente herda os filhos dela também. A gente não pode só querer ficar com a mulher e não querer ficar com o filho ou vice-versa (no caso da mulher casar com o viúvo); nós temos que casar com o conjunto da alegria e dos problemas também, ou seja, hoje, o que nós já fizemos? Hoje nós somos um país que provou ao mundo e isso é o que me dá mais orgulho, porque eu lembro, Eduardo, que uma vez eu ganhei um avião de presente para o meu filho e um avião todo escrito em inglês, com aquelas cartilhas para montar. Eu cheguei em casa, peguei aquele avião e falei: Que diabo eu vou fazer com isso aqui? Eu não sei ler em inglês, sabe? E não conheço nada de avião. Como é que eu vou montar? A primeira vontade que tive foi de jogar fora, deixar para lá. Aí eu lembrei que era possível procurar alguém que soubesse montar para mim e arrumei uma pessoa que montou o avião e ficou muito bom. O Brasil, quando nós pegamos, era assim. Era uma coisa um pouco desarranchada, as pessoas achavam que não ia dar certo. Economistas sérios, como o Paul Singer, como a Maria da Conceição Tavares, achavam que a gente ia ter muita dificuldade. Alguns achavam até que o Brasil estava quebrado. De vez em quando eu dizia pra eles: Diabos, vocês não são meus amigos? Vocês são meus amigos e dizem que o Brasil está quebrado. E querem que eu seja Presidente da República? Porque eu vou ser presidente da República! O que aconteceu? Aconteceu que nós conseguimos arrumar a casa. Nós conseguimos arrumar a casa de tal ordem que alguns críticos do passado não sabem como explicar como a gente resolveu o problema da economia brasileira a ponto de chegarmos, ano passado, a decidir pelo pagamento, ao FMI, de quinze bilhões e seiscentos milhões de dólares que nós pagávamos de juros e que não precisávamos mais pagar. Conseguimos saldar com o Clube de Paris e até pagar as moratórias ainda do tempo do Presidente Sarney. Além disso fizemos a poupança interna saltar de 17 para 25%, fizemos o crédito pular para 32%, fizemos uma inclusão bancária de mais de seis milhões de pessoas que jamais pensaram em passar na porta de um banco, reeducamos o sistema financeiro público brasileiro para atender ao pobre, porque até então o pobre não sabia como entrar numa agência bancária, porque não era atendido. Ou seja, o Brasil não estava preparado para cuidar da parte mais pobre da população.

Quando nós começamos, o próprio Banco do Brasil, que é um dos bancos mais extraordinários que nós temos, em muitas partes do país não tinha mais o hábito de atender ao coitadinho que chegava lá de sandália. Não tinha mais o hábito, não por maldade dele, é que ele não fora preparado para isso, ele fora preparado para atender um cidadão que pegava logo um monte de dinheiro e levava embora todo o dinheiro. É por isso que nós estamos saltando de novecentos milhões de contratos no PRONAF para praticamente dois milhões de contratos este ano. Por isto estamos deixando de ter uma política agrícola para a Região Sul do país, onde a gente atendia 80% dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e até um pouco de São Paulo, que é Sudeste. Hoje nós estamos atendendo ao Acre, ao Amapá, a Roraima, à Paraíba. Em muitos Estados o pequeno produtor não sabia como chegar ao banco e se chegava não tinha recursos disponíveis, porque alguém já havia pego na frente. Ou, em muitos casos, anunciava-se uma coisa e ela não estava disponibilizada, ou seja, não havia café no bule. Então, hoje, nós estamos com uma coisa muito sólida. Muito sólida, primeiro, porque nós temos consciência da importância do microcrédito; segundo, porque nós temos experiências exitosas; terceiro, porque nós temos experiências de cooperativas muito auspiciosas; quarto, porque estamos provando a nós mesmos

que a inadimplência junto à parte mais necessitada da sociedade, aquela parte detentora de menos recursos, é muito menor do que junto a outros segmentos mais altos. E aí, uma vez, o Governador Jorge Viana, do Acre, falava para mim: Presidente, fala uma coisa que vai ser bom dizer ao povo! Diga ao povo o seguinte: *dinheiro pouco na mão de muitos significa distribuição de renda; dinheiro muito na mão de pouca gente significa concentração de renda*. Então, o que nós estamos fazendo é pegar uma parte desse quinhão e fazer a distribuição de renda.

Eu vim a esta Conferência, primeiro, com a perspectiva de que vocês consigam sair com um Conselho montado; segundo, com a perspectiva de que vocês possam trabalhar para dar mais sugestão ao Governo. Vejam, uma coisa que vocês precisam ter é clareza da relação que eu tenho com a sociedade organizada! É que mesmo quando estou com a cara feia eu não fico nervoso com uma reivindicação, porque eu passei a minha vida fazendo reivindicações, eu sou um reivindicador. Eu reivindico, para mim, todo santo dia. Então, acho que vocês têm que aprovar, aqui, as coisas que vão tornar mais sólida esta questão do microcrédito, tornar mais sólida a questão das cooperativas. Se tiver que convencer o Congresso, vamos tentar convencer o Congresso. Ninguém é totalmente ruim, ninguém é totalmente bom. Nós temos que pegar as facetas das pessoas, aquelas que podemos aproveitar e fazer as coisas andarem bem. Eu acho que vocês podem sair daqui com o exemplo do Brasil que não depende mais do FMI nem do sorriso do presidente americano nem do sorriso de ninguém. O Brasil depende só de nós e o Ministério do Trabalho tem consciência do papel que desempenha nesse processo. O companheiro Marinho também nasceu disso, montou uma equipe preparada para isso, ou seja, nós temos vocês e vocês nos têm. Nós temos um governo com decisão política para fazer as coisas. Vocês sabem o que precisa ser feito. Tudo isto juntou a fome com a vontade de comer e a comida está na mesa. Vamos aproveitar e saciar a nossa fome! Muito obrigado e boa sorte a todos vocês!

Mensagens de Boas Vindas aos participantes da I Conferência



Paul Singer
(Secretário Nacional de Economia Solidária)

"Boa Tarde!. Quero saudar a Secretária Márcia Lopes do Ministério do Desenvolvimento Social; Humberto Oliveira, Secretário do Desenvolvimento Rural do MDA; os companheiros do Fórum Brasileiro, aqui presentes conosco, na mesa, companheiros delegados, convidados e demais companheiros que estão permitindo que essa conferência comece neste momento.

Eu quero, basicamente, agradecer. Agradecer antes de mais nada aos delegados que estão chegando, ainda não estão todos aqui em Brasília, mas acredito que graças ao empenho extraordinário da equipe da SENAES e também da equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e do MDA, sei que eles todos vão acabar chegando logo. Quero agradecer a paciência dos companheiros que tiveram que ficar muito tempo esperando até conseguir finalmente embarcar para cá. Foi difícil, mas estamos todos aqui preparados para a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária em nosso país. Esta conferência faz parte de um processo de institucionalização da Economia Solidária no Brasil, que já começou há alguns anos. O marco foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em conjunto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003. Em seguida fizemos um grande encontro de empreendimentos da Economia Solidária e agora estamos nesta conferência, consolidando as parcerias, as alianças que foram tecidas ao longo destes últimos três anos. Hoje, aliás, é uma coincidência, é exatamente o dia em que eu fui empossado como Secretário Nacional de Economia Solidária, portanto, estamos completando três anos. Acho que estamos todos de parabéns e faço os meus votos para que esta conferência corresponda plenamente às expectativas de todos nós"!

Márcia Lopes
(Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

"Boa tarde a todos os delegados e delegadas desta Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária! Ao nosso querido Secretário Nacional de Economia Solidária, sempre Mestre, Professor Paul Singer; ao companheiro e Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira; a Shirley Silva, representando as entidades,

as organizações e os movimentos sociais; Joana, representante dos empreendimentos, Adauto, também aqui representando as entidades parceiras neste momento tão importante do nosso país, onde mais uma vez estamos mobilizando militantes, sociedade civil organizada, entidades, representantes de organizações governamentais e não governamentais. Vocês, que ficarão aqui durante esses dias, têm uma grande responsabilidade de representar a voz dos interesses, a motivação de muitos companheiros, companheiras e trabalhadores, que há muitos anos estão dedicados a construir este sonho, onde as relações de trabalho se estabelecem numa sociedade em desenvolvimento, das mais diferentes formas e esta é uma opção, como disse o Professor Paul Singer, um momento em que se institucionaliza a Economia Solidária como uma vertente fundamental de desenvolvimento para o nosso país. Em nome do Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tenho muita alegria, muita honra de poder representar, como Ministério, como equipe. Também a nossa Secretária, Eliana Kátia, de Articulação e Parcerias, participando dessa convocação dos delegados e delegadas para esta conferência junto com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome nós temos a responsabilidade de coordenar e de implementar duas grandes políticas nacionais: a política nacional de assistência social, através do Sistema Único de Assistência Social e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, uma política também muito recente, cuja lei que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar ainda tramita no Senado.

Além disso, o grande programa de transferência de renda que perpassa por várias políticas, que é o programa Bolsa-Família, hoje atingindo 11.100 milhões de famílias, e neste grande esforço do Ministério, abrangendo 62 milhões de pessoas neste país, atuando e financiando ações, serviços, projetos, programas, nos 5.564 municípios de todos os Estados brasileiros. Este é o momento de nós partilharmos com vocês mais este eixo, este grande eixo de desenvolvimento, momento de associar as duas políticas de segurança alimentar e de assistência social. Este eixo da Economia Solidária que serve de base para a ampliação da rede de proteção social, que serve de base para articular, para juntar, na esfera local, as inúmeras iniciativas de produção, de desenvolvimento, de autogestão, de todas as grandes iniciativas que nós temos por esse país afora, de pessoas, de comunidades, comunidades dos grandes centros, comunidades dos pequenos municípios, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, as comunidades que vivem nas fronteiras, enfim, todas as possibilidades que nós temos de gerar trabalho e renda, de gerar autonomia e de reproduzir o grande potencial que está presente nos mais diversos recantos deste país. Por isso o Ministério tem procurado partilhar deste grande esforço, sob a coordenação do Professor Paul Singer.

Que tenhamos de fato a capacidade de refletir, de discutir, de aprofundar todas as estratégias e mecanismos necessários para fortalecer a Economia Solidária em nosso país como estratégia de desenvolvimento sustentável, como estratégia de alavanca de todas as possibilidades e riquezas que este país tem. E pelo Ministério, não só através do Bolsa Família, mas através de inúmeros projetos de inclusão produtiva das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, da carteira indígena, dos vários convênios que nós temos com entidades, como o *MEB*, VISÃO MUNDIAL, Geração Quilombola e outros tantos projetos, sempre na perspectiva de possibilitar, através dos editais públicos, das parcerias com o poder público local, através, também, de processos diretos de transferência de fundo a fundo, através de convênios, enfim, estabelecer o financiamento, a possibilidade de transferência de recursos para Estados e Municípios, no sentido de incentivar, de promover e de partilhar deste processo que dê visibilidade. Eu estou vendo que pedem-

se a visibilidade da Economia Solidária no país. E eu também peço!, Nós também, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, acreditamos nisso. Não é simples, porque para a formulação e consolidação de uma política pública necessita-se, às vezes, de muitos anos. Isto aconteceu com a educação, com a saúde, com a assistência social. Isto tem acontecido com inúmeras iniciativas onde o Estado assume a sua responsabilidade. Mas nós temos grande orgulho de integrar este Governo do Presidente Lula, de sermos parceiros do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque estamos avançando, estamos nos organizando e estamos, hoje, com uma ação inédita, reunidos aqui pela primeira vez numa Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária.

Todos vocês que já estão vivendo na prática, no cotidiano, estas experiências, podendo estar aqui para refletir, para construir, para partilhar este processo que é muito novo, mas que nós queremos que seja fortalecido cada vez mais. Sejam bem vindos! Uma boa Conferência! Nossa equipe estará com vocês durante todos os dias partilhando desse processo tão rico de construção solidária de um país muito melhor, de um país cada vez mais justo, fraterno e solidário!. Muito obrigada e um grande abraço!"

Humberto Oliveira
(Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário)

"Minha saudação ao Professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, à minha colega de governo, Márcia Lopes, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social. Em nome de vocês quero saudar a todas as nossas equipes dos nossos Ministérios, especialmente da SENAES, mas também dos demais Ministérios e Secretarias que contribuíram na organização desta Conferência. Quero saudar Joana Motta como empreendedora; em seu nome saudar todos os representantes da Mesa e todos aqueles que representam os empreendedores, a sociedade civil, neste grande movimento nacional de Economia Solidária. Quero saudar brevemente, em nome do nosso Ministro Guilherme Cassel e em meu próprio nome, toda a nossa equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nossos Secretários, dizer que para nós é uma honra compartilhar este momento especial da realização da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, por isso nós convocamos conjuntamente esta conferência.

Nos sentimos honrados porque no Ministério do Desenvolvimento Agrário a Economia Solidária é um valor, mas também é uma estratégia. Nós temos grande parte das nossas associações, cooperativas e organizações no campo, vinculadas a este movimento de Economia Solidária, nós temos o resultado do mapeamento feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária que nos indica que mais de 60% dos empreendimentos de Economia Solidária estão no meio rural brasileiro e em sua grande maioria estão vinculados à agricultura familiar. Por isso nós vemos aqui várias lideranças que para nós são pessoas muito conhecidas e da nossa relação cotidiana; representando os movimentos sociais, representando as organizações de cooperativas. Portanto, essa relação forte entre a Economia Solidária e a agricultura familiar, no meio rural, faz de nós um parceiro da SENAES e do Ministério do Trabalho, nessa grande discussão temática. Quero dizer para vocês, também, que nós, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizamos, ultimamente, uma plenária de desenvolvimento rural sustentável e quando discutimos o tema da organização econômica e dos mercados, a Economia Solidária se destaca como sendo a referência principal da organização das nossas cooperativas, das nossas associações, dos nossos empreendimentos. Saíram dali definições importantes, diretrizes que apontam para o fortalecimento dessas redes, nos Municípios, nos Estados e a nível Nacional, de organizações ligadas à agricultura familiar. Nestes três anos e meio do governo do Presidente Lula, temos a

satisfação, no nosso Ministério, de ter um balanço muito positivo, especialmente em relação ao cooperativismo. O cooperativismo da agricultura familiar e da Economia Solidária organizou a Associação Nacional das Cooperativas de Economia de Crédito da Economia Solidária e organizou a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. A ECOSOL e a UNICAFES são duas instituições, hoje, que têm um peso nacional de representação desses segmentos e nós queremos avançar para que essas cooperativas, essas associações cada vez mais vão-se integrando, fazendo com que resulte em força, em força no meio rural brasileiro, de organização, de aumento da produção, mas também de melhoria, sobretudo da apropriação de renda e, por conseqüência, de melhoria de qualidade de vida das pessoas. Então, quero deixar aqui minha saudação, o meu abraço a todos os delegados e delegadas, dizendo que nós, do MDA, estaremos juntos aqui nesses dias com vocês. Nossas equipes estão aqui e uma saudação especial a todos os delegados e delegadas que vêm do meio rural, que fazem parte do nosso mundo da agricultura familiar e da reforma agrária. Muito obrigado!"

Joana Motta
(Representante dos Empreendimentos Econômico Solidários e suas organizações)

"Boa tarde para todos e todas dos empreendimentos de economia solidária! É com grande prazer que eu agradeço, primeiramente a Deus, que deu mais uma vitória de estarmos aqui, presentes à Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária e também aos companheiros que ainda estão vindo de viagem para tomarem parte nessa Conferência. Também saúdo a Mesa em nome do Professor Paul Singer, que é um Professor e um Secretário que tem lutado muito pela Economia Solidária, junto aos empreendimentos e às assessorias e gestores, aos movimentos sociais. Saúdo a Shirley e saúdo os Ministros, as Secretárias e saúdo todos os empreendimentos de Economia Solidária, que é uma história nossa em prol dessa luta.

Estamos realizando, hoje, a Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária. Gostaria que todos levantassem para saudar a Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária! Todos nos levantaremos e saudaremos esta Conferência com muita garra! Gritemos solidariedade e sucesso, três vezes! Solidariedade e sucesso! Bem alto e com força! Vamos gritar, povo! Somos solidariedade e somos sucesso! SOLIDARIEDADE, SUCESSO! SOLIDARIEDADE E SUCESSO PARA NÓS que temos lutado por esta conferência, com muita garra, por esta Economia Solidária, em todos os nossos Estados, trazendo uma grande delegação dos nossos Estados com muito sacrifício! Nós estamos aqui realmente lutando pelos nossos interesses e por políticas públicas que possam realmente fortalecer a Economia Solidária. Muito obrigada a todos e a todas"!

Shirley Silva
(Representante das entidades de apoio, organizações e movimentos sociais)

"Boa tarde! Quero agradecer a Joana por essa injeção de ânimo, de alegria e de entusiasmo com a nossa primeira Conferência, Quero agradecer também a oportunidade de estarmos aqui, neste espaço, agradecer ao Professor Paul Singer com toda a sua garra, toda a sua história em prol da Economia Solidária e aos demais colegas da Mesa. Para nós, hoje, este é um momento de muita emoção. Eu estava conversando: Gente, estamos na Conferência de Economia Solidária! É um momento histórico, é a primeira vez que isso se faz no mundo, não é só aqui em Brasília nem no Brasil, é a primeira vez que o mundo pára para discutir e formular políticas públicas de Economia Solidária!. É a primeira vez que a gente pára para pensar numa economia pautada no ser humano, na vida com novos valores, com a inclusão de pessoas que não tiveram a oportunidade de estar neste tipo de espaço, em outros momentos.

É emocionante estarmos aqui, juntos construindo, acreditando! Não foi fácil, se a

gente lembra da terceira plenária, muitos companheiros aqui, a gente olha no olho e lembra da terceira plenária. Como foi difícil chegar naquele momento, como foi difícil reunir todo mundo! Depois o encontro de empreendimentos, um calor danado em Brasília, muita sede, secura e a gente foi caminhando e construindo esse movimento! Parece que tem duzentos mil anos e quando a gente vê, nossa! Isso foi há três anos atrás e nós estamos construindo!. A gente foi ao encontro dos empreendimentos e depois fizemos uma feira nacional, em São Paulo, reunimos gente do Brasil todo, mostrando que cultura e Economia Solidária têm um diálogo forte e profundo, mostrando as nossas manifestações culturais, a nossa espiritualidade, religiosidade popular e nos integrando. Este final de semana, aqui em Brasília, teve a Feira da Agricultura Familiar e a gente encontrou um monte de companheiros da Economia Solidária no mesmo evento!

Vou falar bem mineiro: Uai gente, mas aqui é uma feira da Economia Solidária, não da agricultura familiar. Mas o diálogo é possível e necessário. A aproximação é importante e então a gente chega aqui, na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária e é com muita alegria que eu falo, não em nome do *Instituto Marista de Solidariedade*, não em meu nome, mas das organizações nacionais, que hoje são dezesseis, no Brasil: *ABCRED*, ADS, ANTEAG, companheiros da CÁRITAS, da ECOSOL, da *FASE*, do IBASE, nós, do IMS, a Rede de Incubadoras (ITCP´s, o MST com a CONCRAB, o PACS, Políticas Alternativas do Cone Sul, Rede Brasileira de Economia Solidária, UNITRABALHO, UNICAFES, UNISOL e mais dezenas, por que não dizer, centenas de organizações de apoio pelo Brasil afora, que junto com os gestores públicos, com os empreendimentos de Economia Solidária vão discutindo e criando um novo jeito de ser gente, um novo jeito de fazer economia, não só de produtos e serviços, mas de pensar a vida e acho que esta Conferência nos coloca num desafio danado, que é a construção de um Estado Democrático.

Como é que nós aqui, mulheres e homens, vamos construir e aprofundar esse Estado Democrático? Que Estado é esse que queremos? Que políticas públicas são essas que queremos? Que diálogos possíveis vamos construir aqui? Apontamos várias direções, várias estruturas de estados e de governo, mas, antes de tudo, temos que pensar numa proposta de política pública para a Economia Solidária e é aqui e agora, é hoje que a gente começa a construir isso! Estes três dias vão ser fundamentais para a História do Brasil, para a história da Economia Solidária e eu acredito, para a história do mundo! Vamos fazer diálogos com outros governos. Está aí o pessoal da Venezuela, está aí o pessoal do Canadá, acho que a França está aqui também conosco, aonde a gente vai criando um diálogo possível, para além de nossas fronteiras. Isso é muito importante e eu acredito que não vamos sair daqui nem os mesmos e nem as mesmas que chegamos, vamos sair novas pessoas e com um compromisso maior de fazer com que ao sair desta Conferência, este compromisso esteja implantado onde quer que a gente vá. Vamos lá, companheiros, construir uma Economia Solidária possível, aqui e agora! Boa tarde para todo mundo"!

Adauto Marconsin
(Representante dos Gestores Públicos)

"É com muita emoção que falo em nome da Rede de Gestores Públicos, saudando todos os conferencistas aqui presentes! Em nome do Professor Paul Singer e da Joana, cumprimento toda a Mesa e gostaria de dizer em rápidas palavras que a Rede de Gestores nasceu de uma necessidade de articulação dos gestores públicos espalhados por todo este Brasil, no sentido de fomento e de articulação com os demais setores, com os demais atores da Economia Solidária, para que possamos, efetivamente, levantar esta bandeira e fincá-la bem alto, no lugar que ela merece! A Rede de Gestores nasceu com uma crença de que a Economia Solidária está calcada, fundamentalmente, como protagonista, nos empreendimentos autogestionários e solidários. Esta é a crença fundamental da Rede de Gestores Públicos,

este protagonismo dos empreendedores e a natureza efetiva da Economia Solidária! A segunda crença da Rede de Gestores é a de que trata-se, efetivamente, de uma estratégia de desenvolvimento para o nosso país.

É assim que nós entendemos a Economia Solidária e para que seja uma estratégia de desenvolvimento, ela deve caracterizar-se, enquanto política pública, como uma política pública universalista, uma política pública que busque, através dos meios possíveis, a articulação dessa Rede de Gestores com os empreendimentos, com as agências de fomentos, com as entidades de fomento, que busque os meios possíveis para o financiamento da Economia Solidária.

Queremos ter canais de comercialização fortes, sustentáveis, que possam articular as redes desses empreendimentos, não só dentro do nosso país como fora dele. Isso exige financiamento público. Somos aqueles que, historicamente, estiveram sempre *alijados* da riqueza e do financiamento público em nosso país. O Estado Brasileiro, entendem os gestores, sempre esteve voltado para o financiamento das atividades privadas, do enriquecimento de poucos e a Economia Solidária é uma oportunidade de democratização efetiva do *aparelho* do Estado, em benefício daqueles que sempre estiveram de fora de toda a riqueza produzida em nosso país.

É nesse sentido, então, que a Rede de Gestores saúda, com muito entusiasmo, com muita alegria, esta Conferência e vamos para frente, gente! Vamos fazer desta Conferência um momento histórico, um momento de afirmação da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento para o nosso país! Muito obrigado"!

Painel

"Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento".

Paul Singer
(Secretário Nacional de Economia Solidária)

Boa tarde, mais uma vez! Acho que o tema da Economia Solidária como um eixo ou como uma forma de movimento econômico é relativamente novo. Quando nós estudamos o desenvolvimento econômico, estou falando com alguém que fez isso há muitas décadas, estava implícito que seria um desenvolvimento capitalista. Essa era, enfim, a norma, não só no Brasil, mas em todos os países, quer dizer, havia desenvolvimento, sobretudo nas economias capitalistas.

Sendo uma economia capitalista, o lógico seria que o desenvolvimento também seria capitalista. Agora, o desenvolvimento capitalista existe. O Brasil, se desenvolveu, eu diria, bastante, sobretudo a partir de 1930 até os anos 80. O Brasil foi um dos países onde mais cresceu a economia. O país se urbanizou, se industrializou, enfim, houve um desenvolvimento, sem dúvida nenhuma, em nosso país. O grande ponto de divergência a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro e de outros países semelhantes ao Brasil, é que ele não beneficia a todos. Há autores, acho que o Celso Furtado é um dos mais importantes que tentaram resolver essa questão, dizendo que só haverá desenvolvimento se houver distribuição de renda. Se não houver distribuição de renda não é desenvolvimento. É crescimento econômico, mas não é desenvolvimento.

Essa discussão conceitual existe e tudo bem. O fato concreto é que o crescimento do capitalismo, que eu chamo de desenvolvimento, porque ele tem um desenvolvimento qualitativo da economia, ele não apenas fica maior, ele fica diferente, ele fica urbano, fica industrializado, fica com um setor de serviços muito maior, há um crescimento da produtividade do trabalho. Esse tipo de crescimento é quase sempre desigual, acentua a desigualdade e isso não é deliberado, porque os capitalistas assim o querem, é a lógica do sistema, quer dizer, as empresas procuram melhorar o seu desempenho, adotam inovações tecnológicas, inovações administrativas e de várias naturezas e com isso vão, eventualmente, ganhando mais dinheiro e empregando mais pessoas., de acordo com a necessidade.

Mas, simultaneamente, há uma grande parte do país que não se beneficia, seja porque territorialmente as empresas estão em outro lugar (o desenvolvimento capitalista brasileiro privilegiou o sul, o centro-sul e deixou grande parte do país de fora), mas, também, porque na própria área territorial em que este desenvolvimento tinha lugar e ainda tem lugar, a desigualdade tende a ser máxima. Basta olhar as nossas cidades, as nossas metrópoles. Qual é a característica da metrópole brasileira e também de outros países semelhantes? É a existência de bairros luxuosos, condomínios altamente ricos e protegidos e uma periferia enorme de favelas, cortiços, onde vive uma população pobre, muitas vezes miserável e carente de todos os elementos básicos para a satisfação das suas necessidades. Esta constatação de que o desenvolvimento causa desigualdade é inegável. Se nós não quisermos chamar de desenvolvimento, não precisamos, mas não muda o fato de que a palavra crescimento, neste caso, evoca apenas o aspecto quantitativo, ou seja, a economia cresce, cresce a renda *per capita*, ou seja, a população, em média, fica mais rica e o produto *per capita* também cresce. Porém, nem todos ficam melhores e uma parte não pequena da população fica pior do que antes, porque suas atividades são substituídas por atividades organizadas em empresas capitalizadas que usam melhor tecnologia e essa população é expulsa do mercado. De qualquer forma, chamando isto de desenvolvimento ou não, este é o processo que dominou a sociedade brasileira até que o desenvolvimento cessou, em grande medida, caracterizando as décadas perdidas, desde 1980. Nós estamos no meio da terceira década perdida. O resultado desse processo, que durou, no mínimo, cinqüenta anos, é que o Brasil se tornou o país mais desigual do mundo.

Agora, não mais, graças, eu diria, a

várias ações importantes do atual Governo. O Brasil caiu ao décimo lugar ou oitavo lugar, entre duzentos países e ainda continua profundamente desigual, mas é evidente que essa desigualdade é característica de um processo em que nem todos *são incluídos*. Se todos fossem incluídos, teríamos pleno emprego o tempo todo. Agora, particularmente, com a chamada "revolução neoliberal", o desemprego voltou e voltou com enorme expressão no Brasil e na América Latina, na Europa, na Ásia, enfim, em muitos lugares. Nós temos um crescimento (podendo ou não ser chamado de desenvolvimento), que é excludente, que exclui, não a maioria, necessariamente, mas exclui uma parcela muito grande da população. Pelos dados que conhecemos, hoje, do Brasil, pelo menos sessenta e tantos milhões de brasileiros, um terço, pouco mais de um terço da população brasileira está abaixo de uma teórica linha de pobreza, que se define pela ausência de recursos para a satisfação das necessidades essenciais ou básicas das pessoas que empobrecem. Se o indivíduo não consegue se manter, se não consegue comprar comida suficiente, então, ele passa fome, ele é mais do que pobre, ele é indigente, ele é miserável. A indigência, aliás, costuma atingir um terço da população que está abaixo da linha de pobreza.

Existe a pobreza total, em que as pessoas eventualmente se alimentam, porém, outras necessidades fundamentais não são satisfeitas. A Economia Solidária não surgiu para resolver essa questão, ela surgiu como reação, de forma global e completa, ao capitalismo. A Economia Solidária nega a existência de classes, nega a divisão entre capital e trabalho, ela procura criar uma economia em que os trabalhadores são simultaneamente os capitalistas e os trabalhadores, ou seja, aqueles que produzem, aqueles que trabalham são os donos coletivos do capital nos seus empreendimentos e é uma longa história que eu não vou agora repetir.

Mas, houve um momento na história do capitalismo, em que não se denominava Economia Solidária, denominava-se cooperativismo. Este desempenhou um papel, eu diria, bastante importante, na economia. Minoritário, sempre, mas bastante importante! No entanto, no Século Vinte, especificamente depois da Segunda Guerra Mundial, houve um avanço muito grande na democracia, houve a descolonização no mundo inteiro, onde todas as colônias foram transformadas em países independentes e houve um crescimento extraordinário e esse desenvolvimento era capitalista. Foi um momento em que a Economia Solidária, pode-se assim dizer, saiu da consciência coletiva, desapareceu como alternativa. Os conhecedores de história econômica sabem que ela existiu, mas ela não teve, digamos, nenhuma existência pública importante.

A Economia Solidária era um fenômeno totalmente marginal, assunto de especialistas. Com a grande crise, a partir dos anos oitenta, com a cessação do desenvolvimento, inclusive capitalista, a exclusão social se tornou muito aguda, sob a forma de desemprego, de inimpregabilidade e assim por diante, inclusive, com crescimento assustador da violência urbana, do crime organizado. A Economia Solidária ressurge nestas circunstâncias, ela ressurge como uma medida de emergência, é uma maneira de enfrentar uma situação insuportável e é desta forma que ela volta e volta com muito ímpeto! Eu diria, e o nosso mapeamento confirma isso, que a Economia Solidária, hoje, se apresenta bastante pujante em nosso país, e se apresenta no cenário público despertando bastante interesse. Pelo menos há muita gente interessada. E o seu grande crescimento recente, provavelmente reflete esse conhecimento e consciência da possibilidade de se voltar a trabalhar e a ganhar, de uma forma igualitária, por iniciativa das próprias vítimas da exclusão social.

Esta Economia Solidária não tinha sido pensada como uma modalidade de desenvolvimento, até que verificamos que o estava acontecendo. Acho que isso é uma característica essencial da Economia Solidária: ela não é promovida por um governo, embora, é evidente, na posição em que eu estou, que é fazendo o papel de governo, o apoio deste governo possa ser bastante decisivo. Mas, a Economia Solidária acontece, mesmo quando os governos a

ignoram, como aconteceu nas primeiras décadas do seu ressurgimento em nosso país. O fato é que comunidades inteiras, em várias partes do Brasil, usando o cooperativismo em geral, acabaram promovendo um desenvolvimento que não é capitalista, mas é um movimento não excludente, que realmente beneficia todos os membros da comunidade.

Essa foi uma experiência concreta, aliás, não uma, mas várias. O que foi feito depois disso foi um esforço de teorização sobre essas experiências e daí surge essa nova teoria do desenvolvimento comunitário, do desenvolvimento solidário, isto é, um desenvolvimento que inclui a todos e eu acredito que, talvez o nome mais expressivo disso seja "desenvolvimento includente". É um desenvolvimento que não deixa ninguém de fora, que não divide a sociedade entre ganhadores e perdedores. Esse desenvolvimento exige um esforço coletivo, democrático e talvez o início desse desenvolvimento seja a conscientização de toda a comunidade e a criação, na própria comunidade, de comissões, de conselhos, de órgãos coletivos que encaminhem um processo de mudança.

O desenvolvimento solidário ou includente, é, antes de mais nada, democrático. Se não for democrático não é includente. É um desenvolvimento que, dentro do esforço de participação de todos os membros da comunidade, dos mais ricos aos mais pobres, evidentemente deve beneficiar a todos. Ademais esse tipo de desenvolvimento é frágil, exatamente porque origina-se em comunidades pobres, e esquecidas. nas periferias das metrópoles, nas áreas rurais e a sua fragilidade vem do fato de que este tipo de desenvolvimento não tem acesso ao capital. Também não tem muito acesso ao mercado, porque o mercado próprio dessas comunidades é extremamente limitado pela sua própria pobreza. Então, é um desenvolvimento que tem um impulso, que tem uma lógica, mas que carece de apoio e esse apoio vem, em geral, do Poder Público.

Para ser justo, no caso brasileiro, o apoio veio, sobretudo, da igreja ou das igrejas, ou seja, a própria sociedade civil, organizada em movimentos sociais, organizada de várias formas coletivas, acabou descobrindo essas tentativas de desenvolvimento comunitário includentes e passou a dar-lhes apoio e através desse apoio, finalmente, chegou o apoio governamental: municipal, estadual e federal. Eu acredito que há consciência, já em todos os níveis de governo, de que o desenvolvimento solidário não é só uma coisa possível, mas que já está acontecendo e que pode ser sistematicamente promovido pelos vários níveis do Estado brasileiro. Hoje nós temos programas de desenvolvimento solidário no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cuja Secretária, nossa companheira Kátia, está dirigindo este debate. Acho que é um dos Ministérios que mais se empenham neste tipo de desenvolvimento. Mas há também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Integração Nacional, para não esquecer o meu próprio Ministério, que é o Ministério do Trabalho e Emprego. Não vou entrar em detalhes, porque o tempo que me foi destinado está quase no fim, mas o problema é que a comunidade que se propõe a gerar seu próprio desenvolvimento precisa ter um link, precisa ter uma articulação com a grande economia e, sobretudo, com os órgãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais que lhe querem dar apoio, que estão aí para dar-lhe apoio. Esse link, nós, pelo menos, do Ministério do Trabalho, na Secretaria Nacional de Economia Solidária, estamos chamando de Agentes de Desenvolvimento.

Esta também não é a primeira tentativa. Já houve tentativas no governo anterior: houve um processo de seleção, de formação desses agentes. Depois esses agentes receberam uma única comunidade para acompanhar e para promover o seu desenvolvimento, durante seis meses. Pelo que eu sei, depois de seis meses o assunto estava encerrado, na suposição de que, uma vez motivada, a comunidade seguiria por si só e conseguiria promover o seu autodesenvolvimento. Pelos dados e pelas informações que conseguimos isso não deu certo.. Na grande maioria das vezes isso deixou muita frustração, porque de fato

despertou grandes expectativas, uma certa mobilização. Mas em seis meses não dá para construir nada e, sobretudo, a partir de um agente externo, ou seja, de alguém que foi contratado, formado e levado a essa comunidade.

Nós estamos procurando, agora, viabilizar o movimento das comunidades que o desejam, fazendo de suas lideranças (uma liderança em cada comunidade, pelo menos), o agente de desenvolvimento. Isso permite que não haja essa limitação de tempo. Essa liderança ficará na comunidade o tempo que for necessário, ou seja, a vida inteira, quem sabe, ajudando a trazer o auxílio externo, tanto governamental quanto, eventualmente, também do terceiro setor ou de onde quer que venha, para que o processo de desenvolvimento seja um processo contínuo, sem interrupções e sem fracassos.

Quero terminar dizendo que isso ainda é uma experiência nova. Certamente vamos aprender muito. Não acredito que tenhamos uma teoria que nos possa dizer o que fazer, tipo receita de bolo: Começa por aqui! Faz isso, depois aquilo etc! Porque cada comunidade é muito diferente da outra e elas, evidentemente, manifestam essas suas diferenças no processo do seu autodesenvolvimento includente e o processo é bastante longo, aliás, o desenvolvimento capitalista também não acontece de um momento para o outro, leva gerações. Seria, a meu ver, um erro grave, imaginar que o desenvolvimento pela Economia Solidária possa dar-se em poucos meses ou eventualmente em poucos anos.

Eu entendo a pressa, tenho total simpatia pelos que gostariam que isso tivesse acontecido ontem, porque a pobreza e a miséria doem muito. Doem para as pessoas que são vítimas e doem para quem se solidariza com elas. Quanto mais depressa pudermos eliminar a pobreza e a miséria tanto melhor, mas desenvolvimento é muito mais do que meramente eliminar a pobreza. Para eliminar a pobreza, a necessidade e sobretudo a fome,, o Bolsa-Família é uma boa solução que deve permanecer. Eu sou um grande defensor do Bolsa-Família! Mas, para promover uma mudança completa numa localidade, numa região, são necessárias várias comunidades associadas. Certamente serão necessárias lutas, por, quem sabe, décadas! Isto é muito importante, pelo menos para nós que pretendemos estar atrás desse processo, ajudando e tendo alguma influência no Poder Público. É preciso criar essa mentalidade de que estamos encetando um processo longo, mas extremamente esperançoso. Obrigado!

Tânia Bacelar de Araújo
(Professora da Universidade Federal de Pernambuco)

Quero dar boa noite a todos e a todas, agradecer aos organizadores da Conferência pela honra que me dão de participar dessa Mesa inicial e dizer que nos foi dado o mesmo tema para tratar. Eu não iria ousar falar de Economia Solidária depois do Professor Singer, que também é meu professor no assunto. Então, fiquei procurando por onde iria abordar o tema e resolvi fazer uma opção: tratar do ambiente econômico brasileiro, já que estamos discutindo aqui a proposta de Economia Solidária e a sua evolução no nosso país. O meu foco, então, vai ser esse. Vou tentar abordar mais o contexto do que a própria experiência brasileira na prática da Economia Solidária. Vocês têm a vivência, o Professor tem a teoria e eu escolhi tentar complementar vocês.

Seguindo roteiro pré-definido, vou começar olhando para o ambiente mundial e depois vou procurar destacar traços marcantes da fase mais recente do Brasil. Depois chegarei ao quadro atual e terminarei articulando esse quadro atual que eu chamo de “conjuntura com a Economia Solidária”. Portanto, minha intervenção está estruturada em três momentos. Pretendo ocupar uns cinco minutos em cada um deles.

Comecemos pelo ambiente mundial. Como o Professor Singer já referiu, vivemos um estágio avançado do desenvolvimento do capitalismo. O Brasil engatou no sistema capitalista no século XVI, mas o capitalismo é um pouco mais antigo. Porém, no contexto contemporâneo, ele se alastrou mundo afora e à medida que foi-se desenvolvendo, foram-

se estruturando grandes conglomerados econômicos, grandes massas de capital que hoje têm poder para atuar no mundo inteiro. Este é um dado importante da realidade. Nós estamos falando do desenvolvimento de comunidades num mundo onde grandes corporações atuam nos lugares que querem, escolhem os lugares aonde querem atuar e influenciam muitos lugares, muitas sociedades, simultaneamente. Portanto, não podemos esquecer a influência que recebemos desses grandes agentes, dos seus padrões de produção, dos seus padrões técnicos, dos seus padrões de competição. Eles deixam a sua marca no ambiente onde nós atuamos.

Porém, nessa fase mais recente, o capitalismo entrou numa das suas fases de crise. Quando se estuda a história do capitalismo, vê-se que há momentos onde ele foi mais dinâmico e há momentos onde ele sofreu retrações. Nós estamos num desses momentos em que a dinâmica econômica sob o capitalismo sofreu uma retração. Sofreu uma retração e vem vivenciando uma crise. Só que o ambiente atual não comporta só crise. Existe crise e existem mudanças importantes que se processam em meio a essa crise. É o que, para simplificar, vimos chamando de reestruturação produtiva. Ao entrar em crise o capitalismo sempre se reestrutura, buscando uma saída para essa situação. Essa crise afeta, sobretudo, a esfera da produção e muita coisa está mudando no modo de produzir do capitalismo. Como se não bastasse a crise, uma das mudanças importantes pelas quais passa o capitalismo, é o que se passou a chamar de revolução científico-tecnológica. É um daqueles momentos em que mudanças no padrão técnico de produção são muito relevantes e reorganizam a maneira de produzir. Estamos vivendo um desses momentos. Nesse contexto, paradigmas que foram muito importantes no século XX, por exemplo, estão sendo substituídos por outros. Para exemplificar, citamos a produção industrial. O século XX foi muito marcado pelo paradigma eletromecânico e nós estamos em transição para o paradigma eletrônico. O jeito de produzir, neste e naquele, é muito diferente; a forma de engajar as pessoas, neste e naquele, é muito diferente. Então, estamos no meio de mudanças muito importantes e precisamos olhar para elas. É isso o que eu queria dizer.

Como se não bastassem essas mudanças, em meio a esse ambiente de crise, o capitalismo está fazendo o que sempre fez: gerar lucro. Da esfera da produção, os agentes capitalistas pulam para a esfera financeira da vida econômica. Isto também marca muito fortemente o ambiente em que se vive hoje. A riqueza, no mundo e no Brasil, vez que nosso país também engatou nesse movimento, constrói-se muito mais facilmente na esfera financeira da vida econômica do que na esfera produtiva. Essa é uma das razões para o aumento do desemprego. Não é a única, mas é uma razão importante.

Como sabemos, a vida econômica se passa em duas esferas : a esfera da produção - onde a crise está mais forte e onde processam-se as mudanças das quais eu falei – e a esfera financeira. Na crise, os agentes pulam da esfera produtiva para a outra esfera. Logo, a esfera financeira cresceu muito, principalmente dos anos setenta para cá. Hoje é muito mais fácil aumentar o lucro, estando no mercado de câmbio, no mercado de títulos ou na bolsa de valores, do que produzindo. Isso resolve o problema econômico e desse ponto de vista, para o capitalista, pouco importa que ele obtenha o seu lucro na esfera produtiva ou na esfera financeira, o importante é que o seu capital se reproduza de forma ampliada. Porém, do ponto de vista social não é a mesma coisa. E aí, em momentos como o que estamos vivendo, a velha contradição do capitalismo se acentua. É que ele é muito bom como forma de organizar a vida social para promover avanço tecnológico, para fazer crescer a produção, para aumentar a produtividade, nisso ele tem-se revelado muito bom. Mas é muito ruim para envolver a todos nesse processo, para bem distribuir os frutos dos avanços que ele mesmo constrói. E isso fica mais difícil no atual momento.

Este contexto abre espaço para a Economia Solidária. Não é a toa que o

Professor falou várias vezes que “no mundo e no Brasil a Economia Solidária ressurge”. Ele usou até a palavra ressurgimento. A Economia Solidária aparece com mais força neste outro processo, exatamente associada a essa contradição mais aguda entre o êxito econômico do capitalismo e sua dificuldade em congregar as pessoas em torno de seu êxito econômico. É neste ambiente que nós vivemos, especialmente dos anos setenta do século XX para cá. Como se não bastasse a crise e a financeirização, uma onda liberal é imposta ao mundo capitalista, mais ou menos no mesmo período (dos anos oitenta para cá)! Ora, sabemos que capitalismo nem sempre rimou com liberalismo. Em muitos momentos da sua evolução rimou com intervencionismo. Como exemplo, veja-se que no próprio século XX, depois da crise de 30, as idéias liberais ficaram meio démodé e os intervencionistas ganharam importância. Na crise recente aconteceu o contrário, o capitalismo passa a rimar melhor com o liberalismo do que com intervencionismo. Com liberalismo, porque nós ainda estamos na onda liberal. Mas é uma onda liberal que promove a retirada, ao máximo, do Estado da vida social. Ao fazer isso, o resultado social da crise se aprofunda. Então, o momento que agora vivemos está muito marcado pela crise social, tanto pelas dificuldades da própria economia capitalista em melhorar as condições da maioria, como pela ausência de políticas públicas, tudo associado a essa visão ideológica de que é melhor deixar que o próprio mercado resolva as suas contradições, numa visão de que o Estado deve sair de cena - o que, aliás, tem acontecido com muita força no mundo. A tensão social, portanto, fica mais intensa, também, por isso. Portanto, não é a toa que apesar da conjuntura mais recente ser de alcance mundial, vive-se hoje uma conjuntura até um pouquinho mais aguda do que aquela dos anos setenta, oitenta e noventa. Apesar disso, os Estados Unidos retomaram o crescimento mais rápido, a China está crescendo bem, a Índia está crescendo bem, o Japão, que estava estagnado, retomou modestamente o seu crescimento. Ou seja, nações importantes no cenário mundial melhoraram a sua situação. Não obstante isso o ambiente ainda é predominantemente de dificuldades. Não por acaso, nesta dificuldade, o debate sobre alternativas ao capitalismo floresce e nós nos deparamos com um ambiente mundial, discutindo, não só a crise e as prováveis tendências futuras do capitalismo, como também, e muito veementemente, o conceito de desenvolvimento e alternativas à organização típica do capitalismo, que é onde se inscreve o debate sobre Economia Solidária!

O debate da Economia Solidária insere-se exatamente neste contexto de rediscussão. O que é mesmo desenvolvimento? Existe apenas essa forma de organizar a vida social e econômica ou existem outras? Essas duas perguntas ganharam importância na agenda da Academia, dos meios políticos, das organizações da sociedade civil e elas ajudam a alimentar o debate sobre Economia Solidária no ambiente mundial.

Volto a focalizar o Brasil, já que ultrapassei metade do meu tempo. O Brasil, como disse o Professor Singer, foi um daqueles países que teve um desenvolvimento capitalista muito acelerado, principalmente no século XX (até os anos 80). Nós conseguimos ser a oitava economia capitalista do mundo! E o Brasil não entrou na crise mundial que se instalou nos anos setenta: agüentou quase dez anos e entrou na crise nos anos oitenta, com a crise da dívida externa. O que atingiu muito fortemente o Brasil não foi o choque do petróleo. Aqui, seu impacto não foi tão forte como na economia mundial. Porque vocês sabem que houve um “choque de custo” associado à brusca elevação dos preços do petróleo, vez que esse produto é um insumo muito importante na economia mundial. O preço do petróleo subiu muito rápido e causou este choque de custo na economia mundial, de maneira muito intensa! O Brasil, porém, até que não foi tão afetado por essa passagem. Ele foi muito mais afetado pelo “choque dos juros”, dado pelos Estados Unidos na passagem da década de setenta para a década de oitenta. Muito importante para o caso brasileiro é que esse choque bateu com muita força no governo brasileiro,

que havia se endividado muito no exterior nos anos anteriores (Governo Geisel). E não foram as empresas privadas brasileiras a se endividar mais , foram os governos e as empresas públicas do país. Quando os juros subiram, esse choque bateu de frente com o setor público do país e nós não conseguimos sair disso até hoje.

O governo, numa sociedade como a brasileira, é importante. E ele foi muito importante na fase do dinamismo que marcou a maior parte do século XX . A gente sente ainda essa mudança, muito fortemente. Um governo que era superavitário, promotor do desenvolvimento passa a ser um governo endividado, refém dos seus credores e com muita dificuldade para ampliar as políticas públicas, mesmo quando os seus dirigentes não são liberais, mesmo que, ideologicamente, eles achem que devem ser mais atuantes. Ainda assim, têm muitas dificuldades materiais para fazê-lo.

Quem está, hoje, na Administração Federal, deve sentir isso na pele, porque, ideologicamente, defendem que precisamos mais da presença do governo, porém, os meios materiais disponíveis são muito insuficientes. E essa é uma contradição muito importante que marca a sociedade brasileira hoje. Diz respeito à passagem de um Brasil dinâmico para um Brasil semi-estagnado. Do "choque dos juros" para cá, o dinamismo foi reduzido e o Brasil vive uma fase, como disse o Professor Singer de "quase trinta anos de um crescimento muito modesto". O Governo Lula não está muito diferente do Governo Fernando Henrique, um pouquinho melhor, mas não está muito diferente do ponto de vista da retomada do crescimento. O patamar ainda é muito baixo para o que foi no passado e para o que precisa ser, numa sociedade como a nossa.

As heranças dessa fase são muito pesadas e eu vou passar rapidinho por elas. Uma primeira é a herança do endividamento externo que começa lá, pelos anos setenta, cresce muito durante o plano Real e melhora no Governo Lula. Mas o patamar onde ela está é muito mais alto do que já esteve. Então, o endividamento externo ainda é um desses fatores de bloqueio para a retomada de um crescimento mais consistente no país. E o mais grave. Como se não bastasse a dívida externa, o Brasil construiu, nos últimos anos, uma enorme dívida interna. O governo é devedor de aplicadores de dentro do país e o crescimento dessa dependência foi muito rápido. O pico desse crescimento situa-se nos meses anteriores à vitória de Lula nas urnas. É a chamada crise da véspera da entrada de Lula no governo.

O fato é que ali houve um aumento grande do processo de endividamento (uma elevadíssima relação Dívida / PIB define uma situação de alto risco). Depois, esse indicador melhora, situando-se, hoje, em um patamar inferior ao do final do Governo FHC. Mas essa relação ainda é muito alta, o que implica numa restrição muito importante. Mesmo tendo conseguido melhorar a situação, o endividamento interno ainda é um garrote muito importante a segurar o governo, principalmente o Governo Federal porque esse garrote é principalmente do Governo Federal.

Outra marca importante do período recente é o crescimento da carga tributária brasileira. Isso, aparentemente, não diz respeito ao nosso debate, mas vale a pena examinar esse aspecto. O fato é que a carga tributária cresceu muito nos anos recentes, principalmente nos dois mandatos de Fernando Henrique. Às vésperas do plano Real (1993) a carga tributária brasileira era de 25% do PIB e quando Fernando Henrique deixou a Presidência, ela atingira 35% do PIB . Portanto, nos dois governos, Fernando Henrique conseguiu aumentar dez pontos percentuais na carga tributária do país. No governo Lula esse percentual aumentou mais dois pontos, situando-se, hoje, num patamar próximo aos 37% do PIB. Aparentemente isso não seria um problema grave se não fosse o nosso sistema tributário. Como ele é muito ruim, quanto melhor ele funcione mais concentra renda. Isso porque a sociedade brasileira ainda não conseguiu fazer uma boa reforma tributária - e o Governo Lula também não conseguiu. Esse é um desafio que vai ficar para mais adiante. A mudança é necessária, porque o nosso modelo tributário tira mais dos trabalhadores de renda média e tira menos de quem ganha mais, de quem tem muito patrimônio. Basta

ver, no Brasil, os dados do imposto territorial rural. Um país continental, uma das maiores potências agrícolas do mundo, arrecada com o ITR (Imposto Territorial Rural) uma quantia irrisória. Um valor menor que o do IPTU de uma cidade pequena. Por isso, quanto melhor o sistema tributário brasileiro funcionar, pior para o nosso objetivo de construir um país mais justo! Esta é uma dificuldade que está ficando insuperável e quanto mais difícil ficar, mais difícil será para qualquer tipo de economia, mesmo a Economia Solidária, porque se ela for submetida a tributação ela estará submetida a esse padrão de sistema tributário que é muito perverso e que a gente não consegue mudar!

Outra marca importante do ambiente econômico atual são os elevados juros, hoje problema sério para o Brasil. É certo que a situação já foi pior. Na época da crise do México, da Ásia e da Rússia, o patamar dos juros brasileiros ficou elevadíssimo. Hoje já melhorou, mas ainda está em um patamar muito alto . E os elevados juros constituem um dos nossos gargalos mais importantes. Como o governo brasileiro é endividado e os juros são altos, o Governo gasta muito pagando juros e gasta pouco com políticas públicas .

E estamos vivenciando o reflexo disto, com muita força, na atual conjuntura. E essas amarras prenderam o Governo Lula. Há uma grande permanência no governo Lula : a manutenção da política macroeconômica. Como a política macroeconômica é muito parecida com a anterior, ela mantém o seu principal defeito, que é atuar como transferidora de renda para os rentistas (para aqueles que financiam o governo) ou seja, para aqueles que têm dinheiro sobrando e podem aplicar nos títulos públicos.

Esses aplicadores são muito bem remunerados. Artigo recente do Prof. Márcio Pochmann revela que o governo pagou, em 2005, cento e cinco bilhões de reais de serviço da sua dívida e esse dinheiro foi apropriado por vinte mil famílias - que são aquelas que podem financiar o governo. Nesse mesmo ano, o Bolsa-Família tinha 8,7 milhões de famílias atendidas e gastou - se com ele, 6,5 bilhões de reais . Então fiz uma conta: duas famílias dos rentistas pagariam a conta do Bolsa-Família. Isso é um absurdo num país como o Brasil. É um absurdo porque o montante de dinheiro público gasto com a remuneração dos aplicadores é um montante insuportável e continua pesando muito forte sobre as políticas públicas.

Mas em muitas outras coisas o Governo Lula é muito diferente do Governo Fernando Henrique. Não só na política social, que é aquela que geralmente todo mundo, hoje, acha que houve uma diferença muito grande. Mas, também, na política econômica há uma grande diferença. Quando saímos da política macroeconômica e olhamos, por exemplo, o programa de privatização, não dá para comparar. Lula barrou a privatização. Temos aí uma mudança fundamental. Quem estava na lista das privatizações era o Banco do Brasil, era a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás... e isso parou. Então, não é a mesma coisa, há uma mudança de fundo que não pode deixar de ser destacada. Por outro lado, o país tem hoje uma política industrial e de inovação. O governo anterior dizia que não precisava disso, bastava ter um ambiente macroeconômico estável que o resto o mercado resolvia. Mas o Brasil é um país que precisa dessas políticas públicas. Há também uma importante diferença na política de crédito, basta olhar a dimensão que o crédito ganhou no Brasil, inclusive o crédito de agências públicas. Estou aqui olhando para um diretor do Banco do Nordeste. Basta verificar o que estou dizendo, basta comparar quanto o Banco do Nordeste aplicava até 2002 e quanto aplica hoje. Se essa verificação for feita, constatar-se-á que há uma diferença da água para o vinho! Há uma diferença enorme, por exemplo, no apoio à agricultura familiar : o patamar de apoio não é o mesmo. Quando terminou o Governo Fernando Henrique a agricultura familiar recebia 2 bilhões e 400 milhões de reais por ano. Este ano vai receber 9 bilhões! Há uma diferença de quantidade e de qualidade no tipo de apoio, o que permite distinguir os dois governos.

Finalmente, quero me referir ao apoio à economia solidária. Até bem pouco tempo, não existia a SENAES no governo federal. Não estaríamos nesta conferência. Isso

permite identificar a existência de uma mudança de qualidade no tema que estamos discutindo.

Mas quais são as minhas considerações finais? Primeiro, que o ambiente atual brasileiro sinaliza para uma melhoria do ambiente que herdamos. Apesar da "trava macroeconômica", quando olhamos outras informações, o ambiente é melhor do que aquele que existia em 2002. E do ponto de vista da economia solidária é inegável os avanços construídos desde a criação da Secretaria Nacional . Avanços que vão desde a definição de uma política nacional de apoio a esse tipo de economia , até à definição de programas, criação de um Conselho e , especialmente, a realização dessa Conferência. É um longo processo de construção em três anos e pouco, mas que já começa a mudar o patamar da intervenção pública nesse campo.

Porém a Economia Solidária é uma estratégia de um outro desenvolvimento, como disse o Professor Singer. Os fundamentos dela são a negação dos fundamentos da economia capitalista. Não conheço uma palavra mais antagônica ao capitalismo do que a palavra solidariedade, porque o capitalismo é, por definição, a exaltação do individualismo e da competição. E a proposta da Economia Solidária é, por definição, o oposto disso: é criar um processo de produção com outras relações sociais de produção. Portanto, isso não é uma coisa fácil de construir num ambiente onde a hegemonia ainda é do capitalismo, onde a hegemonia em todas as esferas da organização da vida social ainda é do capitalismo. Trata-se de tarefa muito difícil, porque atua-se na contra-mão da hegemonia. Construir a favor do povo, atuando na mão, já é difícil. Imagine na contra-mão dos interesses hegemônicos! Logo, esta é uma dificuldade importante e apesar do ambiente estar melhor, sentimos uma dificuldade muito grande para que as coisas se desenvolvam com mais rapidez.

Porém, exatamente por ser esta a proposta, a Economia Solidária é uma construção da sociedade em contraposição ao modo de organizar do modelo vigente. Não é uma construção do governo. Se ela for isso, não será o que é. Ela é uma construção da sociedade: dos que sobraram do capitalismo dos que não conseguem se inserir nele e também daqueles que não querem se inserir (porque tem muita gente que está aí por opção, gente que até poderia se inserir, fazer um concurso público e virar funcionário do governo, abrir uma empresa tipicamente capitalista). São agentes que têm capacidade gerencial, condições de fazer assim, mas que têm outra opção : querem se organizar de um outro jeito... A economia solidária é, portanto, uma construção social. O que faz a diferença quando há um governo diferente? É que ele apóia e o outro não apóia. Estamos aqui, hoje, porque temos um governo que apóia. Poderíamos estar com um governo que não apóia. É possível fazer uma conferência com um governo que não apóia? Acho que sim. A organização da sociedade acumula forças. Mas, certamente ela não seria semelhante à que ora se realiza. Então, existe uma mudança importante, um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da economia solidária. Mas não podemos esquecer, como disse o Professor Singer: por ser algo que é a negação do hegemônico, há uma longa caminhada. Obrigada!.

Márcio Pochmann
(Professor do Instituto de Economia e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas)

Muito boa noite a todas e a todos! Quero dizer da minha enorme satisfação em fazer parte desta Conferência. Um abraço fraterno a todos os militantes e representantes das forças vivas da Economia Solidária brasileira. É fantástico estar aqui, nesta Conferência e saber que todos, aqui, estão colocando um tijolo na construção de uma sociedade muito diferente da que nós temos hoje. Estamos construindo um futuro, nesse sentido, um futuro que queremos diferente do que foi o nosso passado, a herança que nos aprisiona ao atraso e à exclusão social.

Sinceramente, é complicado falar depois da Professora Tânia e do Professor

Singer, a começar pela energia que eles têm. Eu vou fazer a exposição, aqui, sentado. Eles fizeram de pé, pela experiência e pelo conhecimento que nos transmitiram. Então, eu até quero dizer que nós não vamos observar o que ocorreu em Canaã. Contam que em Canaã o melhor vinho foi servido por último. Não é o caso, aqui, pelo menos nesta primeira sessão.

Bem, eu quero, na verdade, trazer para vocês alguns elementos de uma reflexão, a começar pela compreensão deste momento histórico que estamos vivendo. Inegavelmente nós, hoje, olhando a Economia Solidária, já estamos, certamente, bastante afastados daquilo que era a compreensão de Economia Solidária, daquilo que era a experiência de Economia Solidária há dez anos atrás, há quinze anos atrás. Nós andamos de uma maneira bastante precisa, com elementos concretos que já sinalizam e simbolizam o que nós pretendemos da Economia Solidária. Isso é inegável, seja pelas experiências que nós temos em termos de produção e geração de renda, de comercialização, de crédito, seja pelas experiências de políticas públicas, em âmbito local, estadual e nacional, o que demarca, certamente, um momento, eu diria assim, de ruptura com o que nós tínhamos em um passado não muito distante. Mas também precisamos reconhecer que ainda estamos, talvez, longe daquilo que entendemos como sendo Economia Solidária. Temos um caminho pela frente e nesse sentido não estamos no porto que estávamos, estamos, talvez, já no meio do mar que queremos transpassar, estimulados pelos passos que já demos e ao mesmo tempo consideramos a caminhada que temos que constituir.

Nesse sentido, o nosso caso, o caso brasileiro, está revestido de uma singularidade, uma singularidade como já foi aqui apresentada pelo Professor Singer e a Professora Tânia, que diz respeito a um fato que o aprofundamento da exclusão social, nessas duas últimas décadas, trouxe consigo, que é um processo quase irreversível, do ponto de vista da desproletarização dos trabalhadores, da classe trabalhadora que foi produto do capitalismo industrial tardio, constituído a partir da década de 30 e esse processo de desproletarização da classe operária gerou um grau de conscientização e o que nós temos, hoje, a oferecer aos trabalhadores, à sociedade, é incapaz de envolvê-los num projeto de desenvolvimento. Como bem já frisou Celso Furtado, nós, na verdade, temos um mito do desenvolvimento que as classes dominantes nos colocam a toda hora, como se fosse possível o Brasil e outras nações periféricas alcançar o estágio de desenvolvimento. Seria possível nós alçarmos à condição de primeiro mundo, como alguns governantes, inclusive, de certa forma mitológica nos colocam? É possível o Brasil ser como os Estados Unidos, ser uma nação desenvolvida? Ora, o processo histórico constituído por etapas, é insuficiente. É impossível nós nos transformarmos num país desenvolvido se continuarmos a seguir o mesmo caminho que outras nações fizeram.

Um grande estudo, já dos anos setenta, elaborado pelo Clube de Roma, demonstrou que este padrão de desenvolvimento que nós temos ainda hoje, é um padrão de desenvolvimento sustentado nos bens de consumo duráveis, no automóvel, na eletroeletrônica, é um padrão que é impossível de ser universalizado, não apenas por conta da incapacidade da sua proliferação, mas, sobretudo, pelo atentado ao meio ambiente! Imaginemos um padrão de consumo de bens duráveis na China, na Índia, mas reproduzir o padrão americano na China, significaria, como no caso americano, a cada três pessoas, duas têm automóvel; na China significaria alguma coisa como oitocentos e cinqüenta milhões de automóveis! Esse é um processo impossível de ser realizado, seja pelo estrangulamento do meio ambiente, seja pelo esforço material para se construir algo nesse sentido!

E então, precisamos ter consciência do papel histórico que nós temos. Nesse sentido a Economia Solidária se coloca não apenas como uma alternativa, mas como algo que questiona o *status quo*. O Brasil não se transformará num país desenvolvido se o caminho a ser perseguido for a tradicional recomendação dada pelas nações hoje desenvolvidas. Não há espaço para isso, a

não ser o subdesenvolvimento, que é a nossa marca. É possível, aqui no Brasil, as famílias de classe média, de cada três pessoas duas possuírem um automóvel? É possível. Nós temos isso. Mas a custa do quê? De um processo avassalador de concentração de renda, riqueza e poder. Não temos condições de generalizar automóvel para todo mundo. Podemos construir uma outra alternativa de transporte coletivo, outros mecanismos democráticos, mas é preciso termos consciência disso e é fundamental, ao meu modo de ver, que a Conferência comece a perceber o papel estratégico em que a economia solidária se coloca, comece a questionar o *status quo* e a avaliar até que ponto o que está sendo colocado como algo impossível é apenas um mito.

Nesse sentido eu quero explorar, basicamente, dois aspectos da economia solidária, o primeiro, no que diz respeito ao papel tático da economia solidária e o segundo, digamos assim, de fundo, diz respeito à estratégia da Economia Solidária a partir da perspectiva, inclusive, que o Professor Singer e a Professora Tânia nos colocaram aqui com muita coerência.

Eu não tenho dúvida de que a Economia Solidária precisa utilizar mecanismos que estão disponíveis, embora encontrem-se praticamente alijados daquilo que eu chamo o andar inferior da economia brasileira. Nós podemos olhar o país, a sociedade brasileira e perceber que é uma economia que tem dois circuitos: um é o circuito superior, onde estão os grandes empreendimentos, os capitalistas, o setor que hoje utiliza o Estado para o seu interesse, ou seja, o Estado Brasileiro tem sido funcional para o circuito superior dessa economia e para esse andar de cima da estrutura produtiva e financeira que se utiliza do Estado e este Estado, recorrentemente, oferece a esse circuito superior o que ele tem de melhor, isto é, oferece um sistema bancário para operar, fundamentalmente ,para o grande circuito da economia brasileira, seja do ponto de vista dos bancos públicos de maneira geral, seja, sobretudo, dos bancos privados. Nós temos uma estrutura bancária que se estrutura, que se volta a esse circuito superior. É claro que estou falando da *floresta*, eu sei que tem exceções, mas eu estou olhando aqui o todo e do ponto de vista histórico, como isso foi sendo montado. Não apenas temos uma estrutura de crédito voltada para os grandes segmentos, mas temos também um processo licitatório de compras do Poder Público que se ampara na estrutura oligopolizada do circuito superior da economia. Todo o processo licitatório do Poder Público está voltado, basicamente, para os grandes empreendimentos.

Mais do que isso, nós temos um outro aspecto do Estado que é funcional ao circuito superior, que diz respeito ao processo de produção e difusão de tecnologia e está voltado para os grandes empreendimentos. Eu pertenço a uma importante universidade paulista que produz tecnologia. Mas grande parte da sua tecnologia é produzida para quem? Para o circuito superior, para os grandes empreendimentos. Então, a tecnologia está a serviço do quê? Dos interesses maiores desse circuito superior. Nós temos um conjunto de formação de técnicas, de especialização de assistência voltada para o circuito superior. Quando um setor entra em dificuldades ,programas são constituídos para dar vazão à socialização do prejuízo. Ao longo dos anos noventa, quando o sistema bancário entrou em crise, foram constituídos programas de assistência aos grandes bancos privados, como o PROER. Cortamos uma parte do Estado com a privatização, para dar conta do quê? Da realização dos lucros dos grandes financistas deste país! Então, o que eu quero chamar a atenção? Do ponto de vista tático a Economia Solidária pode tencionar. Do ponto de vista em que esse Estado, que hoje temos, possa, também, estar a serviço da Economia Solidária.

É possível, portanto, avançar, alavancar, do ponto de vista da escala da Economia Solidária, utilizando mecanismos que o Estado possui? Ou seja, do ponto de vista do crédito? Eu estou falando do ponto de vista da escala. Eu sei que temos experiências fantásticas de microcrédito, mas se nós pensarmos nos milhões de companheiros que estão envolvidos na Economia Solidária e que podem ser, cada

um deles, mais um dos protagonistas, veremos que precisamos de crédito em grande escala, precisamos de bancos que estruturem os empreendimentos solidários e essa estrutura bancária que nós temos não dá conta disso, é uma estrutura bancária de alto custo, que não está a serviço do pequeno empreendimento. Não são as agências no interior das favelas, na periferia deste país. Se nós pegarmos a principal experiência de banco público que tem agências ou representações nos mais diferentes municípios, nós veremos que são representações, não são bancos a serviço dos empreendimentos do circuito inferior da economia e eu estou falando aqui de grande escala. Nós precisamos ter agentes de crédito que moram nos locais onde estão os empreendimentos, porque o nosso empreendedor não tem tempo de sair e ir à agência, gastar uma ou duas horas para chegar até onde está a agência bancária e os nossos bancos detestam pobres. É necessário pensar um outro sistema bancário que tenha a funcionalidade das necessidades do circuito inferior e nesse circuito inferior, não é, sabemos, somente economia solidária, são as outras empresas que também operam nesse sentido.

É, portanto, necessário avançar além do crédito.,É necessário avançar em quê? No espaço da comercialização. O circuito superior da economia utiliza, não de forma cooperativa, mas utiliza de forma competitiva os pequenos empreendimentos. Nós precisamos ter um espaço na licitação. Portanto, é necessário algo que privilegie o consumo, as compras por parte do Poder Público, em benefício dos pequenos empreendimentos da Economia Solidária. É impossível que o setor público, que responde por 40% do excedente econômico nacional ,não abra espaço para os pequenos empreendimentos.

É preciso uma lei que coloque como privilégio a abertura das compras para os pequenos empreendimentos. É necessário avançarmos em fundos que financiem a pesquisa para a Economia Solidária, para os pequenos empreendimentos, porque a tecnologia é outra, temos a CAPES, temos o MEC, temos, enfim, fundos públicos, mas a orientação não tem sido, basicamente, para os pequenos empreendimentos. Falo isso olhando da minha universidade.Nós formamos gente para pensar a estratégia da grande empresa. Nós não formamos gente para pensar a estratégia do pequeno empreendimento. Porque são coisas de naturezas diferentes. Precisamos pensar, também, do ponto de vista da assistência técnica que vai dar acompanhamento aos empreendimentos, uma rede que dê sustentação.

Nesse sentido, diria assim, do ponto de vista tático, o Estado que nós temos pode estar a serviço, porque hoje ele se orienta, fundamentalmente ,para o andar de cima. Como é operar em grande escala para o andar de baixo? Quais são os pontos de demanda que temos para este Estado? Porque a disputa é em termos dos fundos públicos, fundos que são muito mal arrecadados, como bem foi apresentado pela Professora Tânia. A receita que nós temos é uma receita mal arrecadada, não sob o Princípio da Justiça Tributária, mas, enfim, é uma receita que existe e, no meu modo de ver, poderia ter um outro encaminhamento: um encaminhamento, não de conta-gotas, mas, um encaminhamento que fornecesse condições de grande escala, se é para ter banco público. Portanto, taxa de juros negativa para os pequenos empreendimentos! Não precisamos operar com um banco público tendo lucro, porque se é banco público, como diz o próprio nome, o lucro tem que ser do público e não do banco. Esse é o enfrentamento a ser feito, um enfrentamento difícil, porque como foi muito bem apresentado aqui, o quadro não nos é favorável.

O quadro de hegemonia do pensamento que não é o nosso pensamento. Mas esta é a tensão, é o papel de ponta que a economia solidária tem que colocar; é a tensão a respeito do *status quo,* é a nossa compreensão, é o nosso diálogo do futuro e do desenvolvimento como nos é oferecido. É um mito, porque é difícil difundir esse desenvolvimento que poucos têm, neste país.

O segundo ponto que eu quero explorar, diz respeito, eu diria assim, ao papel

estratégico da Economia Solidária. Quando nós olhamos o que está ocorrendo no capitalismo, ninguém tem dúvida que estamos vivendo um grande salto tecnológico e este salto tecnológico vem sendo feito na captura de grande produtividade do trabalho, diga-se de passagem. Por quê? Porque ninguém tem dúvida do que nós tínhamos de produtividade há vinte anos atrás e o que nós temos hoje é algo cinco, seis vezes maior. No entanto, o padrão de gestão do trabalho é o mesmo, é algo parecido como se nós estivéssemos no final do século XIX. Pensar que na industrialização européia do século XIX as pessoas trabalhavam dezesseis, dezessete, dezoito horas por dia, pensar como era o padrão de trabalho na sociedade agrária, sendo que na sociedade agrária há uma mistura entre trabalho e não-trabalho; começa- se a trabalhar muito cedo, vive- se muito pouco, entre trinta e cinco e quarenta anos de idade. Então, o trabalho faz parte da norma de vida na sociedade agrária. E o que entra? Entra a sociedade industrial, entra o industrialismo, a empresa com um *fordismo*, com um t*aylorismo* e ela passa a usar o mesmo padrão de trabalho dezesseis, dezoito horas, cujas grandes produtividades são inegavelmente superiores. Então, nós vamos ter cinqüenta, setenta anos de tensão até alcançarmos a regulação pública do trabalho, que é o padrão do século XX, que é trabalhar oito horas, cinco dias por semana. Ao invés de começar o trabalho aos cinco, seis anos de idade, como se fazia na sociedade agrária, vão começar a trabalhar aos catorze, quinze anos de idade, vão trabalhar até os sessenta e cinco, setenta anos de idade e depois vão ter a aposentadoria. Este é o padrão da sociedade industrial.

Ora, se nós olharmos para onde está indo todo esse avanço tecnológico gerador de grande produtividade, a questão que eu coloco é a seguinte: não há mais razões para se trabalhar hoje oito horas por dia. Se trabalharmos quatro horas por dia, três dias por semana, está mais do que bom. E não é porque vamos gerar agora vagabundos, é porque a intensificação do trabalho nessa sociedade pós-industrial é brutal. O capitalismo não quer mais somente a força física, o capitalismo já quer o nosso coração, ele quer o nosso sentimento. Nós saímos com o trabalho, dormimos com o trabalho e aí por diante.

Então, temos um espaço enorme, porque se nós não enfrentarmos, não tencionarmos isso, nós vamos gerar uma massa de excedente mão-de-obra enorme e com isso eu quero dizer o seguinte: esse é o espaço estratégico da Economia Solidária. É a disputa. A um, pelos fundos públicos; a dois, pelo exercício do trabalho socialmente útil, porque nessa sociedade que estamos entrando agora, não há mais sociabilidade possível, pelo seguinte: nós vamos entrar numa sociedade cuja expectativa de vida estará em torno de cento e dez, cento e vinte anos de idade. Não há razão, hoje, para alguém entrar no mercado de trabalho antes dos trinta anos de idade, não há razão técnica, digo. Bom, mas, e aí? Uma coisa é o reconhecimento técnico. Como dizia alguém lá do século XIX, em desuso nos dias de hoje, "*o primeiro passo para mudar a realidade é conhecer a realidade*". A realidade nos oferece um padrão de vida superior, mas nós só vamos chegar lá se não houver tensão, se não houver organização e esse é o espaço da Economia Solidária. Não apenas a disputa do Estado, que é o que estamos fazendo agora e talvez vamos fazer cada vez mais, mas é do ponto de vista de apontar a perspectiva de que a Economia Solidária pode soldar os novos laços, a nova sociabilidade que é a sociabilidade do trabalho socialmente útil, é reconhecer novas formas de trabalhos que hoje não são reconhecidas, que não são valorizadas.

Numa sociedade em que as pessoas vão viver cento e vinte anos de idade, possivelmente poderão começar a trabalhar aos trinta anos e sair aos setenta anos de idade e terão ainda cinqüenta anos de vida pela frente. O que vai ser o cimento dessa sociedade? O que vai ser a sociabilidade, nesse sentido, vai ser o mercado, a individualidade? Não. A Economia Solidária tem na bagagem algo que o capitalismo não tem. Esta, eu digo assim, é a nossa grande oportunidade do ponto de vista estratégico.

Então, nesse sentido, vou terminar

dizendo o seguinte: nós temos, no meu modo de ver, duas possibilidades. Uma é a desse caminho que nós precisamos para democratizar o Estado Brasileiro. Se o Estado serve aos interesses do andar de cima ele também pode servir ao andar de baixo. E servir ao andar de baixo significa, na verdade, nós termos políticas de grande escala, seja para o crédito, seja para o mercado do ponto de vista da licitação pública, seja do ponto de vista da assistência técnica, dos fundos de pesquisa à tecnologia e assim por diante. São políticas de grande envergadura, mas isso por si só não nos apresentará a perspectiva do desenvolvimento na forma como ele é oferecido hoje, tendo em vista o salto tecnológico que estamos vivendo. Estamos entrando numa nova revolução civilizacional, que no meu modo de ver é a sociedade pós-industrial, é uma outra sociedade, uma sociedade em que a educação não será como hoje. Nós consagramos, educação como algo que antecipa o exercício do trabalho, não é isso Professor? Primeiro a gente estuda e depois do estudo vai tentar um trabalho. Um por vez, não de forma simultânea. A nossa sociedade cada vez mais veio gerar o quê? O trabalho recorrente como desculpa, em detrimento da educação e isso, recorrentemente, ao longo da nossa vida. Isto é um processo revolucionário em que a Economia Solidária se coloca de forma privilegiada. Mas ela se colocará como alternativa histórica se nós tivermos escalas, se formos capazes de tencionar, se nós formos capazes de fazer o enfrentamento e eu não tenho dúvida de que essa conferência abre as perspectivas, porque o que temos aqui são militantes que acreditam que é possível construir um país diferente.

Nós temos essa possibilidade histórica e imagino que quando estivermos realizando a décima quinta, a vigésima conferência, aqueles que virão depois de nós dirão: ótimo que nós, em 2006, estivemos com essa perspectiva e que o Brasil mudou porque nós, além da vontade fomos capazes de mudar. Obrigado!

[1] Todos os sublinhamentos são feitos por mim, a não ser quando indicado diferentemente. [PS]

Plenária:
INFORMES E ENCAMINHAMENTOS PARA OS GT´S SOBRE O EIXO III

Valmor Schiochet
(Representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária)

Bom dia! Vamos iniciar os trabalhos! A Comissão Organizadora propôs que antes de nossa ida aos Grupos de Trabalho do terceiro eixo, tenhamos essa plenária, com o objetivo de podermos, ao longo do processo de realização da Conferência, ter maior integração de todos os participantes. Avaliamos que nos dois dias anteriores ocorreu uma relativa dispersão das atividades. Então, em função disso, estamos realizando esta plenária. Vai ser uma plenária rápida, para informes sobre o Conselho Nacional de Economia Solidária e de encaminhamento dos trabalhos dos grupos. Vamos ter falas rápidas dos três seguimentos sobre o conteúdo do eixo temático três da nossa conferencia.

Antes de passarmos para o tema do eixo três vou passar à plenária um rápido informe a respeito do Conselho Nacional de Economia Solidária. O Conselho Nacional de Economia Solidária foi criado em 2003 pela Lei 10.683, a mesma lei que criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Vocês estão recebendo cópias do Decreto 5.811, de 21 de junho de 2006, portanto, da semana passada, no qual o Presidente da República decretou a instituição do Conselho. O Decreto dispõe sobre a constituição, a estruturação, a competência e seu funcionamento. É importante salientar que este Decreto é resultado de um longo processo de negociação empreendido entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Um processo de interlocução que durou, praticamente, 2 anos. Também é importante levar em consideração que não é um Decreto Ministerial nem uma Portaria da SENAES, trata-se de um Decreto Presidencial. Portanto, este processo de negociação, todo ele foi objeto, também, de convencimento ocorrido na Presidência da República.

Conforme disposto no Decreto, o Conselho é composto por 56 integrantes. A estrutura da composição do Conselho se dá por representação do poder público, por meio da representação de dezesseis Ministérios mais a representação do Fórum de Secretários Estaduais do Trabalho e da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. O segundo seguimento que compõe o conselho são os empreendimentos econômicos solidários. Eles estão representados pelas suas organizações nacionais de representação, que são a ANTEAG, a UNISOL, a CONCRAB, a UNICAFES e a ANCOSOL (que representa as cooperativas de crédito). Os Empreendimentos estão representados, também, por mais quinze representantes indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. São, portanto, vinte (20) representantes de empreendimentos que compõem o Conselho. O terceiro segmento que compõe o Conselho é o segmento das entidades de apoio, organizações e movimentos sociais dos quais nós temos também os Serviços Sociais como o SEBRAE, por exemplo. Quanto a este segmento, vou ler para vocês todas as entidades: Representante da Articulação do Semi-Árido, Representante do SEBRAE, Representante do Grupo de Trabalho da Amazônia, Representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, Representante da Rede Cerrado, Representante indicado pela Rede de Mulheres e Economia, Representante da UNITRABALHO, Representante do Movimento Nacional de Catadores, Representante do Movimento Nacional Quilombolas, Representante da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Representante da Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária, Representante da Cáritas Brasileira, Representante do Fórum do Comercio Ético e Solidário, Representante da ABECRED (Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito), Representante da ABONG, Representante da Pastoral Social da CNBB, Representante da Organização das Cooperativas do Brasil, e um Representante da Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT). Então, esta é a estrutura da

composição do Conselho.

Como o Decreto foi publicado em 22 de junho de 2006 ainda não foi possível realizar todos os procedimentos para que as entidades e os ministérios fizessem a indicação formal e oficial dos seus representantes. Esse é um procedimento que o Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, está providenciando. Então, tão logo nós tenhamos esta providência realizada, poderemos dar posse e realizar a primeira reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Em todos os casos, é importante informar que já realizamos uma reunião com os representantes das entidades, organizações e órgãos governamentais no mês de fevereiro último. O objetivo daquela reunião foi iniciar o processo de realização desta Conferencia. Naquele seminário, realizado aqui em Brasília, foram feitas as indicações para a constituição da Comissão Organizadora da I Conferencia Nacional de Economia Solidária. A comissão é composta por esses três segmentos de maneira paritária. São seis representantes do poder público, seis representantes de empreendimentos e seis representantes das entidades de apoio e das organizações dos movimentos sociais.

Então, é nesse sentido que há uma construção política entre o processo de composição e estruturação do Conselho e realização desta Conferencia Nacional de Economia Solidária que foi convocada pelos três ministérios (Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Desenvolvimento Agrário).

Com estes esclarecimentos, vamos entrar na discussão do terceiro eixo temático, um dos eixos que se propõe a fazer o debate das prioridades da estratégia para as políticas públicas da economia solidária e nessa plenária, então, vamos ter um rápido comentário sobre o terceiro eixo de representantes de cada um dos seguimentos.

Paulo Lacerda
(Representante dos Empreendimentos Solidários e suas Organizações)

Bom dia a todos, eu vou tentar ser o mais breve possível e investir bem o tempo de vocês na paciência com a minhas imperfeições. A economia solidária, quando cresce muito e desordenadamente, perde suas raízes e não se sabe mais onde começa a Ecosol e termina o capital, temos que estar atentos para nossas bases interligando produção, comercialização e sustentabilidade em autogestão; nunca devemos perder as nossas raízes e nossos conceitos para que não nos transformemos em capital de segunda classe. Temos também que dar atenção ao nosso lado filosófico e não devemos nos afastar dele, onde nasce e vive o autêntico processo endógeno, nas nossas raízes. Mas não devemos fechar nossas portas para parcerias, parcerias autenticas, não de aventureiros que tentam se apropriar da sublime filosofia EPS com propósitos pouco claros. Quem tem que tomar a iniciativa da caminhada somos nós, os empreendimentos, apontando o norte existencial no campo da geração de trabalho e renda. As entidades de apoio e gestores públicos são parceiros muito importantes na caminhada da economia popular solidária, sem dúvida, mas somos nós que temos que tomar essa iniciativa de nos erguermos na geração de trabalho e renda, objetivo maior do Ecosol, mas sem nos descuidarmos da vigilância. Façamos assim: não somos pedintes, somos trabalhadoras e trabalhadores capazes, muito criativos e criativas. Agindo assim, nossos parceiros, entidades de apoio e gestores públicos, poderão continuar fazendo o grande trabalho que têm feito, irmanados nos princípios da economia solidária. Nosso movimento não é pobre, não somos aproveitadores e sim, responsáveis pelo resgate social, passando pelo caminho do respeito, da cidadania e da dignidade humana.

A economia solidária, companheiras e companheiros, é coisa séria e merece nosso mais profundo respeito. Estamos falando de gente, pessoas, e não de idéias

políticas poucos claras que tanto e ao longo de tanto tempo contribuiu para que tais pessoas se tornassem pessoas de segunda classe. Nós, companheiras e companheiros, estamos sim, precisando de novas parcerias na geração de políticas públicas consistentes que atendam de fato às demandas dos empreendimentos da economia solidária, parcerias de mãos calosas. Mas dispensamos críticos de raciocínio brilhante. Que a dureza dos tempos atuais não consiga fazer-nos perder jamais a ternura dos nossos corações.

Muito obrigado.

Ângela M. Schwengber
(Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária)

Bom dia! Gostaria de compartilhar com vocês a alegria de estarmos juntos, gestores públicos, entidades de apoio e empreendimentos de economia solidária e suas representações, na construção das políticas publicas de economia solidária no Brasil.

Hoje nós estaremos nos empenhando em uma discussão que talvez seja o principal eixo da conferência, que é a apontar para o futuro, o que nós queremos, o que nós necessitamos que seja implantado em termos das políticas públicas para garantir o projeto ou a estratégia de desenvolvimento que nós vimos afirmando e que discutimos ontem nos grupos de trabalho. Esse será um debate muito importante e merece toda nossa atenção e cuidado.

A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que vem reunindo há bastante tempo um conjunto de gestores municipais e estaduais e numa interlocução também com gestores federais, tem tentado sistematizar as experiências de políticas públicas para esse segmento. Inclusive já colocamos à disposição a sistematização que já conseguimos produzir e ficamos muito contentes que as nossas contribuições foram incorporadas ao texto básico da conferência, exatamente nesse eixo três. Dessa forma, vocês já conhecem quais têm sido as contribuições que nós estamos trazendo e que são frutos dessas experiências realizadas nos municípios, nos estados, que contam com a participação dos atores sociais. É uma sistematização que nós estamos tentando fazer, mas que certamente tem um pouquinho de cada um de nós (diversos atores da economia solidária) presente nesse texto e também, obviamente, as reflexões que nós temos feito no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Solidária com os demais atores que participam. Por isso eu não consigo separar completamente as coisas: isto somos nós e isto são os outros. Nós temos muitas coincidências na construção desse conhecimento. Em todo caso, nós estamos destacando algumas discussões que vão ser muito importantes, que nós nos aprofundamos, tentamos fazer isso nos grupos temáticos na primeira noite da conferência e hoje vai ser, talvez, o momento de realmente tirarmos qual é a nossa elaboração possível nesse momento, até onde nós conseguimos chegar, qual é a síntese melhor para a economia solidária do que nós temos acumulado até hoje.

Vou destacar alguns elementos que a Rede de Gestores tem debatido bastante e que nós gostaríamos de compartilhar com vocês para ajudar na reflexão em relação à concepção da política. Em primeiro lugar, nós reafirmamos que ela tem que ser uma política de desenvolvimento. Nós estamos de pleno acordo com isso e que a economia solidária, ao se tornar uma política pública, ajuda na democratização do Estado brasileiro e na construção do Estado Republicano, entendido como afirmação de novos direitos e reconhecimentos de novos direitos e de novos atores sociais, as transversalidades de políticas como a possibilidade de nós darmos conta da integralidade que a economia solidária oferece para pensar o ser humano e o desenvolvimento do ser humano.

Também afirmamos a necessidade das ações setoriais como forma de reconhecer esse novo segmento. Ele demanda política de todas as áreas, mas por outro lado, ele é algo novo, ele não é exatamente o mesmo que já estava aí, então a política também tem que ter ações

afirmativas dessa nova identidade.

Ela é uma política diversa e plural, porque diverso e plural é o movimento da economia solidária no Brasil e isso precisa ser respeitado na hora de pensarmos nas políticas públicas para que não tenhamos a tendência natural dos sistemas de uniformizar o diferente, de eliminar as diferenças.

É uma política que deve ser universal e tem que ser de grande escala, porque ela precisa, obviamente, garantir que nós, efetivamente, possamos fazer parte do modelo de desenvolvimento. Nós corremos os riscos também de ficar em guetos; então a política tem que se universalizar para exatamente nos ajudar a ocupar o espaço relevante que nós consideramos que devemos ter no desenvolvimento do país.

Na questão do lugar institucional, que é um dos temas que têm aquecido os ânimos de todos nós nesses últimos dias de debate, temos apostado muito, e isso está expresso nos nossos documentos, que o grande debate não diz respeito ser aqui ou ali, esse ou aquele ministério, se é uma secretaria ou outra, mas o grande debate é: quais são as ações que nós temos que implantar e qual é o lugar no Estado que nos permite melhores condições para isso. Como as nossas instituições de governo são muito suscetíveis ao contexto político, fazendo com que a montagem e desmontagem de ministérios e secretarias seja algo relativamente natural, nós consideramos que o lugar é mais uma questão de negociação face às condições e menos uma questão de afirmação prévia. O que nós temos que afirmar previamente é o que nós achamos que deve ser feito, de que maneira deve ser feito e buscar que o lugar institucional seja aquele que melhor responda a essas necessidades.

Em relação às prioridades para o próximo período, a Rede de Gestores também vem discutindo isso. Nós entendemos as prioridades, não como forma de valorizar mais algum aspecto em relação aos outros nas políticas públicas, mas como uma forma de a gente começar por algum lugar e começar por aquele lugar que seja o mais estruturador possível da economia solidária, aquilo que abra espaço para que outras ações aconteçam a partir dela. Nós não conseguiremos fazer tudo ao mesmo tempo, agora, embora nós muitas vezes façamos isso no nosso cotidiano, mas nós sabemos o quanto isso é difícil. Nós achamos que as prioridades são importantes e acreditamos que temos grande coincidência entre os diversos atores sobre quais são elas.

Mencionarei algumas dessas prioridades. A definição do marco jurídico, tanto para definir quem é esse ator da economia solidária, como para reconhecer como ele se organiza, quais são seus direitos e regulações específicas de como ele vai acessar esses direitos. Essa é questão prioritária para que nós possamos avançar em termos da democratização, da destinação dos recursos públicos e dos bens públicos, neste país.

A outra ação que parece prioridade tem a ver com o investimento na economia solidária. O investimento pode se dar em termos de inovação tecnológica, de educação, de infra-estrutura, de educação, de crédito, de recursos para que os empreendimentos possam se estruturar, possam de fato gerar trabalho e renda. Entendemos, neste momento, que deveríamos trabalhar tanto para a implantação de linhas especiais para economia solidária dentro dos fundos existentes, como a criação de um fundo especifico em âmbito nacional e, na medida que formos avançando, nos estados e municípios.

O terceiro eixo que nos mobiliza é a questão da ação no território e da ação nos setores econômicos. Neste eixo, apostamos que as cadeias produtivas são de fato elementos estruturadores das políticas públicas e que podem ajudar a ampliar a organização e o fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária.

Eu queria concluir com um reforço à prioridade da integração das políticas públicas, seja num mesmo nível de governo, seja entre os entes da federação. Nós temos uma tradição no Estado brasileiro de fragmentação, de pulverização de políticas, a famosa política de balcão. Nós temos

conseguido avançar muito nos últimos anos para superar isso e nós achamos que esse é o desafio fundamental na hora de nós pensarmos políticas públicas. A integração das ações entre os órgãos e as esferas do Estado brasileiro, entre os governos das diferentes esferas do Estado para que os recursos sejam mais bem aproveitados, cheguem mais diretamente ao seu destino e não sejam usados de maneira sobreposta ou fragmentada. Nós defendemos que essas políticas têm que estar integradas e com controle social pleno. Portanto coloca-se a urgência da instalação e funcionamento dos conselhos, não apenas em nível federal, mas também em nível estadual e municipal. Nós devemos avançar nessa direção e para isso a tensão social criada pelos movimentos de trabalhadores de economia solidária, pelas entidades de apoio e até mesmo por nós gestores públicos que nos consideramos também militantes da economia solidária dentro do Estado brasileiro, é fundamental para que nós possamos avançar no próximo período. Obrigado.

Ademar Bertucci
(Representante das Entidades de Apoio e Organizações da Sociedade Civil)

Bom dia a todas e a todos!
Vamos falar da casa dos três porquinhos na luta contra o lobo mau e do homem que constrói sua casa sobre a areia ou sobre a rocha, como introdução. Nossos pilares dessa construção: a Carta de Princípios e a Plataforma de Luta do Fórum Brasileiro da Economia Solidária(FBES) . Em seguida abordamos as resoluções da última reunião da coordenação nacional do FBES a respeito das bandeiras prioritárias para a Conferência. Por último, um alerta sobre os temas mais polêmicos, temas-chaves, anunciados no documento-síntese das Conferências Estaduais sobre os quais pedimos especial atenção nos trabalhos dos grupos.

O que estamos construindo?
A maioria conhece a estória dos três porquinhos e do lobo mau. A necessidade dos três porquinhos de se defenderem do lobo mau os obrigavam a construir casas para se protegerem. O primeiro porquinho faz uma casa de papel, vem o lobo mau e com um sopro a destrói. O segundo porquinho faz uma casa de varas e folhas, vem o lobo mau, sopra com um pouco mais de fôlego e a casa vai para o beleléu. O terceiro porquinho faz uma casa de alvenaria, tijolos e cimento e consegue se proteger e enfrentar o lobo mau. Também os evangelhos falam da importância das construções sólidas, das construções feitas em cima da areia, que caem com facilidade e das construções feitas em cima da rocha, que perduram.
Nós estamos construindo os primeiros pilares da economia solidária no Brasil. Não apenas para nos proteger de "sopros imediatos", mas para o futuro, para o enfrentamento ao "LOBO MAU", com uma casa forte e bem erguida. O Fórum Brasileiro da Economia Solidária é composto de três segmentos: os empreendimentos, as organizações de fomento, assessoria e apoio, e a rede de gestores públicos. Nossas resistências ao LOBO MAU são antigas, mas a nossa luta conjunta para o enfrentamento é recente.
Temos apenas 3 anos de caminhada nesse processo, como ator coletivo de construção política da economia solidária, quando constituímos o FBES, sua Carta de Princípios e sua Plataforma de Lutas em torno de sete eixos sobre os quais nós estamos trabalhando para construir nossa casa. Princípios e eixos, aliás, incorporados ao documento-base, discutidos nas Conferências estaduais e no dia de ontem aqui, na Conferência Nacional.

A Plataforma de Lutas, bandeiras e prioridades para a Conferência Nacional
Há duas semanas atrás a Coordenação Nacional do Fórum da Economia Solidária, cerca de 90 participantes, avaliou a mobilização nacional para a Conferência que resultou em mais de uma centena de eventos preparatórios e nas 27 Conferências Estaduais. Dessa "reflexão", entre outras ações, foram definidas as bandeiras de luta prioritárias para serem discutidas aqui na conferência nacional.
Companheiros/as, aqui presentes,

delegados/as da Conferência Nacional, comprometidos com as Bandeiras de Luta do FBES estarão colocando à disposição de cada grupo de trabalho o resultado dessa reflexão. São 15 proposições organizadas a partir dos 7 eixos da Plataforma Nacional de Lutas. Para contribuição nas discussões e proposições a serem definidas em cada grupo de trabalho.

Quais são os 7 eixos da nossa Plataforma, dentro dos quais a coordenação nacional definiu as 15 proposições? Item 1, a luta pela produção, comercialização e consumo. Item 2, a luta pelo reconhecimento da organização social da economia solidária. Item 3, a luta por um marco legal, que está nos envolvendo a todos na necessidade de legislação que defina a economia solidária como um setor da economia diferente da economia capitalista, diferente da economia estatal. Item 4, a luta por um sistema de finanças solidárias distinto do sistema financeiro atual; Item 5, a luta para dentro da educação. Item 6, a luta pela democratização do conhecimento e tecnologia. Item 7, a luta por uma política de comunicação para que a economia solidária seja conhecida e reconhecida e cada vez mais praticada!

Temas-chaves polêmicos oriundos das Conferências Estaduais

A coordenação nacional do FBES refletiu sobre alguns dos temas-chaves polêmicos, contidos no documento de sistematização dos relatórios das Conferências Estaduais. A Rede de Gestores, tal como Ângela explicitou, aqui na mesa, teve oportunidade de explorá-los um pouco mais, às vésperas da Conferência Nacional. Tais temas também foram discutidos nas oficinas simultâneas realizadas na primeira noite após a abertura da Conferência Nacional, com o fim de subsidiar acúmulos, compreensões e divergências sobre os mesmos.

Destaque 1, relativo à cultura da auto gestão, proposta da Conferência do Distrito Federal. Trata-se da discussão de que a economia solidária, vai além da economia economicista e da legislação de direitos; é uma questão de cultura que deve ser enfrentada.

Destaque 2, proposição da Conferência do Ceará, a respeito da universalização das políticas; o avanço na luta de direitos universais, exige tratamentos diferenciados, e o movimento da economia solidária é composto por diferentes segmentos e necessidades de políticas afirmativas.

Destaque 3, proposição da Conferência de Santa Catarina, direitos trabalhistas e controle social; aqui chamamos atenção para que essa discussão dos direitos trabalhistas nos ajude a aprofundar o debate das duas propostas de legislação que estão hoje no Congresso; a proposta de legislação da OCB a ser confrontada e a proposta de legislação para as cooperativas de trabalho do MT E.

Destaque 4, proposição das Conferências dos estados do Ceará, Pará, Pernambuco e Minas Gerais; trata do lugar, do espaço institucional que a economia solidária deverá ocupar no aparato governamental; reafirmamos, como a Ângela o fez, que é fundamental discutir que economia solidária esteja em um patamar que dê conta das proposições que esta Conferência Nacional está trazendo; a necessidade nacional, dada pelo acúmulo e esforços atuais dos diferentes entes governamentais e da sociedade civil, exige um outro patamar institucional.

Destaque 5, vindo da conferência paulista: o papel e a composição do conselho Nacional; a discussão da proporcionalidade das representações dentro do Conselho é tão importante quanto o patamar institucional que um futuro conselho deverá ocupar; também aqui a questão que se coloca é: o atual patamar do Conselho Nacional, cuja regulamentação e composição foi aqui confirmada, dá conta de ser o espaço das tarefas e negociações e consensos e capacidade de tomada de decisões políticas que esta Conferência propõe?

Por último, reforçando a questão das prioridades: gostaríamos que os grupos, na sua última tarefa para tirar cinco prioridades considerassem as 15 propostas de prioridades organizadas nos sete eixos da Plataforma de Lutas do FBES. Obrigado.

Documento Final

EIXO TEMÁTICO I

Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimentosustentável, democrático e socialmente justo.

Fundamentos da Economia Solidária

1. A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

2. A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

3. A Economia Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento. Igualmente, há associações, cooperativas e grupos informais de consumidores, pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada qual em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos.

4. Dentro do modo de organizar a produção é fundamental o acesso irrestrito a todos os tipos de informação, não só no aspecto financeiro, de custos e valor dos produtos e/ou serviços, como em todo o conjunto de informações relativas ao processo de trabalho (matéria prima, equipamentos, nível de desempenho de cada um, negociação com consumidores etc). Na Economia Solidária as informações do empreendimento devem ser democratizadas a todos, através de espaços comuns de discussão. Mas disponibilizar a informação não é suficiente. É importante o incentivo ao envolvimento de todos em todas as questões, criando estratégias para superação de resistências, respeitando as escolhas e a individualidade de cada um.

5. As iniciativas de Economia Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.

6. As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais destacam-se: coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental); organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio

justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração.

7. A Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital. Nesse sentido, compreende-se por trabalho emancipado:

I. o trabalho exercido por livre opção, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido;

II. o trabalho cujo produto seja de propriedade do trabalhador, individual ou coletivamente, e não alienado pelo capital;

III. o trabalho como exercício de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina;

IV. o trabalho que possibilita a realização pessoal do trabalhador, seja pelo reconhecimento de seus pares, seja pela satisfação do bom uso de quem o recebeu, e não individualizado e desvinculado do destino final do produto;

V. o trabalho que é viabilizado pela redução crescente do trabalho necessário, pela democratização dos ganhos da produtividade e pela maximização do tempo disponível para o desenvolvimento dos potenciais individuais e coletivos superiores do ser humano (físicos, mentais e espirituais);

VI. o trabalho que possibilita a realização de todos os trabalhos que precisam ser feitos para reconstrução da vida e não a fabricação desenfreada de mercadorias para a comercialização, ameaçando o trabalho;

VII. o trabalho como fonte geradora de conhecimento é fundamental;

VIII. o trabalho que pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital e a implantação da autogestão;

IX. o trabalho que pres- supõe o fim da alienação do trabalho e apropriação da produção por quem a produz;

X. o trabalho que considera tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva, sob pena de excluir parcela ativa responsável pelo cuidado das pessoas.

8. A Economia Solidária resgata os aspectos básicos da criação do conhecimento e de sua propriedade, compreendendo-o como uma criação histórica de gerações e gerações de trabalhadores que o foram construindo coletivamente através do trabalho. As práticas da Economia Solidária continuam este processo de criação coletiva de conhecimento e sua correspondente reapropriação.

9. Além de geradora de trabalho emancipado, a Economia Solidária promove o resgate de saberes tradicionais e a construção e a difusão de novos saberes, bem como ,o fortalecimento e a prática do consumo consciente, ético, solidário e justo. Leva a sociedade a perceber que o ato de consumir não é apenas uma questão de “gosto”, mas,é, também, um ato ético e político. Ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias, aprofunda-se as desigualdades sociais de gênero e classe. A Economia Solidária deve buscar a articulação entre produtores e consumidores, potencializada por uma comunicação de base solidária, dialógica e educativa.

10. A Economia Solidária é, pois, uma alternativa ao modelo econômico capitalista,

no qual a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perdem o acesso à remuneração e ficam excluídos das possibilidades de um consumo que atenda dignamente às suas necessidades como ser humano.

11. A Economia Solidária busca reverter a lógica capitalista que promove crescente exploração do trabalho e dos recursos naturais, gerando desigualdade social, cultural, econômica, territorial, degradação ambiental e prejuízos à saúde dos seres vivos. Ela afirma a emergência de um novo ator social composto de trabalhadores associados e consumidores conscientes e solidários, portadores de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo, caracterizando-se, portanto, como um processo revolucionário.

12. À medida que se organiza e se integra, a Economia Solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, includente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos participantes ou com a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade. Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista. Para se chegar a esta sociedade é imprescindível: 1. superar a sociedade capitalista; 2. unir, na luta político econômica, aqueles que vivem do trabalho (proletários, desempregados, camponeses, cooperados, setores médios), aqueles que não são capitalistas; 3) a superação da antiga sociedade para a nova é essencialmente uma luta política, uma disputa de projetos antagônicos.

13. A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas dos trabalhadores e de setores excluídos da sociedade que tenham como foco principal a valorização do ser humano. Dentre elas podemos destacar:

I. A luta dos trabalhadores contra a subordinação do trabalho pelo capital e valorização da propriedade individual dos recursos produtivos e a favor da gestão coletiva dos meios de produção, do produto do trabalho, da solidariedade e da cooperação mútua;

II. A luta da agricultura familiar e da reforma agrária e camponesa, baseada em princípios agroecológicos e que prezem pela gestão coletiva e democrática , pelo acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos, pela preservação dos recursos naturais com a adoção do manejo sustentável;

III. A luta das comunidades tradicionais (quilombolas, negras, terreiros de matrizes africanas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas, etc.) pelo reconhecimento e valorização de conhecimentos e práticas tradicionais, valorização da diversidade étnica e cultural, promoção dos direitos territoriais (reconhecimento e demarcação de suas terras) e de sua autodeterminação;

IV. A luta pela reforma urbana, pela gestão coletiva dos espaços e da moradia;

V. A luta pelo manejo sustentável dos resíduos sólidos por meio da autogestão e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis;

VI. A luta pela participação popular na definição e controle social das políticas públicas e dos orçamentos;

VII. A luta das mulheres pela igualdade de gênero, raça, etnia, classe e pelo reconhecimento do papel da mulher como sujeito do desenvolvimento econômico e social numa economia fundada na solidariedade;

VIII. A luta contra todas as formas de preconceito e de discriminação, sejam elas por raça, etnia, orientação sexual, geração, religião ou pela condição física,

psíquica ou econômica;

IX. A luta pela inclusão social das pessoas com deficiência, idosas, portadoras de HIV, egressas do sistema prisional, com transtornos mentais, entre outras;

X. A luta pela valorização das identidades e manifestações culturais rurais e urbanas, indígenas e outras;

XI. A luta da juventude urbana e rural por acesso à educação, à cultura, geração de trabalho, renda, etc e contra a violência;

XII. A luta pela inclusão digital e o software livre;

XIII. A luta ambientalista pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas;

XIV. A luta pela democratização da comunicação, pelo acesso e uso dos meios e contra o monopólio da mídia.

XV. A luta pela erradicação do trabalho infantil e escravo

A Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento

14. Na concepção predominante, o desenvolvimento é compreendido como o aumento da produtividade global, ou seja, tem sido resumido ao crescimento econômico como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em determinados paises ou regiões. Mas esse não é o modelo que pretendemos, pois o predomínio do capital financeiro que subordina os investimentos produtivos reduz a capacidade do sistema em gerar novos postos de trabalho, agravando a questão social com a precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego. Essa concepção capitalista de desenvolvimento considera somente seu aspecto econômico-quantitativo sem considerar seu aspecto distributivo, favorecendo a concentração do capital, gerando as desigualdades sociais e territoriais, a degradação ambiental e a desvalorização das culturas locais.

15. Mas este não é o único desenvolvimento possível. Existem outras concepções de desenvolvimento que consideram a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas. A Economia Solidária considera o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões. Hoje, no Brasil, há comunidades em situação de vulnerabilidade que se mobilizam para pôr em marcha um outro desenvolvimento promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de produtores familiares, redes, cadeias produtivas e grupos informais. Podemos chamar este outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados com respeito à diversidade de raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa. É nesse sentido que a Economia Solidária é uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, includente e solidário.

16. As comunidades engajadas em seu próprio desenvolvimento demandam apoio e assistência de qualidade dos diferentes órgãos de governo (União, Estados e Municípios), dos bancos públicos e de ONGs, universidades organizações autônomas de gestão, fomento e participação popular, para melhorar sua organização, identificar e desenvolver suas potencialidades sócio-econômicas, étnicas e culturais na busca de níveis crescentes de bem-estar, primando pela sua autonomia.

17. A maioria dos empreendimentos econômico solidários, principalmente as pequenas comunidades isoladas, tem dificuldades de alcançar a viabilidade econômica necessária que lhes permita inserção em mercados regionais, nacionais ou mesmo mundial. Para sobreviver e progredir em tais mercados, essas comunidades têm de se unir a outras em redes de produção, comercialização, compras coletivas e consumo, articulando cadeias produtivas. Estas últimas podem cobrir largas extensões do país, como a

Cadeia do Algodão Orgânico, que inclui cotonicultores no Ceará, fiações e tecelagens em São Paulo, cooperativas de costura nos Estados do Sul e organizações extrativistas que beneficiam sementes na Região Norte. Deste modo, a Economia Solidária vai-se revelando como uma nova dinâmica de enfrentamento da pobreza e das desigualdades regionais e começa a se consolidar na forma de um sistema econômico diferenciado. Nesse sentido, o desenvolvimento local sustentável e solidário requer a democratização do acesso e a ampliação de programas e projetos que contribuam para a criação e fortalecimento das redes, das cadeias, das centrais de comercialização e do sistema de comércio justo, de modo a dar sustentabilidade aos diversos empreendimentos solidários.

18. Assim, a Economia Solidária, ao reorganizar processos econômicos e cadeias produtivas, se converte ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), autogestionário, solidário e sustentável, fazendo dos agentes locais, os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa estratégia nacional de desenvolvimento.

19. A Economia Solidária é uma das significativas possibilidades que se abrem para a construção de uma globalização solidária por meio do estreitamento de relações entre os participantes deste movimento de economia solidária nos diversos continentes e de sua articulação com outros movimentos sociais, populares e políticos que afirmam esta nova concepção de desenvolvimento.

20. A transformação estrutural da economia e da cultura brasileira, capaz de promover um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, desconcentração de riqueza e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como, crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas, será fruto do avanço da economia solidária. Exige-se, para tanto, um conjunto de alianças entre as organizações populares e solidárias do campo e da cidade e com os Poderes Públicos nas três esferas.

21. Para isso, a Economia Solidária está desafiada a efetuar a fusão entre o saber popular e o produzido por escolas e universidades, apresentando soluções sócio-econômicas, culturais e ambientais na direção de uma nova sociedade e para além dos problemas imediatos que o capitalismo não conseguiu resolver. Deverá constituir-se, igualmente, como protagonista de um movimento político que construa, a partir de seus eixos estratégicos, uma proposta efetiva de desenvolvimento sustentável para o país, que promova a inclusão social de toda a população, com a satisfação de suas necessidades e o exercício ativo da cidadania.

22. A Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados Nacionais da garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado, a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta; transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um.

23. O valor central é a soberania nacional, com participação democrática, em um contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. Transcendendo as fronteiras nacionais, haverá maior integração dos vários movimentos e redes existentes em outros países, em especial na América Latina. Na conjuntura atual, para a economia solidária no Brasil, são estratégicas as ações de comércio justo e solidário internacional e intercâmbio de tecnologias sociais e de Economia Solidária entre esses países, com apoio de governos nacionais, cada vez mais ameaçados pela apropriação indiscriminada dos recursos naturais, notadamente expressas nas ações de biopiratarias.

EIXO TEMÁTICO II

O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas.

24. A Economia Solidária tem um passado ancorado na construção de uma identidade e de um projeto histórico que resgata as mais remotas lutas de emancipação popular, tais como: indígenas, comunidades negras, quilombolas e terreiros de matrizes africanas, mulheres, camponeses, extrativistas e outros grupos no campo econômico; e estratégias econômicas fundadas na solidariedade, vividas pela humanidade em diferentes momentos e lugares.

25. Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado, principal forma de organização do trabalho nesse sistema, levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados, associativos e grupos informais: os sindicatos, como forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados e dos agricultores familiares; e os empreendimentos cooperativados ou informais e de autogestão, como forma de trabalho alternativo à exploração assalariada, na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

26. As mudanças estruturais de ordem econômica, social e tecnológica, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que perdem seus direitos sociais e são submetidos a relações precárias de trabalho para garantir sua sobrevivência.

27. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras encontrarem alternativas de geração de trabalho e renda.

28. Na Economia Solidária, centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram-se organizando de forma coletiva em projetos produtivos, cooperativas populares e habitacionais, redes e cadeias produtivas e centrais de produção, consumo, comercialização, clubes de trocas, trocas solidárias e financiamento. Recuperaram-se centenas de empresas falidas. Os agricultores/as familiares e assentados/as da reforma agrária se articularam em associações e cooperativas de produção, cooperativas de trabalho, prestação de serviços e de crédito, reorganizando práticas que há muito tempo já existiam na agricultura e extrativismo familiar. E estes são apenas alguns exemplos de organização social e econômica que revelam a presença da Economia Solidária no país.

29. Portanto, a Economia Solidária está presente no campo e na cidade. No campo, vem aprofundando relações com os agricultores/as familiares, com os trabalhadores/as rurais sem terra, artesãos/ãs, pescadores/as, extrativistas, apicultores/as, ribeirinhos, indígenas, camponeses, comunidades negras, quilombolas e terreiros de matrizes africanas, e com o movimento sindical de trabalhadores/as rurais, considerando os eixos da reforma agrária, regularização dos territórios dos quilombolas, conforme disposto na Constituição Federal e da defesa da agricultura e extrativismo vegetal e mineral familiar,,na perspectiva da Economia Solidária. Na cidade, estabeleceu relações com os movimentos populares e sindicais de trabalhadores/as e com empreendimentos populares, com os debates em torno da reforma urbana, cidadania e redução da jornada de trabalho, dentre outros. A Economia Solidária vem experimentando uma nova relação entre produtores solidários e consumidores, gerando consumo consciente e comercialização justa, estreitando as relações do campo com a cidade.

30. Atualmente, a Economia Solidária vem crescendo de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. O mapeamento, realizado em 2005 (SIES, MTE 2005), confirmou a existência de 14.956 empreendimentos solidários e que deles participam um milhão e duzentos e cinqüenta mil trabalhadores, que fazem circular mais de quinhentos milhões de reais por mês, por meio de múltiplas formas de organização. Nestas, predominam as associações, com 54%;

vindo em seguida os grupos informais, com 33%; e as cooperativas com 11%. Dos empreendimentos mapeados no Brasil, 70% foram criados entre 1990 e 2005. Das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária resulta extensa variedade de produtos e serviços em todo o território nacional.

31. A Economia Solidária avançou, recentemente, na sua articulação política, econômica, social e humana, e vem constituindo uma nova mentalidade, avançando em sua organização com a constituição de Fóruns (municipais, regionais, estaduais), em especial o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Redes de Produção e Comercialização, Redes de Trocas Solidárias, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e Frentes Parlamentares de Economia Solidária. Vem avançando também através da criação de Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Economia Solidária. Isto tem permitido fortalecer as ações de elaboração coletiva e a expressão conjunta de concepções e propostas, bem como, de reorganização de fluxos econômicos e culturais, com vistas a fortalecer os processos solidários de produção, comercialização, consumo, financiamento, intercâmbio, capacitação e desenvolvimento tecnológico. Há, entretanto, um grande desafio a ser vencido, que é o fortalecimento de relações de confiança entre os atores da Economia Solidária. Esta temática vem sendo discutida nos processos de incubação de empreendimentos solidários realizados por ONGs, Universidades, órgãos públicos, e mesmo por outras cooperativas mais experientes, particularmente nos últimos três anos.

32. Cresceu o número de entidades que oferecem assessoria e fomento à Economia Solidária, a exemplo de organizações não governamentais (ONGs), fundações, OSCIPs, Igrejas e instituições religiosas, cooperativas de crédito, entidades de representação de empreendimentos, universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de pesquisa e extensão), e gestões públicas municipais e estaduais, que atuam, seja na formação (tanto técnica quanto econômica, política e sócio-cultural), seja no apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

33. A Economia Solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas, para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento locais e territoriais, orientando- se, cada vez mais, rumo a uma articulação nacional e internacional, em especial a latino-americana.

34. Igualmente são elementos que dão visibilidade e confirmam o avanço da Economia Solidária a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), em 2003, e o conjunto de iniciativas governamentais que desenvolveram políticas de apoio e fomento à Economia Solidária, como por exemplo: o apoio às Feiras de Economia Solidária, a ação de apoio às empresas recuperadas, a ação de apoio às redes e cadeias produtivas, o plano setorial de qualificação (PlanSeQ) em economia solidária e o projeto de apoio ao desenvolvimento local e Economia Solidária. Neste último, cabe mencionar o atendimento de demandas de comunidades tradicionais e segmentos historicamente excluídos das políticas públicas, como, quilombolas, desempregados, indígenas, mulheres, catadores de materiais recicláveis, etc. Além da ampliação do campo da Economia Solidária, essas ações apontam para um novo modelo de desenvolvimento, construído a partir da participação direta das próprias comunidades e segmentos na elaboração das suas estratégias de desenvolvimento. Por outro lado, a estratégia de política pública, implementada pela SENAES, ainda apresenta fragilidades, tais como: sobreposição da Agenda Nacional sobre as Estaduais e Municipais, desequilíbrio na divisão dos recursos entre os Estados, interferência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, etc. Assim, é necessário avançar na institucionalização da política pública de Economia Solidária encontrando

a sua centralidade no interior do Estado.

35. A criação da Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária foi um importante passo para a viabilização desta política em alguns Municípios e Estados, através da capacitação e articulação dos gestores públicos. Outro avanço diz respeito às conquistas obtidas em Municípios e Estados com a proposição e aprovação de legislações específicas e de interesse e promoção da Economia Solidária.

36. No âmbito Federal, além da contribuição das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, há um avanço importante, porém ainda insuficiente, de participação de outros Ministérios e órgãos governamentais, e de movimentos sociais em ações de apoio e fortalecimento da Economia Solidária. Deve-se ressaltar a sua articulação com as políticas de enfrentamento à pobreza; de transferência de renda; de segurança alimentar; de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária; da agricultura urbana; da regularização fundiária das comunidades quilombolas, indígenas e campesinas; de qualificação social e profissional; de educação de jovens e adultos; de ciência e tecnologia; de desenvolvimento urbano e rural; de desenvolvimento territorial; de promoção da saúde mental, da saúde do trabalhador e da saúde da família; de meio ambiente; de promoção de igualdade de gênero, raça e etnia, entre outras. No âmbito dos Estados e Municípios, diversas iniciativas comunitárias, governamentais e não governamentais, foram fundamentais para a construção da Economia Solidária no Brasil e para o fomento às iniciativas de empreendimentos econômico solidários.

37. O Decreto que recentemente autorizou a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária deve significar um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto tratar- se de uma instância de participação e controle social com representações governamentais, empreendimentos econômico solidários, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais que se relacionam com a Economia Solidária, dentro da estratégia de democratização do Estado. O Conselho é um importante espaço de disputa política e convergência das várias forças que atuam por uma outra economia.

38. A realização da Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, e de seus processos preparatórios, nos Estados, representam um importante espaço de formação e difusão da Economia Solidária, além de contribuir para a definição de diretrizes que nortearão as políticas públicas de Economia Solidária.

39. Constituem-se impedimentos ao avanço da economia solidária: a falta de marco legal que possibilite e regulamente políticas de financiamento, formação, comunicação e comercialização, a exemplo da Lei de Licitações, nº 8.666/93, que impede o Estado de absorver a produção e os serviços da Economia Solidária

40. No âmbito internacional, a Economia Solidária está em processo de consolidação, tanto no Fórum Social Mundial como na articulação com as experiências de outros países, em especial, dos países da América Latina.

41. Apesar de todos os avanços, ainda há muitos desafios a serem superados na Economia Solidária, particularmente a efetivação de políticas públicas e o desenvolvimento da cooperação entre os empreendimentos econômico solidários.

EIXO TEMÁTICO III

Prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária e mecanismos de participação e controle social.

42. Um dos principais desafios que a Economia Solidária enfrenta no Brasil é tornar as políticas atuais, que lhe dão apoio, em políticas perenes, de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), respeitando o Pacto Federativo, com definição e publicização dos recursos orçamentários e seus critérios de partilha, com a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária – FDES, entre outras opções, deixando de depender da vontade dos diversos governos que se sucedem. Para tanto, é necessário

que a Economia Solidária ganhe relevância no cenário político nacional, isto é, que a sociedade inteira ou pelo menos a maior parte dela, considere impensável deixar de apoiar os setores que praticam a Economia Solidária, construindo uma outra economia.

43. A existência da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Conselho Nacional de Economia Solidária e a criação de órgãos semelhantes, em Estados e Municípios, contribuem para esse fim, propiciando ainda a discussão sobre o tema da Economia Solidária em conselhos já existentes. Mas não basta. Assim como não bastam leis que estipulam políticas de apoio à Economia Solidária, que serão cumpridas ou engavetadas. Portanto, é necessário o envolvimento e engajamento dos movimentos da Economia Solidária nos espaços da gestão pública e de controle social, nas três esferas de governo, garantindo como essência a autonomia e independência do movimento. Além disso, a situação de desarticulação e desintegração de alguns fóruns estaduais e DRT's locais, indica para a revitalização e reintegração destas instituições, como forma de assegurar a atuação democrática da economia solidária em todos os Estados brasileiros.

44. Apesar de estar arquitetado no desenvolvimento capitalista, outro desafio do Estado brasileiro é garantir que as políticas públicas da Economia Solidária, em sua implementação, não estejam subordinadas à manutenção da lógica capitalista e de seus instrumentos e mecanismos para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas no que diz respeito à Economia Solidária.

45. Os empreendimentos da Economia Solidária ainda encontram grande dificuldade de acesso às informações e às políticas, programas e ações de financiamento, de formação, de capacitação, pesquisa, de assistência técnica continuada e de comercialização, entre outros apoios e benefícios que não chegam com facilidade aos mesmos. O acesso é dificultado pelas elevadas taxas de juros praticadas pelos operadores de crédito e micro crédito, pelo alto custo para manutenção da legalidade dos empreendimentos (cooperativas, associações e outras formas jurídicas) e pelas excessivas exigências burocráticas das instituições públicas e financeiras.

46. O aparelho do Estado Brasileiro deve ser profundamente readequado para interagir, eficazmente, com os mecanismos democráticos de autogestão inerentes à Economia Solidária. Para tanto, é necessário que o processo de organização da Economia Solidária no Brasil vá além da mera organização jurídica e da produção e que prime por destituir a cultura paternalista do Estado Brasileiro, na busca da construção de uma cultura de autogestão e solidariedade efetivas. Neste sentido, deve haver maior flexibilização das burocracias das instituições públicas e financeiras, sendo aplicada caso a caso. Além disso, é inaceitável que instituições governamentais, quer de caráter financeiro, quer instituições do poder público, a exemplo de Procuradorias do Trabalho, Poder Judiciário e outros, adotem quaisquer forma de preconceito aos empreendimentos oriundos da Economia Solidária, a exemplo de cooperativas de produção, trabalho, associações, etc.

Concepção da Política Pública

47. A Economia Solidária não pode ser vista como residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo. Também não deve ser confundida com as ações de responsabilidade social das empresas capitalistas. As políticas de apoio à Economia Solidária não podem reproduzir esta visão, pois, desta forma, impossibilitam a necessária ruptura com a reprodução da pobreza ou de precária sobrevivência, além de preservar as relações de subordinação e dependência que marcam as relações sociais no capitalismo.

48. O estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes sujeitos sociais (historicamente organizados, porém excluídos); de novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e

distribuição social; além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais.

49. A política de Economia Solidária deve ser uma política de desenvolvimento sustentável, com participação democrática comunitária e popular; portanto, não relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, e sim, integrada a estas, como alavanca emancipatória, também, para os atuais beneficiários daquela política.

50. Por ser política de Estado para o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade, dando ênfase aos setores que sofrem crescentes graus de pobreza, de violência urbana e rural, exclusão social e racial, por conta das transformações do capitalismo, esta política deve permitir a participação popular em sua elaboração para demandar ações transversais e estabelecer parcerias com várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, cultura, comunicação, promoção de igualdade, gênero e raça, meio ambiente, entre outras) com o fito de criar um contexto de emancipação social e sustentabilidade do desenvolvimento e segurança alimentar

51. É, também, fundamental que as políticas de fomento à Economia Solidária considerem a diversidade dos sujeitos e protagonistas desta economia, a diversidade de suas organizações e demandas. Desta forma, é necessário estruturar uma política que permita o acesso universalizado, com os instrumentos e mecanismos dos programas focalizados nos setores mais necessitados, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social. São necessárias políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos e que permitam acesso aos direitos sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário.

52. As políticas de fomento à Economia Solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores/as e a constituição deste sujeito político, garantindo a pluralidade de suas representações. A valorização dos saberes populares na construção deste protagonismo é o elemento fundamental para a institucionalização dos direitos, das responsabilidades dos diversos atores/as e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente.

Os objetivos da Política Pública

53. Uma política pública de fomento à Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável, democrática, includente e socialmente justa, deve perseguir os seguintes objetivos:

I. Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;

II. Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da Economia Solidária com ações que ampliem sua visibilidade e legitimidade social, em fóruns e redes, em articulação com os movimentos sociais que dialogam, reivindicam e contribuem, na construção de políticas públicas pautadas nos princípios e valores da Economia Solidária.

III. Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da Economia Solidária;

IV. Contribuir para a geração de riqueza, melhoria na qualidade de vida e conseqüente erradicação da fome e das causas da pobreza;

V. Contribuir para a eqüidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos;

VI. Democratizar e promover o acesso da Economia Solidária aos fundos públicos e aos instrumentos de fomento (crédito, formação, pesquisa, assistência técnica, assessoria, mecanismos de certificação, comercialização, etc.), aos meios de produção e às tecnologias sociais necessárias ao

seu desenvolvimento;

VII. Promover a integração, interação e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a Economia Solidária, tanto no seio dos entes federados quanto entre os mesmos;

VIII. Apoiar e fortalecer as iniciativas artísticas, artesanais e culturais organizadas na Economia Solidária que valorizam a diversidade cultural e regional.

IX. Promover programas de educação e formação de interesse geral e específico da Economia Solidária, fortalecendo a troca de saberes e práticas, garantindo a democratização da comunicação, incentivando as redes de intercâmbio e acesso à informação e ao conhecimento, articulados com outras políticas setoriais afins;

X. Apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente;

XI. Contribuir para a inclusão social e a participação das pessoas com deficiências, transtorno mental, dependência química, egressos do sistema prisional, entre outros;

XII. Contribuir para a redução das desigualdades regionais com políticas de desenvolvimento sustentável;

XIII. Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, respeitando as particularidades dos diferentes biomas e ecossistemas e utilizando suas potencialidades de forma racional.

Prioridades para a Política de Economia Solidária

54. Para avançar na superação dos desafios e na realização de seus objetivos a política pública de Economia Solidária deverá priorizar as ações voltadas à superação das principais dificuldades e entraves existentes para a consolidação dos empreendimentos, redes e cadeias produtivas solidárias:

I. educação contextualizada;

II. acesso à infra-estrutura para a produção;

III. canais justos e solidários de comercialização e distribuição da produção e consumo;

IV. acesso e organização dos serviços de crédito;

V. reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas;

VI. divulgação, formação, assistência técnica e desenvolvimento tecnológico.

A superação dos limites requer, igualmente, uma maior articulação da Economia Solidária com outras políticas setoriais.

Comercialização

55. Criação de ações articuladas em um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário para favorecer a inserção da Economia Solidária no mercado interno, com a visibilidade e divulgação de seus produtos e a implementação de proteções e salvaguardas nas relações comerciais com o exterior, fortalecendo e ampliando a comercialização e intercâmbio com outros países, em especial na América Latina.

56. Para favorecer a comercialização é necessária a criação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, que terá, entre outras, as seguintes ações articuladas:

I. promoção da qualificação;

II. sistema de garantia (com o reconhecimento da certificação pública e gratuita, selo, marca e outros mecanismos criados pelas redes e fóruns de Economia Solidária) dos produtos e serviços (a exemplo da certificação participativa de produtos agroecológicos, semente crioula e outros produtos agroextrativistas);

III. garantia de logística para o armazenamento e distribuição, com

especial atenção para as localidades de difícil acesso;

IV. multiplicação dos espaços de comercialização, reduzindo a ação de intermediários;

V. promoção e apoio a ações educativas de comunicação permanente e estímulo ao consumo responsável e solidário, inclusive a criação de mecanismos participativos para discutir e definir preços justos;

VI. desburocratização do acesso à formalização dos empreendimentos, incluindo a emissão de documentos fiscais, adequação às regras da vigilância sanitária e redução da carga tributária (nas esferas de governo) que incide sobre a produção e prestação de serviços na Economia Solidária.

57. Criação de um sítio, na Internet, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com informações da Rede de Economia Solidária, contemplando os detalhes dos diversos pontos de matéria prima, resíduos, etc, dos empreendimentos, permitindo sua integração e políticas de acesso à inclusão digital.

58. Devem ser consolidadas e ampliadas as ações e programas já existentes, tais como: o apoio às Feiras de Economia Solidária, viabilizando eventos (feiras, exposições, festivais, mercados populares de trocas, circulação de moedas sociais, encontros e oficinas) municipais, microrregionais, estaduais e nacionais; o fomento à criação de Redes, cooperativas e Cadeias Produtivas Solidárias entre os empreendimentos e consumidores; projetos de agentes de desenvolvimento e Economia Solidária, Centrais de Comercialização; Casas da ECOSOL, criação e manutenção de Centros Públicos de Economia Solidária, como espaços multifuncionais, de intercâmbio cultural, de formação e como espaços de articulação para a busca de alternativas de comercialização atendendo às microrregiões, garantindo a participação dos empreendimentos na gestão, articulados ao desenvolvimento territorial.

59. Aproveitamento e ampliação do poder de compra de bens e serviços, pelo Estado, para o fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária, a exemplo do que já ocorre em outros países e que, aqui no Brasil, vem acontecendo pela ação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do Governo Federal. Realizar um processo de reformulação da Lei das Licitações para facilitar o acesso dos empreendimentos econômico solidários às compras públicas, nos três níveis do governo, contemplando a diversidade de porte e escala e respeitando a diversidade regional. Propõe-se a revisão da Lei 8666/93 para que os órgãos públicos tenham critérios diferenciados para aquisição dos produtos e serviços oriundos da Economia Solidária.

Marco Jurídico

60. O cooperativismo brasileiro está em processo intenso de crescimento e mudança, o que torna obsoleto o marco legal vigente que deve regulá-lo. A Lei Geral do Cooperativismo em vigor é de 1971, quando a ditadura militar estava em seu auge autoritário. É necessário substituí-la por uma Lei adequada às necessidades de todos os empreendimentos econômico solidários e que assegure, antes de mais nada, a liberdade de representação de todas as correntes que formam o cooperativismo nacional, em especial as minorias organizadas. A Lei deve assegurar mecanismos públicos e desburocratizados de registro dos empreendimentos econômico solidários.

61. Faz-se necessário elaborar o marco jurídico da Economia Solidária nas três esferas de governo, que facilite o registro dos empreendimentos econômico solidários e de seus produtos e serviços, garantindo a possibilidade de emissão de documento fiscal, antes da conclusão deste processo; que normatize um sistema tributário e previdenciário diferenciado e simplificado para os empreendimentos solidários; que regule a normativa do SUASA – Serviço Unificado e Avaliação Sanitária e Ambiental; que reconheça suas formas específicas de organização social e econômica e do direito

do trabalho associado, garantindo o acesso à seguridade social e à proteção social e que regule a lei de falência, favorecendo a aquisição dos empreendimentos falidos pelos trabalhadores. Além disso, é preciso que se elabore emendas à Constituição Federal, principalmente ao artigo 37, para que autorize ao Poder Público dar tratamento diferenciado ao conjunto da Economia Solidária.

62. É essencial conquistar reconhecimento na lei para as cooperativas de trabalhadores/as rurais e urbanos, artesãos, etc, e facilitar o registro dos grupos informais, reduzindo o número mínimo de sócios para sete e reduzindo as exigências burocráticas, que requerem muito dinheiro e tempo para sua formalização.

63. Além disso, faltam leis para regular a diversidade das cooperativas de acordo com suas especificidades. As cooperativas de trabalho sofrem sob uma tripla opressão: a presença desmoralizadora das "coopergatos" (que se utilizam da denominação e do registro de cooperativa com o objetivo de espoliar os trabalhadores de seus direitos), a ação fiscalizadora, que impede os trabalhadores de se organizar em cooperativas para disputar o mercado de serviços terceirizados e as elevadas taxas dos órgãos reguladores. É necessária uma legislação e uma estrutura de fiscalização com controle social e em parceria com o Ministério Público, que elimine as falsas cooperativas e garanta as verdadeiras. Para tanto, propomos um Programa Nacional de Fomento das Cooperativas de Trabalho, para que elas se tornem viáveis e passem a gerar renda digna e suficiente visando que cada associado obtenha, mensalmente, ganhos não inferiores ao salário mínimo vigente ou o mínimo profissional.

64. Igualmente, propomos uma legislação específica e/ou a regulamentação da Lei de Cooperativas Sociais que dará oportunidade às pessoas com deficiência, com transtornos mentais, adolescentes e jovens, pessoas da terceira idade, presos e egressos do sistema prisional e psiquiátrico, dependentes químicos - de se organizarem solidariamente.

65. Não caberá a qualquer entidade representativa do cooperativismo interferir no processo de formalização e/ou funcionamento de cooperativas legalmente constituídas, a não ser no caso de adesão aos seus quadros societários. Por Empreendimento Econômico Solidário, organizado sob a forma jurídica de cooperativa, entende-se as empresas sociais cujo modelo de autogestão seja assumido como princípio e que a capacitação econômica com obtenção de retorno financeiro seja dada apenas para os associados, na proporção do capital social e transações realizadas no exercício fiscal.

66. Revisão da legislação que impede aos beneficiários de BPC (benefício de prestação continuada) a participação em cooperativas.

Crédito e finanças solidárias

67. O desenvolvimento da economia popular solidária requer a construção de uma política de crédito e financiamento solidários apropriados às características dos empreendimentos econômico solidários, o que inclui desde estabelecer novas condições de acesso aos fundos públicos (municipais, estaduais e federais) já existentes, como também a criação de programas e fundos específicos de Economia Solidária que considerem as características regionais, a estruturação e o fortalecimento de diversas agências de financiamento, novos instrumentos de captação de poupança que dêem suporte ao financiamento, novas linhas de crédito para investimento e capital de giro, linhas de investimentos não reembolsáveis e um sistema de garantias apropriado. Uma significativa soma de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento urbano e rural pode desencadear um grande fortalecimento da Economia Solidária, quando aprovado e gerido com a participação de empreendimentos autogestionários e organizações locais.

68. Para tanto, faz-se necessária a garantia de um percentual dos fundos de desenvolvimento regionais, tais como: FDA, FNO, FNE, FCO e outros, para o financiamento dos empreendimentos solidários, contemplando investimentos em

infra-estrutura, capital de giro, capacitação e acompanhamento e assessorias técnico administrativa, financeira, comerciais e outros.

69. No que tange a acesso aos fundos públicos, deve-se pensar em novas fontes de receitas a serem investidas no fomento à Economia Solidária. Assim, propõe-se o estabelecimento de um percentual para esse fim a ser cobrado nos processos licitatórios.

70. Além disso, deve-se atuar para que recursos do FAT, dos Fundos de Desenvolvimento Regional e do BNDES, possam ser acessados pela Economia Solidária. Urge a criação de um programa similar ao PRONAF, com acesso diferenciado aos recursos, com taxas escalonadas em função de características e porte dos empreendimentos, com prazos alongados e com carências que auxiliem na maturação do empreendimento. Nesse sentido, propõe-se a criação do "PRONADES" - Programa Nacional de Desenvolvimento de Economia Solidária. Sistema "agregador" das várias possibilidades de finanças de Economia Solidária em todas as políticas setoriais e econômicas.

71. Importa, ainda, flexibilizar a regulamentação em torno do microcrédito, facilitando as condições de acesso aos recursos oficiais disponíveis, bem como ,as condições de atuação dos operadores do microcrédito produtivo orientado já existentes. Importa, além disso, no âmbito do PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - permitir a utilização dos Tribunais de Pequenas Causas para cobrança dos créditos concedidos, quando inadimplentes, em função dos valores envolvidos, mas, especialmente pela agilidade na deliberação, uma vez que os volumes atingidos não justificam a via judicial comum, normalmente onerosa e lenta.

72. Propomos a adoção de um sistema de garantias e condições apropriadas às diversidades, características e necessidades dos empreendimentos econômico solidários. Importa desenvolver novos mecanismos e novas instituições, tais como: sociedades de garantia de crédito, bem como sua aceitação pelo sistema financeiro, a adoção de um amplo sistema de aval solidário, o acesso diferenciado e escalonado ao crédito, prazos maiores de carência, pagamento de débitos através de produtos, etc. A análise para concessão, liberação e aprovação de financiamento a estes empreendimentos, deve ter sistema de cadastro e critérios próprios para além dos mecanismos tradicionais (ex. a consulta ao SPC/SERASA, CADIM e outros cadastros dessa natureza).

73. É importante, também, destacar que o crédito ou financiamento da Economia Solidária deve ser articulado com políticas de educação, qualificação e acompanhamento técnico e gerencial aos trabalhadores/as dos empreendimentos econômico solidários, garantindo o fortalecimento institucional para a gestão dos recursos.

74. No âmbito da política de financiamento, poupança e crédito à Economia Solidária, requer-se, igualmente, estruturar linhas subsidiadas e não-reembolsáveis, em função do público envolvido ou do perfil da atividade desenvolvida. Por exemplo, empreendimentos constituídos por egressos do sistema penitenciário, portadores de necessidades especiais ou outras minorias. Também linhas específicas de crédito com condições apropriadas em função do perfil da atividade. Assim, linhas de fomento às cooperativas e empreendimentos autogestionários e aos empreendimentos que impactem, positivamente, a preservação do meio ambiente; ou empreendimentos com impacto na preservação ou difusão da cultura, tais como os artesãos. Em todos os casos, importa que o sistema opere com os mais flexíveis modelos de avaliação dos projetos e a menor burocracia para o acesso ao financiamento, considerando, por exemplo, o calendário agrícola na concessão de crédito para a agricultura familiar. Esses financiamentos devem contemplar principalmente os empreendimentos em fase de implantação e maturação.

75. Também devem ser estimulados processos de constituição de novos fundos para o microcrédito com aportes de recursos nas esferas municipais e estaduais. Além disso, a experiência internacional demonstra a possibilidade e a pertinência para o

funcionamento do microcrédito, da ampliação do leque de opções de captação de recursos pelas agências operadoras, tanto na forma de coleta de depósitos a vista, de seus clientes quanto de poupança com liquidez plena, ou ainda pela captação, através de títulos de financiamento solidários. Assim, impõe-se a criação de um modelo de Fundo de Investimento Solidário assemelhado aos diversos fundos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas com margem de liberdade maior, tanto para o investidor quanto para o gestor, que poderiam ser as agências de financiamento da EconomiaSolidária, tais como as entidades operadores do microcrédito.

76. Nos investimentos não reembolsáveis, considerar a legislação vigente sobre imposto de renda e contribuição social sobre o lucro das empresas, dentre outros dispositivos legais e divulgar amplamente e de imediato a possibilidade das empresas doarem até dois por cento do lucro operacional bruto para projetos sócio-ambientais coletivos e difusos, com a respectiva dedução do imposto de renda a pagar.

77. O incentivo fiscal às empresas que utilizam, na sua atividade principal, produtos gerados por organização solidária que tragam benefícios ao meio ambiente, deve ser utilizado como estímulo econômico ao seu desenvolvimento, a exemplo de usinas de reciclagem que estimulam o trabalho e renda das cooperativas de catadores, importantes agentes de preservação ambiental.

78. Uma ação voltada à democratização do crédito deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social como formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros.

Formação, assistência técnica e tecnológica.

79. O fortalecimento da Economia Solidária requer uma ampla e articulada ação de formação, assessoria e assistência técnica. É necessário implantar redes (municipais, estaduais, regionais e nacional) de assistência técnico-gerencial e acompanhamento aos empreendimentos econômico solidários, com metodologias adequadas a essa realidade. Para isso faz-se necessário o fortalecimento das entidades de apoio, das Incubadoras de Cooperativas Populares, bem como construir a rede de agentes comunitários de desenvolvimento local sustentável e solidário, em articulação com outras redes já existentes, como as Redes de Assistência Técnica (ATER) e Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES).

80. Fomentar, através de instrumentos próprios, a inserção de trabalhadores com experiência profissional ou formação técnica superior para aumentar as competências produtivas e a agregação de valor à produção. As redes de cooperação são instrumentos importantes para reunir as diferentes competências necessárias à sustentabilidade da Economia Solidária.

81. A Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos

trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão.

82. Nesse sentido, deve ser feito um esforço para inserir essas práticas e valores da Economia Solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), com crianças, jovens e adultos. Deve-se considerar, ainda, a ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes, voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional.

83. Para tanto se faz necessária a formação de educadores do sistema público de ensino, valendo-se, inclusive, do material produzido no mapeamento da Economia Solidária. Além disso, deve-se construir material didático e o novo referencial teórico-pedagógico que contemple a dimensão da Economia Solidária.

84. A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade dos atores, que promova a paz através do diálogo como meio para a solução de conflitos e que universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais.

85. Faz-se necessária também a formação sistemática de gestores públicos para implementação de ações de Economia Solidária nos diversos níveis governamentais. Para atender às demandas de formação é preciso incentivar a criação de Centros de Formação e Comunicação da Economia Solidária e a instituição de um Programa Nacional de Formação em Economia Solidária.

86. Ademais, deve-se garantir as ações de pesquisa e extensão das Universidades, Escolas Técnicas, Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, Institutos e Centros de Pesquisa para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, tendo como exemplo os estágios curriculares a serem cumpridos nos empreendimentos econômico solidários Para isso, é necessário: ampliar os programas de financiamento, como o PRONINC e os fundos setoriais de apoio à pesquisa para inclusão social, assim como viabilizar a representação da Economia Solidária nos Fóruns de Ciência e Tecnologia; e disponibilizar recursos e atividades de pesquisa, visando atender suas demandas, inclusive repassando recursos diretamente aos empreendimentos e/ou suas entidades de representação. E mais: é necessário difundir e tornar acessíveis as novas tecnologias, inclusive o acesso a equipamentos e programas de informática, priorizando o uso e desenvolvimento de softwares livres em sistemas de informação de Economia Solidária.

Comunicação e Divulgação

87. A democratização da comunicação, com o fortalecimento das redes alternativas de comunicação popular (jornais, rádios e TV's comunitárias etc.), também é uma prioridade da Economia Solidária, com vistas à difusão das suas práticas e valores, à mobilização e adesão da sociedade, com ênfase na sensibilização para o consumo responsável, ético e solidário. Neste sentido, a Campanha Nacional de Divulgação da Economia Solidária deve ser ampliada com linguagem e conteúdos populares, contemplando os aspectos regionais. Além disso, deve-se dar continuidade ao Sistema de Informações em Economia Solidária como instrumento de conhecimento da realidade da Economia Solidária, gerando visibilidade e facilitando a articulação em fóruns e redes.

88. O fortalecimento dos meios de comunicação comunitários, populares e alternativos deve concretizar a formação e implantação da Rede de Comunicação da Economia Solidária, que deve apoiar as ações de comercialização e formação, propiciando a participação e o controle social das comunidades sobre as políticas públicas da Economia Solidária.

89. Além da Campanha Nacional da Economia Solidária, são necessárias ações

permanentes de comunicação que estimulem um diálogo perene sobre os princípios , valores, saberes e práticas da Economia Solidária.

90. As políticas públicas da Economia Solidária devem privilegiar os meios de comunicação comunitários, populares e alternativos, sem esquecer de exigir a contrapartida dos grandes meios de comunicação, que são concessões públicas e devem estar a serviço da sociedade e sob seu controle social.

91. Um dos mecanismos de fortalecimento da Rede de Comunicação da Economia Solidária é a garantia da destinação de um percentual da verba publicitária do Governo Federal aos meios de comunicação comunitários, populares e alternativos que fazem parte da rede, através dos mecanismos de apoio cultural.

92. Um outro mecanismo de fortalecimento da Rede de Comunicação da Economia Solidária é a implantação de uma política de concessões de rádios comunitárias pela esfera governamental municipal, facilitando o controle social sobre o processo de concessões pelos movimentos sociais e populares.

Investimentos em infra-estrutura

93. Devem ser ampliados os investimentos em infra-estrutura de base para a produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços dos empreendimentos da Economia Solidária com vistas à viabilização do escoamento da produção, em condições de atender às necessidades dos empreendimentos.

94. Os investimentos prioritários devem ser em infra-estrutura de produção, tais como: eletricidade trifásica, galpões, terraplanagem, facilitação de acesso a produtos monopolizados, como o cimento, o vidro, etc; logística de armazenamento e distribuição, como estradas, trens, barcos; linhas de transporte coletivo e de comercialização, como quiosques e centrais de compra; investimentos em comunicação, como por exemplo, telefonia fixa móvel, internet "banda larga" etc.

Saúde do Trabalhador

95. Propõe-se a integração das ações de promoção da saúde do trabalhador com a Economia Solidária, tendo os seguintes objetivos:

I. desenvolver processos educativos de sensibilização nos ambientes de trabalho dos Empreendimentos Econômico Solidários (cooperativas de produção, de consumo, de crédito, associações de trabalho, grupos informais de geração de trabalho e renda e empresas de autogestão), no sentido de promover ambientes e processos de trabalho seguros e saudáveis;

II. desenvolver processos educativos de sensibilização às questões pertinentes à saúde do trabalhador em Economia Solidária junto às suas Entidades de fomento (ONGs, Incubadors, Poder Público), inclusive com a produção de cadernos e vídeos de apoio à inspeção de saúde no trabalho;

III. elaborar instrumental técnico de apoio à inspeção em Saúde e Trabalho nos Empreendimentos Econômico Solidários, possibilitando identificar possíveis riscos à Saúde do Trabalhador e contribuindo para a revisão e/ou elaboração de novas leis voltadas à proteção e à promoção da Saúde do Trabalhador de Economia Solidária; e

IV. articular ações entre Saúde do Trabalhador e Saúde Mental e Trabalho, promovendo seminários temáticos sobre a Saúde dos Trabalhadores e Saúde Mental e Trabalho para o estabelecimento de pautas de discussão e desenvolvimento de ações conjuntas na Economia Solidária.

Sustentabilidade Ambiental

96. A Economia Solidária deve ser incentivada como estratégia de produção

apropriada, de manejo sustentável da natureza, de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos nos espaços urbanos e rurais, de fortalecimento da agroecologia, articulando as ações de preservação e conservação da natureza em todos os biomas e ecossistemas.

97. É necessário estabelecer regras para a conservação e a utilização de forma sustentável dos recursos genéticos e para a distribuição eqüitativa dos benefícios gerados a partir do seu uso e garantir que os recursos fitogenéticos para a agricultura, o extrativismo e a alimentação, considerados vitais para a sobrevivência humana, sejam conservados e sejam utilizados de forma sustentável e que os benefícios derivados do seu uso sejam distribuídos de forma justa e equilibrada.

98. Além disso, é preciso implementar políticas de defesa do patrimônio genético e da biodiversidade, aprimorando os instrumentos de combate à biopirataria, respondendo às necessidades das comunidades que se sentem ameaçadas pela exploração indiscriminada do meio ambiente.

Institucionalidade e papéis dos Entes Federados na Política de Economia Solidária

99. Para viabilizar as prioridades acima descritas é necessário garantir a articulação e integração com outras políticas setoriais, tais como: políticas públicas de trabalho e emprego; de transferência de renda; de reforma agrária (inclusive com a regularização fundiária de territórios quilombolas e indígenas, dos fundos de pasto e faxinas); de agricultura familiar rural e urbana; de saúde; de educação; de comunicação; de cultura; de igualdade racial; de reconhecimento e garantia de direitos dos povos indígenas; de meio ambiente; de pesca e aqüicultura; de reforma urbana e habitação; de mineração; ciência e tecnologia; e tributária, entre outras.

100. É necessário que as políticas de Economia Solidária alcancem a dimensão de Política de Estado, fortalecendo sua institucionalização e articulando os diversos Poderes da Federação. Também é fundamental a garantia do caráter participativo e do controle social destas políticas, possibilitando sua construção e gestão conjunta entre Estado e sociedade. Nesse sentido, urge a constituição de um Sistema Nacional de Economia Solidária que viabilize a criação de conselhos, fundos, conferências, órgãos executivos, comissões parlamentares, entre outros, nos Municípios, Estados e na esfera Federal, criando também um programa nacional de incentivo e crédito para todos os empreendimentos econômico solidários, incluindo-se um programa de financiamento específico do BNDES para as empresas recuperadas e autogestionárias.

101. Neste sentido, a Economia Solidária constitui-se, no Estado brasileiro, como uma política que demanda ações transversais. Para isso, deve expandir- se e interagir com diferentes órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, articulando os programas e ações em uma estratégia de desenvolvimento endógeno, autogestionário e solidário.

102. Na construção e implementação de uma Política Pública Nacional de Economia Solidária, deve-se buscar uma ação integrada e complementar entre os Entes da Federação, evitando-se a sobreposição de iniciativas e a fragmentação de recursos. Para além das estratégias e políticas implementadas é necessário:

I. Ampliar o espaço institucional da Economia Solidária no Governo Federal, como estratégia de desenvolvimento, o que implica no fortalecimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES);

II. Implantar um Sistema Nacional de Economia Solidária com espaços e recursos claramente definidos nas esferas de governo, viabilizando a participação e o controle social;

III. Criação de uma Lei Orgânica de Economia Solidária, LOES, na qual defina-se a Política Nacional de Economia Solidária, instituindo o regime jurídico, a forma

de organização, objetivos, classificação, funcionamento, registro, órgãos de administração e gestão dos Empreendimentos de Economia Solidária.

103. Integrar e complementar as ações a partir da visão de que os recursos públicos provêm de uma única fonte, os cidadãos, e permite potencializar o uso e os impactos; aglutinar as forças sociais em torno de políticas públicas abrangentes e que se firmam cada vez mais como Políticas de Estado, como direitos e responsabilidades, rompendo com as políticas de balcão. Da mesma forma e pelas mesmas razões, é necessário buscar a integração e complementaridade das ações de cada Ente da Federação, no seu próprio âmbito. O conjunto destas ações deve ser fator de estímulo à criação de esferas públicas onde se discute, de forma transparente, a destinação dos recursos com todos os sujeitos políticos.

Participação e Controle Social

104. Tendo por princípio a construção do Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas. Assim sendo, os sujeitos sociais e políticos devem estar presentes na formulação, desenvolvimento, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas, visando seu aperfeiçoamento constante e sua legitimação social.

105. No âmbito das políticas públicas de Economia Solidária há um processo intenso e tenso, em curso, na perspectiva da construção desta esfera pública. Dado o surgimento recente da Economia Solidária na agenda pública do país, embora sejam muitos os atores sociais empenhados na sua construção, os sujeitos políticos deste setor ainda estão emergindo, identificando-se, criando alteridades políticas, formando-se, ocupando seu lugar no cenário político. Ainda estão em discussão os papéis dos diferentes atores,empreendimentos e organizações representativas destes, entidades de apoio e de fomento, Governos, Poderes Legislativos, etc.

106. Há uma importante complementaridade de papéis entre estes diferentes atores, embora estas alteridades ainda estejam em negociação. O sujeito político que tem potencial de representação, formulação e legitimação social das demandas da Economia Solidária para a formulação de políticas públicas, em todas as esferas de governo, é composto pelos empreendimentos econômicos solidários e/ou suas representações. As entidades de fomento, apoio e gestores públicos que fazem parte desse processo, por sua vez, têm um papel fundamental no seu fortalecimento e na sua afirmação, bem como na formulação de políticas públicas adequadas ao setor.

107. A Economia Solidária requer a criação de espaços públicos locais que contemplem a articulação dos vários Conselhos Municipais, buscando formar redes sociais locais com o objetivo de fortalecer a Economia Solidária em base local e territorial.

108. O objetivo da participação e do controle social é a construção de esferas públicas de poder, onde os diferentes atores sociais possam negociar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses, pensados na relação com a coletividade, constituindo-se em um processo pedagógico do exercício democrático.

109. Esta esfera pública pode adquirir diferentes formas, como a implementação de conselhos e fundos municipais, estaduais e federais, cuja composição respeite a divisão por segmentos: cinqüenta por cento de empreendimentos, vinte e cinco por cento de gestores públicos e vinte e cinco por cento de entidades e organizações da sociedade civil, como órgãos fiscalizadores, consultivos e deliberativos, fóruns, orçamento participativo, comissões, etc. O principal desafio é não reduzi-las a “clubes fechados” que advoguem em causa própria e “privatizem” o “público,” como muitas vezes temos assistido na história recente do país. A esfera pública é o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de construir compromissos públicos comuns. Esta composição deverá estar assegurada nas definições do Regimento Interno do Conselho Nacional de Economia Solidária

para o próximo mandato dos conselheiros.

110. Faz-se necessária a instalação imediata do Conselho Nacional da Economia Solidária. Sabendo que esta conquista é fruto da organização do movimento da Economia Solidária, pretende-se que a legitimidade dos representantes deste Conselho seja construída, para que sua atuação signifique, de fato, um fortalecimento para a Economia Solidária no Brasil.

111. Como lugar público de construção da política de Economia Solidária, as conferencias municipais, estaduais e nacional, devem ser os espaços privilegiados para a eleição dos representantes dos respectivos Conselhos de Economia Solidária.

112. Os governos democráticos devem ter compromisso político para avançar e consolidar o desenvolvimento socioeconômico solidário do Brasil, reconhecendo o sujeito político da Economia Solidária e criando espaços de participação onde se construam programas de governo que atendam as demandas do setor e que abram caminho para se institucionalizar Políticas Públicas de Estado em seu favor. O desafio está na agregação destes diferentes atores e papéis e na sua interlocução institucional com outros atores e sujeitos políticos que compõem as esferas públicas, para que se estabeleçam políticas públicas perenes para este setor, com base nesta interlocução entre o Estado e o sujeito político da Economia Solidária.

PRIORIDADES APROVADAS PELOS GT´s DOS EIXOS TEMÁTICOS

PRIORIDADES APROVADAS PELOS GT´s

1. Formação, Assistência Técnica, Pesquisa e Tecnologia..... (19 grupos)

2. Marco jurídico para a Economia Solidária, atualização da legislação cooperativista, desobrigação de registro de cooperativas na OCB etc... (19 grupos)

3. Sistema Nacional de Finanças Solidárias: Fundo Nacional de Economia Solidária, PRONADES, acesso aos fundos públicos.. ..... (17 grupos)

4. Comercialização: Sistema Nacional de Comércio Ético, Justo e Solidário, ampliação das compras governamentais com a reformulação da Lei de Licitações (8.666/93)..... (17 grupos)

5. Fortalecimento da Política Pública de Economia Solidária: Sistema Nacional de Economia Solidária, ampliação do espaço da Economia Solidária no Governo Federal.. ..... (14 grupos)

6. Desenvolvimento de Ações Afirmativas para os segmentos tradicionalmente excluídos (indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, mulheres, negros etc), demarcação das terras indígenas e quilombolas..... (04 grupos)

7. Comunicação..... (02 grupos)

8. Centros Públicos de Economia Solidária..... (01 grupo)

9. Fomento à Economia Solidária..... (01 grupo)

10. Fomento agricultura familiar..... .. (01 grupo)

11. Saúde..... (01grupo)

Moções

Moção 1 – Repúdio ao Governo do Estado da Paraíba
Proponente: I Conferência Estadual do Estado da Paraíba

Os conferencistas da Primeira Conferência Estadual da Economia Solidária da Paraíba, vêm, pelo presente, externar publicamente o seu descontentamento com a postura assumida pelo atual Governo do Estado da Paraíba, frente às ações da Economia Solidária no Estado. Por diversas vezes, o Governo Estadual foi convidado pelo Fórum Estadual de Economia Solidária na Paraíba para participar das atividades e ações desenvolvidas por empreendedores ou organizações que apóiam as cooperativas autênticas, associações e grupos de produção. Todavia, não compareceu. O Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba realizou, nesses dois últimos anos, uma pesquisa no Estado, cujo objetivo foi verificar e diagnosticar o funcionamento dos inúmeros grupos de produções e centros da Paraíba, tendo conseguido identificar mais de 500 grupos. O Governo do Estado não participou desse momento e não procurou tomar conhecimento sobre o mesmo. Recentemente, o governo teria a prerrogativa de convocar a Primeira Conferência Estadual de Economia Solidária e não o fez. Tampouco ajudou ou apoiou a realização desse evento, tendo-se refletido em diversos outros momentos da Economia Solidária a omissão do Governo Estadual. Ressaltamos que a Economia Solidária apresenta a única alternativa de ocupação e de acesso à renda de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado.

Moção 2 – Solicita a criação de Grupo de Trabalho para aprofundamento do tema "Desenvolvimento"
Proponente: I Conferência de Economia Solidária do Estado de Santa Catarina

É com o propósito de refinar e aprofundar a compreensão sobre os problemas relacionados ao tema desenvolvimento e aos conceitos utilizados que os participantes da Primeira Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de Santa Catarina, vêm a Vossas Senhorias, propor que seja formado e instrumentalizado o grupo de trabalho que trata de teoria e prática desse assunto. Em síntese, que torne-se o responsável pela sistematização dos seus resultados e possam ter autonomia para envolver outros atores e grupos nesse debate, promovendo melhor entendimento e aprofundamento teórico e prático sobre essa questão. Os participantes da Primeira Conferência Estadual de Santa Catarina assinam e validam a proposta descrita acima.

Moção 3 – repúdio ao Projeto de Lei 171/1999
Proponente: I Conferência Estadual do Estado de São Paulo

Nós, membros atuantes da Primeira Conferência Estadual de Economia Solidária de São Paulo, repudiamos o Projeto de Lei 171/1999, de autoria do Senador Osmar Dias. Esse projeto, defendido pela OCB, contempla especialmente os interesses do agronegócio, dos fazendeiros e latifundiários, em detrimento de todo o nosso movimento em prol das Cooperativas de Economia Solidária.

Moção 4 – Apoio ao Projeto de Lei 7009/2006
Proponente: I Conferência Estadual do Estado de São Paulo

Nós, participantes da Primeira Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de São Paulo, manifestamos o nosso apoio ao PL 7009/2006, que propõe incentivos autênticos às cooperativas de trabalho como alternativas para trabalho e renda, utilizadas de forma autônoma e solidária e busca coibir as Coopergatos que precarizam as condições de trabalho na exploração de mão-de-obra. Que o texto em discussão seja aprovado na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, na integralidade de sua essência e de seus objetivos.

Moção 5 – Repúdio à Faculdade Sumaré/ SP
Proponente: I Conferência Estadual do Estado de São Paulo

Nós, membros atuantes da Primeira Conferência Estadual de Economia Solidária em São Paulo, repudiamos a Faculdade de Sumaré, uma Cooperativa de Profissionais de Ensino no Estado de São Paulo, por exigir que os técnicos, por ela formados em Gestão de Cooperativas, registrem-se na OCESP. Enfatizamos que não acreditamos na legitimidade dessa organização, uma vez que a mesma defende a aprovação do Projeto de Lei 171.

Moção 6 – Apoio à carta aberta aos candidatos à eleição/2006
Proponente: I Conferência Estadual do Estado de São Paulo

Proposição de formulação de políticas públicas com base nos princípios, culturas de paz, de acordo com o manifesto pela cultura de paz. Propositores: Conselho Legislativo de Cultura e Paz. Organização: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O Fórum Municipal de Economia Solidária de São Paulo é membro desse conselho e apresenta uma carta, que já foi aprovada e referendada por nossa Pré-Conferência de Economia Solidária, em 27/ 05/2006.

Moção 7 – Apoio às ações realizadas pelos voluntários da Pastoral da Criança e Cáritas do Estado de São Paulo
Proponente: I Conferência Estadual do Estado de São Paulo

Moção de apoio ao grande trabalho de geração de renda desenvolvido através de iniciativas solidárias, padarias comunitárias, hortas comunitárias, reciclagem de lixo e oficinas de costuras realizadas pelos voluntários da Pastoral da Criança e Cáritas do Estado de São Paulo, inclusive em nível nacional, gerando assim uma melhor qualidade de vida, resgatando a dignidade humana de milhares de pessoas e erradicando a fome e a pobreza dessas famílias.

Moção 8 – Repúdio ao Decreto nº 50.810 de 18 de maio de 2006, do Governador do Estado de São Paulo
Proponente: I Conferência Estadual do Estado de São Paulo

Os participantes da Primeira Conferência Estadual de Economia Solidária de São Paulo vêm manifestar o repúdio ao Decreto nº 50.810, de 18 de maio de 2006, do Governador do Estado de São Paulo, que transforma um prédio da Escola Estadual, José do Prado, situado no Bairro Sacadura Cabral, em Santo André, em uma unidade da Febem.

Moção 9 – Apoio a Emendas Parlamentares destinadas a projetos em Volta Pinheiro
Proponente: Lista de Delegados (as) da Conferência

Eu, como representante de uma Associação de Portadores de Necessidades Especiais, em nome de ACIB,. solicito apoio à reivindicação de água para que as famílias possam plantar cana-de-açúcar, feijão e mamona. Esclarecemos que a carência de água é muito grande e há necessidade de Emendas Parlamentares e Projetos voltados para as ações dessa Associação.

Moção 10 – Apoio à proposição de que ao glaucoma seja dispensado o tratamento de "necessidade especial"
Proponente: Lista de Delegados (as) da Conferência

Eu, José Carlos de Jesus de Santos, morador de Vitória da Conquista, Bahia, quero pedir aos amigos que aprovem essa moção, se possível. Faço parte de uma Associação de Deficientes Visuais, sendo muitas dessas deficiências causadas por glaucoma. Nesse sentido, solicitamos que o glaucoma seja tratado como necessidade especial. Que esta Plenária venha a ser soberana e aprove a presente Moção.

Moção 11 – Reivindica a inclusão das pessoas com deficiências nas políticas de Economia Solidária
Proponente: Lista de Delegados (as) da Conferência

Moção apresentada pela Associação Várzea Grandense de Deficientes Físicos do Estado de Mato Grosso, recém constituída e inscrita no CNPJ com o objetivo principal de buscar a cada dia a valorização da dignidade humana e o resgate da cidadania das pessoas com deficiência. A nossa luta está apenas começando, pois enquanto o deficiente não for encarado como cidadão comum, com deveres e direitos que devem ser respeitados, nós continuaremos em busca de alternativas.

Considerando que a realização da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária tem como objetivo apontar estratégias de políticas públicas que compartilhem valores, princípios, práticas e o conjunto de lutas históricas com as classes populares e os setores excluídos da sociedade, vimos, neste ato, solicitar, a inclusão das pessoas com deficiência nas políticas públicas de desenvolvimento da Economia Solidária, participando direta e indiretamente das reuniões e decisões nacionais, estaduais e municipais. Solicitamos, ainda, a inclusão de um representante do Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Economia Solidária.

Moção 12 – Solicita ao Superior Tribunal de Justiça que agilize a homologação das terras de Cachoeirinha
Proponente: Lista de Delegados (as) da Conferência

A Sua Excelência o Senhor Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Solicitamos seja agilizado o julgamento do Mandado de Segurança impetrado pelos fazendeiros e roceiros das terras de Cachoeirinha, para que, de uma vez por todas, seja homologado e assinado o instrumento declaratório de posse da área retomada e que denomina-se, *Mãe Terra*, ex-Fazenda Santa Vitória, de propriedade do Senhor João Proença.

Moção 13 – Solicita esclarecimentos a respeito do Conselho Nacional de Economia Solidária.
Proponente: Lista de Delegados (as) da Conferência

Nós, abaixo assinados, todos delegados da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, gostaríamos de ser esclarecidos sobre o item 31 do Documento Básico que diz: "*A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária foi um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto tratar-se de uma instância de participação e controle social, com representações governamentais de organizações da sociedade civil e de empreendimentos econômico solidários dentro da estratégia de democratização do Estado*". Concordamos unanimemente em que o item acima é realmente um acúmulo e um avanço significativo da Economia Solidária, razão pela qual exigimos um esclarecimento por parte da Comissão Organizadora dessa Conferência sobre o patamar em que se encontram as decisões de implementação do referido Conselho.

Para os fins de tal esclarecimento elencamos os seguintes pontos: Ponto A – cópia dos documentos oficiais de criação e quantificação da representatividade de seus membros; Ponto B - explicitação do processo de escolha de seus membros, especialmente dos representantes dos empreendimentos. Ponto C - Caso existam Conselhos provisórios, detalhar como e quando serão eleitos os conselheiros efetivos do segmento dos empreendimentos e não das entidades fomentadoras. Caso a presente Moção venha a ser aprovada, que seja imediatamente atendida em plenária, ainda durante o dia 28 de junho.

ANEXOS

ATO DE CONVOCAÇÃO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº- 2, DE 6 DE ABRIL DE 2006

Dispõe sobre a convocação da I Conferência Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

OS MINISTROS DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, INTERINO, E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e o Art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolvem:

Art. 1º Convocar a I Conferência Nacional de Economia Solidária que terá as seguintes finalidades:

I - afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;

II - debater e propor princípios e diretrizes para a Política Nacional de Economia Solidária;

III - avaliar a situação e o potencial da Economia Solidária no país, tanto do ponto de vista de sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas; e

IV - propor estratégias e prioridades para as políticas e programas de fortalecimento da Economia Solidária.

Art. 2º A I Conferência Nacional de Economia Solidária realizar- se-á em Brasília, Distrito Federal, no período de 26 a 29 de junho de 2006.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Organizadora com as seguintes atribuições:

I - coordenar, supervisionar e promover a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II - elaborar o Regulamento-Geral da Conferência Nacional e o Regimento para a Plenária;

III - elaborar a proposta de temário, programação e metodologia de sistematização;

IV - mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômico Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, nas Conferências preparatórias e na Conferência Nacional;

V - promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infra-estrutura necessária para a realização da Conferência;

VI - elaborar proposta de divulgação e a estratégia de comunicação; e

VII - constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições.

Art. 4º A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

I - cinco representantes do poder público federal, sendo:

a) um representante do Ministério do Trabalho e Emprego, que exercerá a coordenação-geral da Comissão Organizadora;

b) um representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

c) um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

d) um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

e) um representante do Ministério da Educação.

II - um representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária;

III - seis representantes dos

Empreendimentos Econômico Solidários e suas organizações; e

IV - seis representantes de entidades e organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais.

§ 1º Os representantes referidos nas alíneas “d” e “e” do inciso I serão convidados a participar da Comissão Organizadora a que se refere o caput, por intermédio de aviso do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela respectiva Pasta.

§ 2º Os representantes indicados nos incisos II, III e IV serão convidados a participar dos trabalhos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Art. 5º Fica delegada competência à Secretaria Nacional de Economia Solidária para coordenar, supervisionar e auxiliar os trabalhos da Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Economia Solidária e dar encaminhamento às suas resoluções, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário - Interino
PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Regulamento Geral

CAPITULO I
DAS FINALIDADES

Art. 1º - A I Conferência Nacional de Economia Solidária, convocada pela **Portaria Interministerial MTE/MDA/MDS nº 2**, de 06 de abril de 2006, será realizada de 26 a 29 de junho de 2006 e terá por finalidades:

I. Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;

II. Debater e propor princípios e diretrizes para a Política Nacional de Economia Solidária;

III. Avaliar a situação e o potencial da Economia Solidária no país, tanto do ponto de vista de sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas; e

IV. Propor estratégias e prioridades para as políticas e programas de fortalecimento da economia solidária.

CAPÍTULO II
DA REALIZAÇÃO

Art. 2° - A I Conferência Nacional de Economia Solidária, que será integrada por representantes, democraticamente escolhidos, na forma prevista neste Regulamento- Geral tem abrangência nacional e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições terão essa dimensão.

§ 1º - A I Conferência Nacional de Economia Solidária tratará dos temas prioritários, em âmbito nacional, considerando os debates e propostas consolidadas nas Conferências Estaduais.

§ 2º - Todos **os** participantes com direito a voz e voto, presentes à I Conferência Nacional de Economia Solidária, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito nacional e atuar sobre elas, avaliando-as, formulando propostas e deliberando sobre as mesmas.

Art. 3° - A realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária será antecedida por etapas preparatórias, coordenadas pelas Coordenações Estaduais.

Art. 4° - A I Conferência Nacional de Economia Solidária será realizada conforme cronograma constante no Anexo II deste Regulamento-Geral.

§ 1º - A não realização, em todas as unidades federadas, das Conferências Estaduais, não constituirá impedimento à realização da I Conferência Nacional na data prevista.

§ 2º - A I Conferência Nacional será realizada em Brasília, sob os auspícios dos Ministérios que a convocaram. As demais Conferências serão realizadas em locais definidos nas respectivas esferas.

CAPÍTULO III
DO TEMÁRIO

Art. 5° - A I Conferência Nacional de Economia Solidária terá como Tema: **"Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento".**

Parágrafo Único -O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas públicas que abrangem a economia solidária, garantindo a abordagem a partir dos seguintes eixos:

I. Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um



desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo;

II. O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas;

III. Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade e articulação com as demais políticas e mecanismos de participação e controle social

Art. 6º - A Comissão Organizadora Nacional promoverá a elaboração de um Documento-Base que subsidiará as discussões da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Parágrafo Único – A Comissão Organizadora Nacional sistematizará o Relatório Final e os Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, submetendo-os ao Plenário do Conselho de Economia Solidária, que promoverá a sua publicação e divulgação e seu encaminhamento à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

Art. 7º - Na I Conferência serão realizadas as seguintes atividades: painéis, discussão em grupos temáticos e plenárias

§ 1º - Os **Painéis** tratarão dos grandes temas da Conferência e contarão com a participação de um integrante de cada um dos segmentos que os compõem.

§ 2º - Os **Grupos Temáticos** serão responsáveis pela discussão dos temas, aprofundando elementos centrais tratados nos Painéis. Os Trabalhos em Grupo contarão com um coordenador e um relator que serão escolhidos pelo próprio grupo. A Comissão Organizadora disponibilizará um facilitador ou pessoa de apoio para cada grupo, junto ao coordenador e o relator.

§ 3º Os grupos temáticos serão constituídos por, no máximo, 50 participantes. Por ocasião da inscrição dos delegados, estes indicarão dois temas de sua preferência, que servirão de base para a formação dos grupos.

§ 4º As **Plenárias** constituirão os momentos de socialização do trabalho dos grupos temáticos e das deliberações relativas a proposições sobre o Documento-Base, apresentação e deliberação de moções e outros encaminhamentos que constarão no Relatório Final da Conferência.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 8 - A I Conferência Nacional de Economia Solidária será presidida pelo Ministro do Trabalho e Emprego e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Art. 9° - A coordenação da Conferência compete à Comissão Organizadora Nacional que terá as seguintes atribuições:

I. Coordenar, supervisionar e promover a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II. Elaborar e zelar pelo cumprimento deste Regulamento-Geral da Conferência e regimento para a Plenária;

III. Elaborar a proposta de temário, programação e metodologia de sistematização;

IV. Mobilizar e articular a participação dos Empreendimentos Econômico Solidários, suas organizações, governos, parlamentares, entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, nas Conferências preparatórias e na Conferência Nacional;

V. Definir delegados nacionais, para além dos Membros do Conselho Nacional de Economia Solidária e alterar a quantidade de Delegados prevista no anexo I;

VI. Promover estratégias de captação de recursos e viabilização da infra-estrutura necessária para a

realização da Conferência;

VII. Elaborar proposta de divulgação e estratégia de comunicação;

VIII. Constituir subcomissões de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições; e

IX. Validar as conferências estaduais.

Art. 10º - A Comissão Organizadora Nacional terá a seguinte composição:

I. Cinco representantes do poder público federal, sendo:

a. Um representante do Ministério do Trabalho e Emprego, que exercerá a coordenação-geral da comissão organizadora;

b. Um representante do Ministério do Desenvolvimento Social;

c. Um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

d. Um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

e. Um representante do Ministério da Educação, e

II. Um representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

III. Seis (6) representantes dos Empreendimentos Econômico Solidários e suas organizações; e

IV. Seis (6) representantes de entidades e organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais.

§ 1º - Os representantes referidos nas alíneas "d" e "e" do inciso I serão convidados a participar da Comissão Organizadora a que se refere o caput, por intermédio de aviso do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela respectiva pasta.

§ 2º - Os representantes indicados nos incisos II, III e IV serão convidados a participar dos trabalhos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

§ 3º - A Secretaria Nacional de Economia Solidária tem competência para coordenar, supervisionar e auxiliar os trabalhos da Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Economia Solidária e dar encaminhamento às suas resoluções, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos.

Art. 11 - Para auxiliar na realização de suas atribuições a Comissão Organizadora constituirá as seguintes subcomissões:

I. Subcomissão Executiva

II. Subcomissão Especial, Temática e de Sistematização

III. Subcomissão de Articulação e Mobilização

IV. Subcomissão Logístico-Financeira

V. Subcomissão de Comunicação e Divulgação

Parágrafo único: A Comissão Organizadora Nacional da I Conferência Nacional de Economia Solidária contará com um grupo operacional e um coordenador-geral, nomeado pelo Ministro do Trabalho e Emprego.

CAPÍTULO V
DOS PARTICIPANTES

Art. 12 - A I Conferência Nacional de Economia Solidária, em suas diversas etapas, deverá ter a participação dos seguintes segmentos:

I. Segmento I – Representantes do Poder Público (Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal): gestores, administradores públicos, Poder Legislativo, Poder Judiciário;

II. Segmento II – Entidades e organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à Economia Solidária, outras organizações da sociedade civil e

movimentos sociais e populares,

III. Segmento III – Empreendimentos Econômico Solidários e suas organizações de representação.

Art. 13 - Na Conferência Nacional de Economia Solidária os participantes se distribuirão em duas categorias:

I. delegados com direito a voz e voto;

II. convidados com direito a voz e sem direito a voto.

Parágrafo Único -Os critérios para escolha dos convidados serão definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 14 - Serão delegados à I Conferência Nacional de Economia Solidária:

I. os participantes eleitos nas Conferências Estaduais;

II. Membros do Conselho Nacional de Economia Solidária e outros representantes do Governo Federal e Entidades Nacionais, definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

§ 1º - A quantidade de delegados por Unidade da Federação está definida no quadro do anexo I.

§ 2º - Para cada delegado-titular eleito, será escolhido um suplente correspondente, que será credenciado na ausência do titular.

Art. 15 - A representação dos diversos segmentos na I Conferência Nacional de Economia Solidária deve ter a seguinte proporcionalidade:

I. Segmento I – 25%
II. Segmento II – 25%
III. Segmento III – 50%



CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16 - As despesas com a organização geral para a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério de Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Parágrafo Único – Somente serão custeadas despesas relativas à participação dos delegados.

CAPÍTULO VII
DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

SEÇÃO I
Das Conferências Estaduais

Art 17 - A realização da Conferência Estadual é fator indispensável para a participação de delegados estaduais na I Conferência Nacional de Economia Solidária.
Parágrafo Único: Das Conferências Estaduais participarão todos que se definam como pertencentes aos segmentos que compõem a Conferência, com direito a voz e voto e os demais, na condição de convidados.

Art 18 - Para a realização das Conferências Estaduais deverão ser constituídas Comissões Organizadoras com a participação de representantes de todos os segmentos que compõem a Conferência.

Art 19 - Cabe à Comissão Organizadora Estadual:

I. definir Regulamento Estadual contendo os critérios de participação na Conferência Estadual para a eleição de delegados, para a realização das Conferências Preparatórias, de

acordo com as peculiaridades do Estado, respeitados o cronograma deste regimento, as diretrizes e as definições, especialmente aquelas relativas aos participantes e sua proporcionalidade; II – Escolher, dentre seus membros, sua coordenação;

III. Definir e organizar subcomissões de trabalho para auxiliar suas atividades;

IV. Organizar as atividades e definir regimento da Plenária

V. Sistematizar os Relatórios das Conferências Preparatórias;

VI. Enviar lista dos delegados-titulares e suplentes para a Coordenação Nacional da Conferência;

VII. enviar as contribuições e decisões da Conferência Estadual quanto ao Documento-Base.

Art 20 -O Executivo Estadual terá a prerrogativa de convocar a Conferência Estadual, através de ato publicado em Diário Oficial.

§ 1° - Se o Executivo não a convocar até o prazo estabelecido, a Delegacia Regional do Trabalho, em conjunto com representações dos demais segmentos, poderá convocá-la, através de ato publicado no Diário Oficial da União e dando ampla divulgação na Unidade da Federação.

§ 3° - A convocação das Conferências Estaduais deverá ocorrer de acordo com o cronograma constante no Anexo II.

§ 4° - Em caso de existência de dois editais de convocação, será validada a Conferência cujo edital tenha sido publicado com data anterior.

§ 5º - Independentemente de quem fará a convocação estadual a Conferência deverá ser coordenada pela Comissão Organizadora Estadual, conforme previsto no Art. 18.

Art 21 -As Conferências Estaduais devem acontecer no período previsto no cronograma constante no Anexo II.

Art 22 – As Conferências Estaduais devem ser organizadas de forma a viabilizar as atividades previstas no Art. 7°

Art 23 – Deverão ser incorporadas ao documento-base da Conferência todas as proposições aprovadas pela maioria.
Parágrafo Único: Serão levadas ao conhecimento dos delegados as propostas aprovadas por, pelo menos, 25% dos participantes das Conferências Estaduais.

Art. 24 - Os resultados da Conferência Estadual e a relação de delegados para a I Conferência Nacional de Economia Solidária devem ser remetidos à Comissão Organizadora Nacional, em formulário próprio, a ser distribuído.

Parágrafo Único: Recomenda-se que além da proporcionalidade prevista no Art. 15, as Conferências Estaduais considerem, na definição dos delegados, a diversidade territorial, a diversidade das atividades econômico solidárias e as formas de organização.

Art 25 -Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Estadual, cabendo recurso à Comissão Organizadora Nacional.

SEÇÃO II
Das Conferências Preparatórias

Art 26 -As Conferências Preparatórias terão caráter de sensibilização, mobilização, articulação e promoção do debate no processo de construção das Conferências Estaduais.

Parágrafo Único: As conferências preparatórias deverão ocorrer conforme orientação da Comissão Organizadora Estadual e poderão ter âmbito Municipal ou Regional.

Art 27 - Para a realização de cada Conferência Municipal ou Regional deverá ser constituída uma Comissão Organizadora com a participação de representantes dos diversos segmentos.

Art 28 - O Executivo Municipal envolvido tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal, através de ato próprio publicado em Diário Oficial e, explicitar, na divulgação do evento, a sua condição de "Etapa Preparatória Municipal e/ou Regional da I Conferência Nacional de Economia Solidária".

§ 1º - Sendo uma conferência regional, a convocação poderá ser de forma conjunta dos executivos envolvidos e publicada no diário oficial de todos os municípios e/ou meio de comunicação local amplo.

§ 2º - Caso o Executivo não convoque a Conferência até o prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada pela Comissão Organizadora Estadual, em conjunto com representantes dos demais segmentos.

§ 3º - Em caso de existência de duas convocações será validada a Conferência cujo edital tenha sido publicado com data anterior.

Art. 29 – As Conferências Municipais e Regionais devem acontecer no período previsto no cronograma do Anexo II

Art 30 -Cabe à Comissão Organizadora das Conferências Preparatórias:

I. Mobilizar e articular a participação de todos os segmentos que compõem a Conferência;

II. Definir data, local, temário e pauta da Conferência;

III. Encaminhar seus resultados (proposições referentes aos temas nacionais e estaduais) à Comissão Organizadora Estadual.

Art 31 -Os resultados das Conferências Preparatórias devem ser remetidos à Comissão Organizadora Estadual, em formulário próprio a ser distribuído pela Comissão Organizadora Nacional.

Art 32 -Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

Brasília, abril de 2006.

ANEXO I

Composição dos participantes na condição de delegados na Conferência Nacional por Unidade da Federação e por Segmento.

UF	Delegados dos EES	Delegados do Poder Público	Delegados da Soc. Civil	Total de Delegados
AC	12	6	6	24
AL	12	6	6	24
AM	12	6	6	24
AP	10	5	5	20
BA	36	18	18	72
CE	32	16	16	64
DF	14	7	7	28
ES	12	6	6	24
GO	20	10	10	40
MA	20	10	10	40
MG	28	14	14	56
MS	10	5	5	20
MT	16	8	8	32
PA	16	8	8	32
PB	16	8	8	32
PE	28	14	14	56
PI	22	11	11	44
PR	22	11	11	44
RJ	30	15	15	60
RN	18	9	9	36
RO	10	5	5	20
RR	6	3	3	12
RS	66	33	33	132
SC	20	10	10	40
SE	12	6	6	24
SP	44	22	22	88
TO	12	6	6	24
Brasil	**556**	**278**	**278**	**1.112**

EES		Sociedade Civil	Governo	Total
Dos Estados	556	278	278	**1112**
Nacionais - CNES	20	19	19	**58**
TOTAL	**576**	**297**	**297**	**1170**

A quantidade de Delegados definida na tabela acima considera:

a) Proporcionalidade dos segmentos:

- Segmento I – 25%

- Segmento II – 25%

- Segmento III - 50%

b) a proporcionalidade das Unidades da Federação definidas da seguinte forma:

1. alocação de 10 delegados para todas as Unidades da Federação;
2. distribuição das demais vagas, considerando a média aritmética da participação proporcional da UF nos seguintes quesitos:
   • quantidade de Empreendimentos Solidários (Mapeamento SENAES/2005),
   • quantidade de sócios dos Empreendimentos (Mapeamento SENAES/2005), e
   • estimativa da população IBGE 2005.
3. Correção para cima das médias obtidas para garantir a proporcionalidade do item a.

ANEXO II

CRONOGRAMA

Atividade	Período	Responsável
• Convocação das Conferências Estaduais	Até 24/abril	• Governos dos Estados
• Convocação das Conferências Estaduais segmentos	Até 28/abril	• DRT´s e demais
• Convocação e Realização das Conferencias Preparatórias	Até 24/maio	• Comissões Estaduais, Governos Municipais ou Comissões Municipais/ regionais
• Realização das Conferências Estaduais	Até 04/junho	• Comissões Estaduais
• Encaminhamento à Coordenação Nacional da lista de Delegados(as) e documento-base	Até 10/ junho	• Comissões Estaduais
• Conferência Nacional	26 a 29/ junho	• Comissão Nacional

Regimento

Define as regras de funcionamento da I Conferência Nacional de Economia Solidária, convocada pela Portaria Interministerial MTE/MDA/MDS nº 2, de 06 de abril de 2006.

Art. 1º - A I Conferência Nacional de Economia Solidária será realizada do dia 26 ao dia 29 de junho de 2006, no Brasília Tênis, em Brasília/DF, e será presidida pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e na sua ausência, pelo Secretário Nacional de Economia Solidária.

Capítulo I – Do credenciamento

Art 2º - O credenciamento para a I Conferência Nacional de Economia Solidária será realizado no dia 26 de junho das 8:00h às 17:30h para:

I. Os delegados que terão direito a voz e voto.

II. Os convidados indicados segundo critérios definidos pela Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que terão somente direito a voz.

§1°- Os delegados compreendem:

I. aqueles eleitos nas Conferências Estaduais;

II. aqueles indicados pela Comissão Organizadora Nacional segundo a Resolução 2 da Sub-Comissão Executiva;

III. os conselheiros titulares do Conselho Nacional de Economia Solidária .

§ 2º - Os delegados titulares que não efetuarem seu credenciamento até o prazo previsto no caput, serão substituídos pelos respectivos suplentes, conforme listagem enviada pelas Comissões Estaduais.

§ 3º - O credenciamento dos suplentes ocorrerá no período de 17:30h às 18:30h do dia 26 de junho.

§ 4º - No caso dos delegados que, comprovadamente, por motivo de impossibilidade de translado, não conseguirem atender os horários previstos no caput e § 3º, seu credenciamento será realizado até às 20:30h do dia 27 de junho.

Art. 3º - Os credenciados nos termos deste Capítulo serão distribuídos em Grupos de Trabalho pela comissão Organizadora, divididos por Estados e segmentos que compõem a Conferência.

Capítulo II – Da Organização

Art. 4º - A I Conferência Nacional de Economia Solidária, nos termos do Regulamento Geral, Art. 5º, tem como tema "**A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**".

Art. 5º - A I Conferência Nacional de Economia Solidária abordará os seguintes eixos temáticos:

I. Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo;

II. O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas;

III. Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de Economia Solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

Art. 6° - A I Conferência Nacional de Economia Solidária subdivide-se da seguinte forma:

I. Abertura;
II. Mesa Temática
III. Painel
IV. Grupos de Trabalho;
V. Plenárias.

Seção I – Da Mesa Temática

Art 7º - A mesa temática objetiva contribuir para o debate do tema da Conferência: "Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento".

Parágrafo Único: A mesa temática será composta por painelistas, convidados pela Comissão Organizadora, para tratar do tema da Conferência e dos eixos temáticos do Documento-Base.

Seção II – Do Painel

Art. 8º - O painel tratará dos eixos temáticos e objetiva:

I. Apresentar o documento-base sistematizado da Conferência, incluindo as proposições encaminhadas pelas Conferências Estaduais;

II. Esclarecer e debater as principais questões do documento-base;

III. Subsidiar as atividades dos Grupos de Trabalho.

Art. 9° - O painel será composto por representantes da Subcomissão de Sistematização, para apresentação do documento-base, e de um representante de cada segmento, na condição de comentarista.

Seção III – Dos Grupos de Trabalho

Art. 10 - Os Grupos de Trabalho serão organizados em:

I. Grupos Temáticos

II. Grupos de Trabalho dos **Eixos** Temáticos

Art. 11 – Os Grupos Temáticos terão a finalidade de aprofundar a compreensão dos temas e explicitar as proposições como preparação das atividades dos Grupos de Trabalho dos eixos temáticos.

§ 1º - Os Grupos Temáticos serão organizados para debate de temas constantes no Documento-Base Sistematizado destacados pela Comissão Organizadora:

I. Economia Solidária e Desenvolvimento - Concepções e Estratégias (10)

II. Economia Solidária e Trabalho Emancipado (5)

III. Economia Solidária e Cultura da Autogestão (37)

IV. Os Direitos Trabalhistas e o Cooperativismo (53)

V. Acesso às Políticas Públicas de Economia Solidária (42)

VI. A institucionalização das Políticas de Economia Solidária (67)

VII. Os Conselhos de Economia Solidária (72)

VIII. Redes e Articulações Internacionais da Economia Solidária (33)

§ 2º - A participação nos Grupos Temáticos será de livre escolha dos participantes da Conferência.

Art. 12 - Os Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos debaterão o documento-base sistematizado incluindo as proposições enviadas pelas Conferências Estaduais e serão compostos por:

I. delegados;
II. convidados;
III. um coordenador;
IV. um facilitador;
V. um relator.

§ 1º - O coordenador será designado pelo próprio grupo e deverá conduzir o debate, controlar o tempo e estimular a participação.

§ 2° - O relator será designado pelo próprio grupo e deverá assentar as conclusões do grupo e participará das atividades de sistematização para preparar as Plenárias Finais.

§ 3° - O facilitador será designado pela Comissão Organizadora e deverá conduzir o início dos trabalhos, encaminhar a escolha dos coordenadores e relatores, contribuir para esclarecimentos sobre o Regimento e o documento-base (temas/ questões do trabalho do Grupo), monitorar a adequação metodológica das atividades do grupo e auxiliar a coordenação e a relatoria.

Art. 13 - As atividades nos Grupos de Trabalho deverão ser orientadas:

I. Pelo documento-base

sistematizado, que incluirá as proposições enviadas pelas Conferências Estaduais;

II. Pelas exposições realizadas no painel e na mesa temática; e,

III. Pelas discussões realizadas nos Grupos Temáticos.

Parágrafo Único: Os participantes dos grupos deverão tratar das questões nacionais e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 14 - As atividades nos grupos de debate deverão seguir as seguintes etapas:

I. Leitura do documento-base sistematizado e apresentação de destaques;

II. Debate dos destaques e sua votação;

III. Definição das proposições a serem encaminhadas às Plenárias Finais;

IV. Definição, a partir do Eixo Temático III, de cinco (5) proposições prioritárias a serem encaminhadas à Subcomissão Temática e de Sistematização.

Art. 15 – Somente serão encaminhadas às Plenárias Finais as proposições que nos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos obtiverem:

I. Consenso;

II. Maioria absoluta (cinqüenta por cento mais um);

III. Trinta por cento em pelo menos onze (11) GT´s.

Art 16 – Caberá à Subcomissão de Sistematização e ao Colegiado de Relatores dos GT´s organizar as proposições que serão encaminhadas às Plenárias Finais.

Seção III – Das Plenárias

Art. 17 - Caberá às plenárias:

I. Aprovar o Regimento de Funcionamento da I Conferência Nacional de Economia Solidária;

II. Debater e votar o documento final, as propostas de moção e as propostas de resolução apresentadas;

Art.18 - As plenárias serão compostas por:

I. Delegados;

II. Convidados.

Art.19 - As plenárias serão presididas por Mesas Coordenadoras indicadas pela Comissão Organizadora.

Art. 20 - A Mesa Coordenadora orientará as intervenções em plenária que terão procedência na seguinte ordem:

I. Questão de ordem – quando se referir às questões exclusivas do regimento;

II. Questão de esclarecimento – quando for para esclarecer o conteúdo em debate;

III. Questão de encaminhamento – quando for para encaminhar a forma de condução dos trabalhos sem entrar no conteúdo de propostas ou dos temas em debate.

Parágrafo Único: As questões de ordem e de encaminhamento deverão ser dirigidas à Mesa Coordenadora.

Art. 21 - Quando a matéria estiver em regime de votação não serão mais acolhidas questões de esclarecimentos, de ordem ou de encaminhamento.

§ 1° - A cada proposta apresentada, observado a Art. 15, será garantida uma manifestação contrária e uma manifestação favorável, pelo tempo máximo de três (3) minutos.

§ 2° - Após as manifestações, a Mesa Coordenadora consultará a plenária sobre a necessidade de mais manifestações sobre o mesmo tema.

§ 3° - Estando a plenária esclarecida a matéria será encaminhada para votação.

Art. 22 - Todas as deliberações nas plenárias serão por maioria absoluta (cinqüenta por cento mais um) de votos dos delegados presentes.

Parágrafo Único - Nos processos de votação em plenária, somente será feita a contagem de votos quando não for possível avaliar o resultado por contraste ou quando não houver acordo sobre o resultado na mesa coordenadora.

Art. 23 – Havendo mais de duas proposições a respeito do mesmo tema a plenária tomará conhecimento das mesmas, quando será feita sua defesa e posteriormente será colocada em votação a proposta de manutenção do texto do documento-base sistematizado. Em caso de aprovação da sua manutenção, as demais proposições serão desconsideradas.

Parágrafo Único – Caso a plenária delibere pela apreciação das proposições apresentadas e nenhuma delas obtenha cinqüenta por cento mais um de votos favoráveis, as duas mais votadas serão submetidas a votação em segundo turno.

Art. 24 - Encerrada a votação do Documento Final a mesa colocará em votação as propostas de moção e de resolução recebidas.

§ 1° - Além das moções enviadas até dia 12 de junho, pelas Conferências Estaduais, poderão ser encaminhadas novas propostas de moção e resolução que devem ser apresentadas à Comissão Organizadora até às 12 horas do dia 28 de junho.

§ 2° - Cada proposta de moção deverá ser assinada por, pelo menos, dez por cento dos delegados.

§ 3° - Cada proposta de resolução deverá ser assinada por, pelo menos, vinte por cento dos delegados e não poderá conflitar com proposições já apreciadas e votadas nas Plenárias.

Seção IV – Disposições Gerais

Art. 25 - A Comissão Organizadora Nacional sistematizará o Documento Final e os Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, encaminhando-os ao Plenário do Conselho Nacional de Economia Solidária, que promoverá sua publicação e divulgação, bem como seu encaminhamento à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Federal. Este encaminhamento poderá ser realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Art. 26 - Os Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora Nacional.

COMISSÃO ORGANIZADORA

1. Ademar Bertucci – Cáritas Brasileira
2. Altair de Souza – Rede Cerrado
3. Angela Maria Schwenberg – Rede de Gestores
4. Antônio Munarim – Ministério da Educação
5. Ary Moraes – FBES - Empreendimentos
6. Benedito Anselmo Martins de Oliveira– Rede ITCP´s
7. Davi Luiz Schmidt – Secretaria-Geral da Presidência da República
8. Edmar Roberto Prandini– ABCRED
9. Euclides André Mance - RBSES
10. Francisco Miguel de Lucena – ADS/CUT
11. Heliana Kátia Campos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
12. José Paulo Crisóstomo Pereira - UNICAFES
13. Lenivaldo Marques da Silva Lima – FBES - Empreendimentos
14. Manoel Vital de Carvalho Filho – Ministério do Desenvolvimento Agrário
15. Niro Roni Nobre Barrios – UNISOL
16. Paul Singer – Ministério do Trabalho e Emprego
17. Paulo César Lacerda de Oliveira – FBES - Empreendimentos
18. Sandra Magalhães – FBES- Empreendimentos

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

UF	Conf. Estadual - participantes	Conf. Preparatórias - nº	Conf. Preparatórias - participantes	TOTAL
AC	347	8	160	507
AL	90	-	-	90
AM	250	5	80	330
AP	127	-	-	127
BA	382	4	350	732
CE	692	7	300	992
DF	352	7	175	527
ES	224	11	825	1.049
GO	220	5	230	450
MA	256	8	280	536
MG	600	8	245	845
MS	192	1	80	272
MT	400	5	123	523
PA	235	5	300	535
PB	200	3	230	430
PE	337	6	763	1.100
PI	106	3	82	188
PR	340	4	820	1.160
RJ	149	12	300	449
RN	250	6	300	550
RO	150	9	178	328
RR	105	7	130	235
RS	1.278	17	1.000	2.278
SC	154	2	79	233
SE	500	6	500	1.000
SP	400	6	800	1.200
TO	250	4	60	310
Brasil	**8.586**	**159**	**8.390**	**16.976**

CONFERÊNCIA NACIONAL PARTICIPANTES	Nº
ACOMPANHANTES	2
APOIO	34
CONVIDADOS	177
DELEGADO(A)S Nacionais	56
DELEGADO(A) dos Estados	1.017
DELEGADO(A)S	1.073
FACILITADORES	27
IMPRENSA	3
ABERTURA OFICIAL	36
TOTAL	**1.352**

DELEGADOS(AS) PRESENTES NA CONFERÊNCIA NACIONAL[1]

Delegados das UF´s

AC AQUILES ARISTEU SILVA DOS SANTOS
AC CASSIA MARIA LIMA NASCIMENTO
AC CESARINA PEREIRA DE FRANÇA
AC DECRECI LOPES DE SOUZA
AC EDUALDES DE SOUZA CORREIA
AC ERISMAR DE SOUZA SILVA
AC ESTER OSTROWSKI
AC EVANDRO LUZIA TEIXEIRA
AC FRANCISCA MARIA LIMA MATIAS
AC GLEICE KELLY BARROS LIMA
AC IGNEZ GAMBIN
AC JORGIANE FERREIRA DE MOURA
AC MANOEL QUINTELA RODRIGUES
AC MARIA MARGARIDA DA SILVA REIS
AC MILENA SILVA CORDEIRO
AC PAULO CESAR DA SILVA
AC RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
AC REGINA RODRIGUES DE FREITAS
AC ROSALINA MEDEIROS DE SOUZA
AC RUBENS DE ALMEIDA LOBAT
AC SAIONARA SILVA MARTINS
AC SAMIRAME CARVALHO DA SILVA
AC SEBASTIANA AMORIM CABANELAS
AL AGUINALDO JOSÉ ALMEIDA DA SILVA
AL AMARA LÚCIA COLEHO DE AZEVEDO
AL AMÉLIA VIRGÍNIA LUCENA LIMA
AL ÂNGELA DE CÁSSIA COSTA DE VASCONCELOS
AL CARLOS AUGUSTO SOARES DE MELO
AL DELIRES M. BRUN
AL DIONE ARAÚJO LIMA
AL GEDALVA QUEIRÓZ BRITO
AL GILVANETE LÚCIO DE OLIVEIRA
AL JOSÉ SANDRO SANTOS
AL JOSEFA MARIA DE MENDONÇA
AL JOSEFA REGINA DOS SANTOS
AL JOSEILDO VIEIRA DA SILVA
AL JUDINETE CABRAL DE SANTANA BARBOSA
AL KÁTIA FRANCISCA DE BARROS
AL LUCIANO DOS SANTOS
AL MANOEL ANTONIO DE OLIVEIRA NETO
AL MARGARIDA FÉLIX DA SILVA
AL MARTIENE ALVES DA SILVA
AL MIRIAM ZENDRON
AL RIVALDO VASCONCELOS DO REGO
AL SOLANGE ALMEIDA CLEMENTE
AL VALDENÍCIO SANTOS DE OLIVEIRA
AM ALVANIR RODRIGUES DA SILVA
AM DANCLEY DA COSTA CASTRO
AM DANIELA FREITAS CHAVES
AM ELISSÂNGELA CALDAS MAFRA
AM EMILENE NUNES MARIANO
AM ESTEVÃO LEMOS BARRETO
AM EUTÁLIA DE SOUZA MOTA
AM GIMINA SÍRIA DE ALENCAR PAIVA
AM JOÃO BATISTA DUTRA PRESTES
AM JOAQUIM JOSÉ DA SILVA REGO
AM MARIA LUCIANA SOUZA AMORIM
AM MARIA LUCIMAR DE SOUZA BRANDÃO
AM PAULO GUSTAVO DA COSTA
AM RAIMUNDO BENEDITO C DE SOUZA
AM RONALD NASCIMENTO DE SEIXAS
AM ROSÂNGELA PEREIRA DOS REIS
AM TEREZINHA SILVA BARBOSA ROSENHAIME
AM ZENI SOARES CAVALCANTE
AP ALBINO DE SOUSA WAGNER
AP ALDINEIA BRAZAO DO ROSARIO
AP ALVINA DO CARMO REGO COSTA
AP ARGEL CARLOS SANTOS GOMES
AP BENEDITO MAGNO GONÇALVES BASTOS
AP ELENIR MARTINS NOBRE
AP ELISIO RAIMUNDO DO CARMO PEREIRA
AP ENEAS LEMOS BARBOSA
AP FRANCIRENE DO SOCORRO MACEDO LEAO
AP GIRLANE BRITO DE ABREU
AP GUILHERME SANTOS RIBEIRO
AP MANOEL PEREIRA SANTANA
AP MARCELO MATOS FIGUEIRA
AP MARIA BENEDITA RODRIGUES DOS SANTOS
AP MARIA DORAMA CARDOSO
AP MARIA MARY DE SA DUARTE
AP NAZARE COSTA DO AMARAL
AP NOENES DE SOUZA PREIRA
AP ORIVALDO BATISTA DE FARIAS SANTOS
AP PAULA NELY DIAS
AP RAIMUNDO TAVARES CARVALHO
BA ADELSON CARVALHO DE SANTANA
BA ADRIANO RAIMUNDO CERQUEIRA COSTA
BA ANA PAULA GONÇALVES SALES
BA ANANIAS NERY VIANA
BA ANDRÉ SANTANA SILVA
BA ANTONIO JOSÉ DOS ANJOS ARAUJO
BA ARISTELA BARBOSA DA SILVA
BA ARNALDO MANGUEIRA PEREIRA
BA BENITO MUINUS JUNCAL
BA BERONICE FERREIRA DA SILVA
BA DEBORA NUNES
BA DEBORA RODRIGUES DA SILVA
BA DENILSON NAZARETH ANDRADE
BA EDUARDO AUGUSTO REBOUÇAS FRANÇA
BA ELENEIDE ALVES CORDEIRO
BA ELIELSON CARNEIRO DE SOUZA
BA ELIONE ALVES DE SOUZA
BA EVANDRO PEIXINHO CRUZ
BA FAELE DOS SANTOS DE JESUS
BA GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA FILHO
BA HELBETH LISBOA DE OLIVA
BA IRENE DIAS LOPES
BA ITAMAR PENA PEREIRA
BA IVANETE DE O. SILVA
BA JAIME CESAR GODINHO
BA JOSE CARLOS DE JESUS SANTOS
BA JOSE CARLOS MORAES
BA JOSÉ DIJALMA DOS SANTOS
BA JOSE VIEIRA
BA KÁTIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS
BA LÉA MARIA DE PAIVA FRANCO
BA LEIDE MANUELA SANTOS
BA LUCIENE CRUZ DE ANDRADE

BA MAGDA DE SOUSA ALMEIDA
BA MARCELO FROES BARBOSA
BA MÁRCIA MARIA GOMES DE ANDRADE
BA MARCOS FABRICIO MATO GROSSO
BA MARIA DA PAIXÃO MASCARENHAS PEDREIRA
BA MARIA DULCE COSTA GONÇALVES MACHADO
BA MARIA FRANCISCA DIAS
BA MARIA SILVIA SOUZA MACEDO
BA MARIA SOLENEIDE RODRIGUES DO NASCIMENTO
BA MARICELI MATOS MONTE SANTO
BA MARLÚCIA MOREIRA DA SILVA
BA MARTIN ANTONIUS VAN GASTEL
BA MARTINUS ANTONIUS M. V.GASTEL
BA MAURICIO FIGUEIREDO NOGUEIRA
BA MOSAR SANTOS DE SANTANA
BA NEIDE ALVES DOS SANTOS SILVA
BA NEREIDE SEGALA COELHO
BA REGINALDO DE ARAUJO SILVA
BA ROBÉRIO SANTOS
BA ROBERTO VIANA LEMOS
BA RONISVALDO VIDAL DE OLIVEIRA
BA ROSANE DOS SANTOS CARMO
BA SAMUEL CELIO DE OLIVEIRA
BA SEBASTIÃO RODRIGUES PORTO
BA SELMA NEVES DOS SANTOS PORTO
BA SIDNEY SUERDIECK
BA SIMONE DOS SANTOS RIBEIRO
BA SIMONE PEREIRA PEIXOTO
BA SUZETHE DA SILVA ARAUJO
BA TEREZINHA DE OLIVEIRA CARNEIRO
BA VERA LÚCIA MOTA SALES DA SILVA
BA WELLINGTON DA SILVA E SILVA
BA WILMA DA SILVA ALMEIDA
BA WILSON CARLOS DOS SANTOS
BA ZÉLIA MARIA DE ABREU PAIM
CE AIRTON GLEISSON TEIXEIRA LIMA
CE ANA LURDES DE FREITAS
CE ANA SÁSKYA DE ARAUJO VAZ
CE ANDRE LIMA SOUSA
CE ANDREA MARIA DA SILVA
CE ANTONIA KARINA DE ARAÚJO BRAGA
CE ANTONIA KARLA DE ALMEIDA
CE ANTONIO DE CARVALHO OLIVEIRA
CE ANTONIO SILVINO NETO
CE ANTONIO SOARES DE SOUSA
CE CARLA ELISA TRINDADE CARVALHO
CE CARLOS ALBERTO ALVES RUFINO
CE CARLOS DANILO A DOS SANTOS
CE CARLOS RAMON BEZERRA ALCANTARA COSTA
CE CICERO JOSÉ DO NASCIMENTO SOUSA
CE CLENILDON DE SOUSA BRITO
CE EDGARD PATRICÍCIO DE ALMEIDA FILHO
CE EDILENE MARIA VALETIN SANTOS
CE EMANUEL BARRETO DE OLIVEIRA
CE FRANCISCA IRACEMA DA S. DUARTE
CE FRANCISCA LENIUDA LEITE
CE FRANCISCA NÓELIA CÂNDIDO DA SILVA
CE FRANCISCO DE SOUZA MOREIRA
CE FRANCISCO EULÂNIO CORREIA MÁXIMO
CE FRANCISCO LIMA FILHO
CE FRANCISCO TOMAZ SOBRINHO
CE GABRIEL MARQUES DE ALCANTARA
CE IZABEL CRISTINA DE VASCONCELOS PINTO
CE JUVENAL FREIRE DA COSTA
CE LAÉRCIO PEIXOTO AMARAL
CE LUCELENA HONORATO DE LIMA
CE LUCIANO ALÍPIO DE LIMA
CE LUCIANO CIDRACK DO VALE
CE LUZIRENE GOMES RIBEIRO
CE MARCOS ARCANJO DA SILVA
CE MARIA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA
CE MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA MARTIN
CE MARIA DE FÁTIMA MOREIRA
CE MARIA DO CARMO BEZERRA
CE MARIA DO SOCORRO ALVES
CE MARIA ELISÂNGELA DE MESQUITA ABREU
CE MARIA IVANIZA MARTINS DE SOUSA NASCIMENTO
CE MARIA SILMA MOREIRA MAGALHÃES
CE MARIA VALDÊNIA SANOTS DE SOUZA
CE PAULO RINALDO PEREIRA BARROS
CE PAULO SERGIO FARIAS GONÇALVES
CE RAIMUNDO FILHO DOS SANTOS
CE REGILANE FERNANDES DA SILVA
CE RIZONEIDE SOUZA AMORIM
CE ROSIMEIRE CHAGAS MELO DOS SANTOS
CE SANDRA MAGALHÃES
CE SUIANE ALVES ROSA
CE VALDECIO ROCHA ASSUNÇÃO
CE VERA LUCIA FERANDES DA SILVA
DF ABEL DUQUE DE CARVALHO JÚNIOR
DF ADIR LOPES VIANA
DF AFONSO CARLOS MAGALHÃES
DF ÂNGELA MARQUES ALMEIDA
DF CARMEN LOURDES DA COSTA MASCARENHAS
DF CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS
DF DELZA CARDOSO SILVA
DF EDMILSON DOS SANTOS ALVES
DF FRANCISCO ALDEIDES MONTEIRO LOBATO
DF FRANCISCO DE ASSIS ALMEIDA LINHARES
DF HELENA MATT
DF HORÁCIA ALVES LOPES
DF HOZANA ALVES DO NASCIMENTO
DF JOSÉ FERREIRA GOMES
DF MAILDES ALVES MARQUES
DF MARIA APARECIDA FAUSTINO
DF MARIA DA CONSOLAÇÃO DE TOLEDO COSTA
DF MARIA ROSA FERREIRA DA SILVA
DF PAULO HENRIQUE CORREA
DF PAULO HENRIQUE DE MORAES
DF PAULO JORGE FARIAS GALVÃO
DF SHIRLEI APARECIDA ALMEIDA SILVA
DF SIMONE CARDOSO
DF SONIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA
DF SONIA MARISE SALLES CARVALHO
DF TEOBALDO ROCHA
DF TEREZINHA FERREIRA MARQUES CAMARGO
ES ALEX SANTIAGO DUARTE LEITE DA SIVA
ES ANTÔNIO RAMOS MARTINS

ES ARISTEU NARDI
ES DENISE BARBIERI BISCOTTO
ES EDSON MACHADO FERREIRA
ES EVERALDO TOM DOS SANTOS
ES FABIO FRIGERIO
ES JANINE CRISTINA DE ARAÚJO
ES JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS
ES JOSÉ ALAOR FIORESI
ES JOSÉ SOARES
ES LEONORA MICHELIN LABOISSIERE MOL
ES MARIA DA GLÓRIA DE ARAÚJO SANTOS
ES MARIA EMÍLIA VENTURINI BRAUN RISK
ES MONIQUE SUNDERHUS LEPPAUS
ES NEUSA MARIA JORDEM ALMANÇA POSSATTI
ES NORMELIANA SANTOS SANTANA
ES OTNIEL BARCELOS DE AQUINO
ES PAULO CESAR BRUNI
ES REGINA VIANA DE SOUZA
ES RONALDO SIMONETTI
ES VALDEMIR ANCHESQUI
ES WALLACE DA CONCEIÇÃO
GO AMARILDO LAZARO GUIMARÃES
GO ANTÔNIO APOLINÁRIO COELHO
GO CATHARINA ROGADO DA SILVA
GO CLAUDIA CRISTINA MONTEIRO LIMA
GO CLAUDINO COLELLET
GO DANIEL BRUNO PEREIRA
GO DEMERCY DA SILVA ROCHA
GO HÉLIO AUGUSTO DE MAGALHÃES
GO IVA ANA ELIAS DE RESENDE
GO JANE MARIA DE MELO
GO JOAQUIM BATISTA OZÓRIO FILHO
GO JOSÉ RICARDO ESTRELA
GO JOSELI JOSÉ DE CARVALHO
GO LUZIA CAROLINA DE SOUZA
GO MARIA DALVA S. PINHEIRO
GO MARIA NEONICE DE OLIVEIRA SILVA
GO MARIA ODÍLIA ROGADO DA SILVA
GO MILENA ARAGUAIA DE CASTRO SÁ LIMA
GO NELSON GOMES DE MORAES
GO NEURALI DA CONCEIÇÃO SANTOS
GO OCIONE MARQUES DE ARRUDA
GO ODÁUREA MIRANDA FONSECA
GO ORCELINA SILVA DAMASCENO
GO ROSA BARBOSA
GO RÚBIA CRISTINA RODRIGUES
GO VANDERLAN RODRIGUES PIMENTEL
GO VILMAR DIAS CARNEIRO
MA ANA CLEIDES BANDEIRAS LABRE
MA CARLOS ANTONIO BONFIM PEREIRA
MA DIVA SILVA CARVALHO FERNANDES
MA ELIELSON COSTA NUNES
MA FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES
MA FRANCISCO DAS CHAGADS CUNHA
MA FRANCISQUINHA MIRANDA VIEIRA
MA GRACINETE LEMOS SCHODER
MA JAIME CONRADO DE OLIVEIRA
MA JOCIENNE SILVA GOMES
MA JOSE BENEDITO NOBRE RABELO
MA JOSÉ DA ROCHA NETO
MA LARLO ANTONIO MACEDO ANDRADE
MA MANOEL CONCEICAO SANTOS
MA MANOEL FRANCISCO URQUIZA
MA MARCIA CRISTINA MEDEIROSCHAVES
MA MARIA DALVA DA SILVA SOUSA
MA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA COSTA
MA MARIA DO NASCIMENTO CUNHA CARVALHO
MA MARIA JOSÉ FRAZÃO COSTA FILHA
MA MARIA JOSÉ PEREIRA COSTA
MA MARIA LUIZA MENDES
MA MARIANA DEBORA CLAUDIANO DO NASCIMENTO
MA MARTINHA DOS SANTOS CAMPOS
MA NUBIA DA LUZ MARTINS GOMES
MA RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS
MA RAIMUNDO PEREIRA DE SOUSA
MA SAUL BEZERRA MARTINS NETO
MA SHEYLA GOMES DE ALMEIDA
MA VALDENER PEREIRA MIRANDA
MA VALDIVINO SILVA
MG ADELINA FRANCISCA PEREIRA
MG ADRIANA SILVEIRA
MG AELSON DOS SANTOS
MG ARLETE DE ALMEIDA SILVA
MG BELCHIOR ADRIANE SILVA
MG DOMINGOS DOS SANTOS
MG EDE GAMBINI
MG ELAINE ALVES DE SOUSA
MG ENIVON JESUS DA SILVA
MG FRANCISCA MARIA DA SILVA
MG FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA
MG GLAUBER PEREIRA DOS SANTOS
MG GLAUCIA PEDROSA SILVA
MG IZAIDE JOSE ZICA
MG JOANA ALVES LOUBACK
MG JOAO LOPES DO NASCIMENTO NETO
MG JOAO MARCELO DOS REIS BELLO
MG JOSÉ AFONSO SILVA MATOS
MG JOSÉ VALDIVINO AMARAL
MG JULIANA MACARIO DE OLIVEIRA
MG LEONARDO LUIZ PEREIRA
MG LUIZ CARLOS CARVALHO DE OLIVEIRA
MG MARCELO DA SILVA VIEIRA
MG MARIA APARECIDA RODRIGUES
MG MARIA DE FATIMA MOREIRA DE BARROS
MG MARIA ELENIR NARDI
MG MARIA EUNICE FIGUEIREDO GUEDES
MG MARIA GERALDA DE SOUZA
MG MARIA GORETTI SIMOES
MG MARIA LUCIA DA SILVA
MG MARIA RODOLFINA FARIA
MG MARISTANE JOSE DE OLIVEIRA
MG MAURO CESAR DE OLIVEIRA
MG MIGUEL JOSE DE LIMA
MG NILZA MARIA FERREIRA
MG PATRICIA MEIRELES MOISES
MG RANIERE SILVA SANTANA
MG RENATO DE OLIVEIRA SILVA
MG RICARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
MG SILVIA MARIA OLIVEIRA MENDES
MG THALES CARVALHO LOPES
MG THEA BEATRIZ GOULART DE OLIVEIRA
MG WELLINGTON LINS SANTOS
MS ARI JOSÉ DE SOUZA
MS CARLOS AUGUSTO FERREIRA SÁ

MS EDGAR LUIZ NAZARETH
MS FERNANDO EURÍPEDES FERREIRA MARQUES
MS GASPAR MARTINS B. CAETANO
MS INÁCIO FAUSTINO
MS JOSÉ PEDRO TAVARES
MS LENITA GRIPA
MS MARIA DA CONCEIÇÃO CELESTINO BARBOSA
MS MARIA DE FÁTIMA BRITO BARBOSA
MS MARIA LÚCIA BARBOSA DE MEDEIROS
MS MARIA MADALENA JORGE DIAS
MS MARIA MARGARIDA FREIRE
MS MARILDA INÁCIO DE LIMA BASTOS
MS MAURO FERREIRA DA SILVA
MS PEDRINA DA SILVA SANTOS GUEDES
MS RAMÃO CASTRO DE OLIVEIRA
MS SANDRA REGINA PADILHA DE OLIVEIRA
MS SEBASTIANA ALMIRE DE JESUS
MT ADEMIR ANTÔNIO MANTOVANI
MT ALVANI BATISTA DE ALMEIDA
MT ALVARO VARELLA
MT ANDREIA CHISTYANE SOUZA BENEVIDES
MT BENEDITO FERREIRA DE FRANÇA
MT CARMEM DE MELO CASTRO
MT DALILA GONÇALVES FIGUEIREDO
MT DIANA PEREIRA DOS SANTOS
MT DINEY RIBEIRO CAMPOS
MT ELAINE MARIA PEDROSO LEMES
MT ELDER DE MEDEIROS RODRIGUES
MT ELIS REGINA PRATES
MT GERSON RODRIGUES DA SILVA
MT HILTON JOSÉ GOMES TOLEDO
MT IZABEL ALDAVES GOMES
MT JOANA ARRUDA MARTINS
MT LAUDEMIR LUIZ ZART
MT LUCÉLIA APARECIDA DA COSTA
MT LUCIANE ROCHA FERREIRA
MT MARIA AUXILIADORA PEREIRA DE ARRUDA
MT MARÍLIA MASTROCOLLA DE ALMEIDA
MT MARISTELA JUSTINA DOS REIS LOPES
MT MAURO CLEBER RIBEIRO LEITE
MT MICHELE NAZÁRIO
MT NEUZO ANTONIO DE OLIVEIRA
MT NICOLAU PRIANTE FILHO
MT NOIZE CRISTINA DE FRANÇA ÁVILA
MT ODILIA PEDROSA DE OLIVEIRA
MT ROSIMEYRE DE FIGUEIREDO
MT URBANO RAMOS DE SENE
MT VALDIVINO DIAS ROCHA
MT VALMIR CARDOSO DE OLIVEIRA
MT VERA APARECIDA AMORIM
MT ZUINGLIO RODRIGUES FREIRE
PA ADRIANA SOARES CARNEIRO
PA ALEXANDRE TRINDADE FERREIRA
PA CARMEN LEDO BARROS
PA CLÁUDIO ELIAS MARQUES
PA EDNA MARIA DA COSTA E SILVA
PA HAILTON MENDES DA SILVA
PA JOANA MOTA PALHETA
PA JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO
PA JOÃO JOSÉ CORRÊA
PA JOSÉ CARLOS BORGES FERREIRA
PA JOSÉ EUSTÁQUIO PIMENTEL DE OLIVEIRA
PA LUÍS DANTAS
PA LUIZ CARLOS O. BARBOSA
PA LUIZ ROBERTO CORDEIRO SODRÉ
PA MA. DAS GRAÇAS PIRES
PA MARIA ALICE R. COSTA
PA MARIA DO SOCORRO SILVA (INTERLOCUTORA)
PA MARIA EDILSA DA SILVA GOMES
PA MARIA MADALENA COSTA FREIRE
PA MARILDA OLIVEIRA DE BRITO COHEN
PA MARLI MARGARETH CHERMONT DA CUNHA
PA PAULO CÉSAR GAYA
PA RONILDES MORAES CARDOSO
PA ROSANA ALVES DA SILVA
PA ROSANA ARAÚJO MARTINS
PA TEREZINHA ESMELINDRA RAMOS DA SILVEIRA
PA THOMAZ MARIA MIRANDA RIBEIRO
PA UBIRATAN DE JESUS MORAES
PA WILSON PEREIRA COSTA
PB AIRES UMBERTO VIEIRA
PB ALEXANDRA DA SILVA OLIVEIRA
PB ANDRÉIA VIEIRA DA SILVA
PB EDMUNDO CABRAL
PB EDNEIDE FERREIRA DE SOUSA
PB EDUARDO PEDROSA DA SILVA
PB ELIZETE MARIA DE SOUZA
PB FRANCIMAR FERNANDES DE SOUZA
PB FRANCINÁCIA MERCES DE SOUZA RIBEIRO
PB GENETON DE LUMA
PB HÉLIO PEREIRA BEZERRA
PB JOEL CARLOS DO NASCIMENTO
PB LUCAS HENRIQUE PEREIRA
PB MARCOS MOREIRA DE LUCENA
PB MARIA ALVES DOS SANTOS
PB MARIA DE FÁTIMA DE MOURA CHAVES
PB MARIA DO SOCORRO NEVES
PB MARIA JAISA AMÂNCIO
PB MARIA JOSÉ ALVES
PB MARIA LÚCIA DA SILVA
PB MARINALVA SILVA
PB MAURÍCIO VICENTE DE MORAES FILHO
PB PATRÍCIA DOS SANTOS MELO
PB RONILDO MONTEIRO FERREIRA
PB SANDRO GOMES DA SILVA
PB SARAH ARAÚJO DE LUCENA
PB TEÂNIA GOMES DA SILVA
PE ALDA DE SOUZA BALBINO
PE ALLAN AZEVEDO
PE ALLAN KARDEC LOURENCO DA SILVA
PE ANA MARIA DUBEUX GERVAIS
PE ANTONIO MOURA DA SILVA
PE ANTONIO REGINALDO DE SÁ FILHO
PE ARNALDO LIBERATO
PE AUGUSTO SEVERO MARTINS FONSECA
PE BRENO NASCIMENTO NUNES GONÇALVES
PE CLAUDEMAR MANOEL DOS SANTOS
PE CYRIL GERVAIS
PE DANIEL BATISTA PASSOS FILHO
PE DANIELA NART
PE DEOMIRO SILVA DOS SANTOS
PE DILZA SANTOS

PE EDIUILSON GONÇALVES PEREIRA
PE EDIVILMA LEITE DOS SANTOS
PE EDLANEIDE RODRIGUES DE SOUZA
PE ELENILDO CORREIA PENA
PE ELIANE CABRAL LIMA
PE ENOQUE JOSÉ DA SILVA
PE ERIC LEONARDO DE SOUZA
PE FRANCISCO DE ASSIS ALVES
PE GILMAR CORREIA DIAS
PE ISMAEL BENTO DE MELO
PE ITANACY RAMOS
PE JONAS ALVES COELHO
PE JORGE PEDRO GAGGIANO PEREZ
PE JOSÉ CARLOS DA SILVA
PE JOSÉ CHARLES DE CARVALHO SILVA
PE JOSÉ GABRIEL MARTINS DOS SANTOS
PE JOSÉ JADILSON DE OLIVEIRA CUSTÓDIO
PE JOSÉ JESUS RIBEIRO
PE JOSÉ RUFINO DOS SANTOS
PE LANZONI BANDEIRA BARBOSA
PE LÍVIA FERNANDA ALBUQUERQUE DE FREITAS
PE LUIZ ADOLFO QUEIROGA CAVALCANTI DE PAULA
PE MARCO ANTONIO CAVALCANTE DA LUZ
PE MARCOS VALÉRIO DA SILVA
PE MARIA APARECIDA FIDELIS DOS SANTOS
PE MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS
PE MARIA DE LOURDES BERNARDO DA CUNHA
PE MARIA DO CARMO DA SILVA BRANDÃO
PE MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA
PE OSVALDO MANOEL DOS SANTOS
PE PATRÍCIA ARAGÃO DE SOUZA
PE PAULO CESAR DE SIQUEIRA GOMES
PE PAULO EMILIANO GAMA
PE ROSANA OLIVEIRA PONTES DE SOUZA
PE SANDRA CRISTINA DOS SANTOS
PE VALDOMIRO GOMES DE ALMEIDA
PE VENERANDA TEREZITA BULHÕES VIDAL
PE WILLIAM SANTOS DA LUZ
PI ADENISE DE SOUSA MARTINS
PI ADRIANA ITAPIREMA DOS SANTOS
PI ANA CLÁUDIA DOS SANTOS ALVES
PI ANA MARIA DA SILVA LIMA
PI ANTÔNIA JESUS DE AQUINO
PI ANTONIO WILLIAM ALMEIDA DE SOUSA
PI CARLOS ALBERTO AGUIAR
PI CLEMILTON PEREIRA BRAZ
PI DÉLIO MOURA BASTOS
PI DURVAL GOMES DE MOURA
PI ELIANE MARIA COSTA IBIAPINA
PI EUFRÁSIA LOPES CANEIRO
PI FRANCINETE SANTOS DE ALMEIDA
PI FRANCISCA DA CÁSSIA RODRIGUES BARROS
PI FRANCISCA LUCINEIDE DA SILVA SOUSA
PI FRANCISCO OLIVAN MOTA PINTO
PI GEORGIA AUGUSTA DE FREITAS MELO
PI ISRAEL DE ALENCAR MARANHÃO
PI JOANA PEREIRA DA SILVA ARAÚJO
PI JOSÉ DOS SANTOS
PI KATIANA DOS SANTOS FREITAS
PI Mª DE LOURDES DOS SANTOS CARDOSO
PI MÁRCIA REGINA DE ALENCAR
PI MARIA ALVES DE OLIVEIRA
PI MARIA ANTÔNIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
PI MARIA DO SOCORRO LIMA
PI MARIA DOS REMÉDIOS SILVA LIMA
PI MARIA IRANILZA DOS SANTOS AZEVEDO
PI MARIA SALOMÉ PARENTE PAES
PI MARISE DE SOUSA SANTOS CONRADO
PI MARTA EVELIN DE CARVALHO BONA
PI REGINA MARIA DO NASCIMENTO
PI RUBERVAM MACIEL DU NASCIMENTO
PI SAMARA CARVALHO SAMPAIO
PI SOLANGE MARIA DA SILVA DO NASCIMETO
PI TÂNIA MENDES FREITAS BARBOSA
PI TERCIA CRISTINA RIBEIRO FRANCO
PR ADRIANA LEVINSKI HAMANN
PR ALPALICE ORTENCIA CAMPANHOLI FERRO
PR ALTAIR FERREIRA TEMANSKY
PR ANA VERLING DE OLIVEIRA
PR ANTONIO CARLOS F CALHEIROS
PR ANTONIO DEITOS
PR ATAIDE ROSA
PR CARLOS ALBERTO DOS S. FONTANA
PR CARLOS HENRIQUE M. DA SILVA
PR CÉLIA APARECIDA G. DO VALLE
PR CELIA R. B. DA SILVA
PR EDNA FREITAS MENEZES MARTINS
PR EMERSON JOSÉ NERONE
PR ISABEL FATIMA P. DE OLIVEIRA
PR JESUS AP. MONTELO
PR LEONIDIO JOSE VIEIRA
PR LUIZ ANTONIO SYPRIANO
PR MARCIA BIANCHI COSTA
PR MARCIA REGINA MORAES KAUFMANN
PR MARCOS JOSÉ FERREIRA
PR MARIA APARECIDA D. VALERIO
PR MAURICIO B. DEGELMANN
PR MIGUEL VALCIR DE OLIVEIRA
PR NILO XAVIER ASSUNÇÃO
PR PATRICIA LAURENCE DEFFES
PR ROBERTO GONÇALVES
PR ROBERTO M. BARBOSA
PR ROBSON MIGUEL CAMARGO
PR ROSELI ROSA FERREIRA SOUZA
PR ROSIANY MARIA DA SILVA
PR SANDRA REGINA NISHIMURA
PR SANDRO LUNARD NICOLADELI
PR SOLANGE PINTO SOPRANI
PR TADEU MENDES
PR TAIS REGINA DENHUKE
PR VALDETE RODRIGUES SALVADEGO
PR VALTER ANTONIO MAIER
PR VLADIMIR DE FRANÇA
RJ ALEXSANDRO SOARES DE PAULA
RJ ALZELINA DE MELO FIGUERA
RJ ANA CRISTINA RODRIGUES DA COSTA
RJ ANA LUCIA RIBEIRO
RJ APARECIDA MARIA PONTES CARVALHO
RJ ARLETE COLONESE
RJ CATARINA MARIA SIQUEIRA RESENDE
RJ CLEIDE M. SANTANA
RJ DENISE ALVES DE CARVALHO
RJ EDUARDO ISHIKAWA

RJ ELISETE SOARES PINHO HORTA
RJ ELLEN CRISTINA ADALBERTO MAZZEI
RJ EUCLIDIA MARIA DOINISIO
RJ HAROLDO MARTINS DE FREITAS
RJ IRENE ROSSETO GIACHERINO
RJ JACIARA CAMPOS RIBEIRO
RJ JAIME CÂNDIDO ALVES
RJ JOÃO LUIS DA SILVA
RJ JOEL ALVES CALDEIRA
RJ JOSE DOMINGOS MATTOS DA SILVA
RJ JOSÉ MÁRCIO SERENO
RJ JOSÉ RENATO GAMA DOS SANTOS
RJ JOSE ROBERTO MONIZ DE ARAGÃO
RJ JUSTINO MUNDUALA
RJ LUCINDA GREGÓRIO SEGUNDO
RJ LUIS FERNANDO DE JESUS
RJ LUIZ ANTUNES
RJ MÁRCIA CRISTINA LIMA
RJ MARGARETH GÓMEZ DE AZEVEDO
RJ MARIA APARECIDA MAZIERO VERDAN
RJ MARIA DA GLORIA FIGUEIREDO DE SOUZA
RJ MARIA IRACI MARTINS FARIAS
RJ MARIA JOSE SILVA
RJ MARIANA BEATRIZ FERREIRA PILAR
RJ NADYR RABELO FLORES
RJ NEIROBIS KAZUO NAGAE
RJ NELLY BARBOSA TEIXEIRA DE CARVALHO
RJ PHILLIPE PINHEIRO DA SILVA
RJ PRISCILA STACUL SIQUEIRA
RJ RICARDI DE PAULA ANDRADE
RJ RITA DE CÁSSIA ALVES DOS SANTOS
RJ ROBSON PATROCINIO
RJ ROGÉRIO GOMES DE PAIVA
RJ ROSE MARY FARNUM
RJ SÉRGIO CARLOS DE BARROS
RJ SERGIO TRINDADE
RJ URBANO LEITE GONÇALVES
RJ VALDIR FRANCISCO DA SILVA
RJ WALTER ALBUQUERQUE
RN ANA CELIA GOMES
RN ANDREIA LAUREANO
RN DIÊGO MENDES SILVA
RN DOMINGOS FERREIRA DA COSTA
RN EDSON MORENO DA SILVA
RN FRANCISCA LINA DE ARAÚJO
RN FRANCISCA PALMEIRA DE ALMEIDA SILVA
RN FRANCISCO LEANDRO FERNANDES
RN GERARDO JOSÉ BATISTA GUARÁ
RN GILBERTO DAFONSECA TINOCO FILHO
RN JOSE AMARAL FILHO
RN JOSE EDINALDO DA SILVA
RN JOSE VALCEI DE SOUZA
RN JOSE VICENTE FILHO
RN JOSIANE BEZERRA TIBURCIO
RN LANUSA CRISTINE FABRICIO DE QUEIROZ
RN LETÔNIO BENTO DOS SANTOS
RN LIDIANE FREIRE DE JESUS
RN MANOEL ANTONIO DE BRITO
RN MARCELO RODRIGUES VAZ DA COSTA
RN MARCOS ANTONIO DANTAS
RN MARIA DAS VITORIAS NUNES SILVA LOURENÇO
RN MARIA DO PERPETUO SOCORRO DE ALMEIDA
RN MARIA EDILZA LIMA DA SILVA
RN MARIA ISOLDA DANTAS DE MOURA
RN MARIA LUIZA FERREIRA DE OLIVEIRA BARBOSA
RN MARIA NAIZE DE ARAÚJO
RN PAULO ROBERTO PALHANO SILVA
RN RAIMUNDO BEZERRA GUIMARÃES
RN VERA LUCIA RODRIGUES CIRILO
RN VILMA APARECIDA DE ARAUJO
RN WALLACE GOMES REGIS
RO ANDRÉA CHRISTIANNE DA SILVA MENDES
RO ELAINE CRISTINA DIAS
RO GERALDO GONZAGA DE LIMA
RO GILBERT ANGERAMI LOPES
RO JOSÉ CARLOS MONTEIRO GADELHA
RO JOSÉ MIGUEL CAPAPÉ ABÓS
RO LEANDRO DIAS MARTINS
RO LICÉLIO JOSÉ PINTO RIBEIRO
RO MAGDA PASSOS PAES
RO MARCOS AUGUSTO GOMES SUSSUARANA
RO MARIA CLARISSE ALVES BRAGA
RO MARIA DALVANI DE SOUZA
RO MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA CRUZ OBRIGON
RO MARIZETE BRAGA
RO MIRIAN GARCIA
RO OCILENE GONÇALVES SOARES DO NASCIMENTO
RO ROSINETE DA COSTA OLIVEIRA LEITE
RO SAMUEL ROCHA DOS SANTOS
RO VILANI ESTEVÃO DE SOUZA
RO WILSON ALMEIDA AMANCIO
RR ALCIDES GALVAO DOS SANTOS
RR DAVI MACEDO DOS SANTOS
RR ELENIR MARUAI
RR ELIELMA COELHO DERZI
RR ESTELITE PEREIRA DOS SANTOS
RR IANA DOS SANTOS VASCONCELOS
RR ISIS BELARMINO BARBOSA
RR JAQUELINE PEREIRA DO NASCIMENTO
RR JOSENILDO BEZERRA DE OLIVEIRA
RR MARIA DA GRAÇA CORREA
RS ADÃO JOSÉ VAZ DE OLIVEIRA
RS ADILES OLIVEIRA DA SILVA
RS ALCINDO RODRIGUES PEREIRA
RS ALTEMIR ANTÔNIO BOITA
RS ANA EDÍLIA FLORES MOSSATE
RS ANA MERCEDES SARRIA ICAZA
RS ANA PAULA MEDEIROS DE LIMA
RS ANALINE ALMEIDA SPECHT
RS ARLINDO KIRCH WILLERS
RS ATAÍDES LEMOS COSTA
RS BEGAIR DO CARMO FLORES
RS BIANCA MOREIRA CAETANO
RS CARLA MARTIANE NICOLETTI
RS CARLOS ALBERTO DA CUNHA FLORES
RS CARLOS HUMBERTO RIGON
RS CLARA MAGNA KONRATH IRASSOGUY
RS CLÁUDIO FEIDEN
RS CLÁUDIO GILBERTO CARVALHO TEIXEIRA
RS CLAUDIOMIRO R. MACHADO
RS CLÉDIS REZENDE DE SOUZA

RS DAIZON DE OLIVEIRA STOQUETTI
RS DANUBIA GONÇALVES DOS SANTOS
RS DÁRIO VENSKE NEUTZLING
RS DAVID TATTO
RS DELMAR DA ROSA RODRIGUES
RS EDER DION
RS EDSON LEONARDO PILATTI
RS ELAINE M. BILIBIO PARCIANELLO
RS ELISABETH GONÇALVES CASSURRIAGA LIMA
RS ENELI FRANCISCA GOULART LEITE
RS ENIO ANTONIO BRIZOLA
RS EVA GARCIA FUENTES
RS FÁBIO ROBERTO MORAES LEMES
RS FLÁVIA ROSÂNGELA ORTIZ RETAMAR
RS GEDIRA NISCHE DA LUZ
RS GILKA RODRIGUES
RS GILSON BOAVENTURA GOMES DOS SANTOS
RS GUSTAVO AZAMBUJA OLIVEIRA
RS HEIDI FERREIRA
RS IÁRA BORGES ARAGONEZ
RS IRACI BIANCHI
RS ISABEL CONCEIÇÃO OLIVEIRA COSTA
RS IVANIO DICKMANN
RS JACIARA DA SILVEIRA
RS JAIME FERREIRA DA SILVA
RS JAIME LUCIO MACHADO CARVALHO
RS JAIR ANDRÉ ZIEMBOWICZ
RS JAIR XAVIER
RS JAIRO CESAR FERREIRA
RS JESUS WILLI SALGADO KICKOFEL
RS JOANA BATISTA FERNANDES BRUM
RS JOÃO GUSTAVO UBERBACHER
RS JOÃO VICENTE CARDOSOS DA SILVA
RS JOHN FERNANDO FARIAS WURDIG
RS JONATHAN DE SOUZA DA SILVA
RS JORGE LUIS ELIAS RODRIGUES
RS JORGE SOLISMAR DA SILVEIRA COSTA
RS JOSÉ ALEX BORGES MENDES
RS JOSÉ CARLOS PERANCONI
RS JOSÉ ORILDO CARDOSO
RS JOSÉ RUBENS GUIMARÃES
RS JUCIANE GARCIA MARTINS JOBIM
RS LEOMAR DA SILVA
RS LILIAN MARGARETH WILTGEN
RS LOURDES SAUTIER
RS LUCAS HENRIQUE DA LUZ
RS LUCIANO LUZ DE LIMA
RS LUCIO UBERDAN FERNANDES DE MACEDO
RS LUIS ALBERTO FERREIRA DIAZ
RS LUIS CARLOS DA SILVA
RS LUIZ EGÍDIO TAVARES
RS LUIZ FRANCISCO TEIXEIRA
RS MAGALI MENDES DE MENEZES
RS MARCELO AFONSO VICTÓRIA
RS MARCELO NALÉRIO DOS REIS
RS MARIA ALBERTINA GOULART
RS MARIA DE LOURDES MAIER
RS MARIA DO CARMO MACHADO VICTORINO
RS MARIA LENI DE MORAES
RS MARIA LISIANE QUEVEDO CUNHA
RS MARIA MAGDALENA C. DALCIN
RS MARIA MARGARETE VIDAL DA SILVA
RS MARIA ODETE FALCÃO
RS MARILISE FRÓES DA SILVA
RS MARILUCI VELASQUES POSSEBON
RS MARINÊS BESSON
RS MARISTONI LIMA DE MOURA
RS MARLI AIRES MEDEIROS
RS MARLON CARNIEL
RS MARLUI TELLIER
RS MAURO LUIS VIEIRA CRUZ
RS MIGUEL ANGELO GOMES DE ARAUJO
RS MIGUEL PERCÍLIO NUNES E SILVA
RS MIGUEL STEFFEN
RS MILTON JOSÉ PANTALEÃO JUNIOR
RS NAIR BRESOLIN
RS NELSA FABIAN NESPOLO
RS NERI PINTO MIRAPALHETE
RS NEUZA PISTORE
RS PAULO LISANDRO AMARAL MARQUES
RS PAULO ROBERTO TAVARES
RS PEDRO OSMAR DA SILVA ACOSTA
RS QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
RS RAFAEL FAGUNDES ROCHA
RS RENATO FERREIRA
RS ROBERTO POTÁCIO ROSA
RS RODRIGO MENDES NOCCHI
RS ROGÉRIO LUIS KARPINSKI
RS ROSÂNGELA DORNELLES
RS ROSI MERI ALVES
RS ROSIANE VIEIRA FELIPE MUCKE
RS SANTINHO DOS SANTOS CARVALHO
RS SELMAR ALDONI DOS SANTOS SEVERO
RS SÉRGIO ROBERTO KAPRON
RS SILVIA BORTOLATO MACHADO
RS SOLANGE CARMEM MANICA
RS SUZETE TEREZINHA PIRES DE OLIVEIRA
RS TANIA TERESINHA JARDIM ROMEIRO
RS TEREZINHA RODRIGUES RIBEIRO
RS TEREZINHA SALLET RUZZARIM
RS THEREZINHA DE JESUS LUCAS HOLZ
RS TOMAZ GALVÃO DE BEM
RS VALDIR DOS SANTOS
RS VERA DE FÁTIMA DOS SANTOS
RS VERA LÚCIA DE LIMA SILVA
RS VERA REGINA GHILOSSO BORTOLINI
RS VITOR HUGO MORAES DOS SANTOS
RS ZAIR DOS SANTOS BARBOSA
SC ALFREDO SCOTTINI
SC ANA MARIA DE BORBA
SC ANDREA VIANA FAUSTINO
SC ANTONIA OGLIARI TALGATTI
SC ANTONIO CARLOS LEANDRO
SC ARLINDO RAMA
SC BERNADETE PANCERI
SC CLAUDIA REGINA TELLES
SC DAURA TEREZINHA CORREIA FLORES
SC DERLI ANTUNES PINTO
SC EDSON LUIZ BALDISSERA
SC ELISETE GESSER DELLA GIUSTINA DACOREGIO
SC ELY DAS GRAÇAS SOUZA
SC ERASMO PAVESI

SC EVERTON DELLA GIUSTINA
SC JAIR ANTUNES
SC JOÃO PEREIRA
SC JOATAN PEREIRA
SC JOSÉ FABRÍCIO MELO
SC KARINA V. CARVALHO FREITAS
SC LILIANA R. DAL SASSO COPETTI
SC LORENA DE FÁTIMA PRIM
SC MANOEL LINO NASCIMENTO
SC MARCO FERNANDO DA LUZ
SC MARIA DAS GRAÇAS SILVA
SC MARIA HELENA KIRCHNER
SC MARLENE CATÃO
SC MAURICIO WEIDGENANT
SC OSNY MACIEL JUNIOR
SC PATRICIA PIKOCZ FREITAS
SC PAULO DALFOVO NETO
SC ROMERO SOUZA
SC ROSANGELA DARUGNA
SC SHIRLEI AGOSTINA FERRARI DA SILVA
SC SILVIO ANTONIO DIEHL
SC VILMAR MAGAGNIN
SC VILSON KOSCREVIC
SC WERNER ALEXANDRE TKOTZ
SC ZACARIA VENICIO ROSA
SE ADILSON CARLOS LEITE
SE DENISE SANTOS DA CONCEIÇÃO
SE ELIANE PEREIRA DOS SANTOS
SE GICELMA SANTOS
SE GINALDO CUSTÓDIO LESSA
SE IRANI ATAÍDE SILVA
SE IZABEL SANTOS
SE IZAURA LÚCIA DA FONSECA SOBRAL
SE JAIR DE JESUS SANTOS
SE JOSÉ AUGUSTO LIMA
SE JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO
SE JOSEFA ANDRÉIA ALMEIDA SANTOS
SE JOSEFA DORIA DE ALMEIDA
SE JOSEFA EULINA DOS SANTOS COSTA
SE MARIA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA VASCONCELOS
SE MARIA LÚCIA DE JESUS SILVA
SE MARIZETE DOS SANTOS
SE RAFAELA DA SILVA ALVES
SE ROSEMEIRE BEZERRA DA SILVA
SE SIMONE ADRIANA VASCONSELOS SOBRAL
SE TIAGO RODRIGUES DA COSTA
SE VANDETE SANTANA
SE WELLINGTON DE OLIVEIRA SANTOS
SP ADALBERTO SABINO
SP ADAUTO FERNANDES MARCONSIN
SP ADRIANE JULIAO OLIVEIRA
SP ALESSANDRA MARTINS FELIX
SP ALEXANDRE AUGUSTO CECCON
SP ALVARO EDWING TELLO ZAMORANO
SP ANA MARIA GALLUZZI
SP ANA NEVES DOS SANTOS
SP ANDERSON DA SILVA
SP ARILDO MOTA LOPES
SP ATÍLIO MACHADO PEPPE
SP BERNADETE VENANCIO SOUZA COELHO
SP CAMILA CAPACLE
SP CARLOS ALBERTO DOMINGUES
SP CLAUDIO DOMINGOS DA SILVA
SP COLMAR DOMINGUES
SP CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA
SP DALVA PINHEIRO DE ALMEIDA PAGANI
SP DIVANIL MAGALHÃES LA MOTTA
SP EDSON ALEX ZITEI
SP EDSON LUIZ SOUZA FELIPE
SP ELISANGELA SANCHES
SP EMILIA MARIA DOS SANTOS
SP FABIANA DE OLIVEIRA BERNARDO
SP FÁBIO COSTA MORAIS DE SÁ
SP FABÍOLA ZERBINI
SP FERNANDO SANTOS DA SILVA
SP FRANCISCA MARIA LIMA ARAUJO
SP FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU
SP FRANCISCO MENDES DE BARROS
SP GEORGINA LOBATO DA SILVA
SP HUBERLAN RODRIGUES
SP IRANI DESTEZ SANTOS
SP ISAURA CAVALCANTE CANDIDO
SP IZABEL CRISTINA REZENDE
SP IZOLDA MARIA BATISTA
SP JEAN PIERRE PASSOS MEDAETS
SP JEFFERSON CARLOS DA FONSECA
SP JOAO BATISTA DE SOUZA
SP JOÃO RODRIGUES DE SOUZA
SP JORGE DUTRA SALLES
SP JOSE VIEIRA DE SOUSA
SP KARLA YOSHIDA ARNS
SP KATHIA REGINA S. GOMES
SP LEONINA BENEDITA DA SILVA
SP LOIDE DA SILVA VEIGA
SP LUCIANE CRISTINA FERRARETO
SP LUCIANO SIQUEIRA MINA
SP MARCELINA MENDES DA SILVA MENDOZA
SP MARCIA PASTRELLO
SP MARCO ANTONIO ALVES JORGE
SP MARIA APARECIDA DOS REIS ADRIANO
SP MARIA APARECIDA FRANCISCA DA SILVA TOZZINI
SP MARIA APARECIDA LOPES
SP MARIA CICERA DE SALLES
SP MARIA DA PENHA APARECIDA C. GUIMARÃES
SP MARIA DE FATIMA NIERI ENEDINO
SP MARIA DO CARMO DA SILVA
SP MARIA DO CARMO GUEDES ZAHE
SP MARIA PAULA PATRONE REGULES
SP MARIA REGINA OLIVEIRA MARTINI COTTES
SP MARINA DE SOUSA LIMA
SP MARLENE ALVES BONFIM
SP MAXWEL M. MORAES
SP MICHEL CANTAGALO
SP MIREILLE PAULINE GROSSO
SP NANCY ARAUJO GORSKI DAMACENO
SP NEIDA SANTOS
SP NILZA SOUZA FRANCISCO
SP NOE HUMBERTO CAZETTA
SP NORMA ROSELI SEGATTI
SP OSCARINA CAMILO
SP PAULA MELO
SP RAIMUNDO NONATO SOARES DOS SANTOS
SP REGIANE CAMARA NIGRO
SP REGINA MARCIA RODRIGUES NASCIMENTO

SP RENATO SILVEIRA MARTINS
SP REYNALDO NORTON SORBILLE
SP ROBSON GRIZILLI
SP RONILSON CARLOS OLIVEIRA
SP ROSALINA CRISTINA DE SOUZA
SP ROSEMAR DONIZETE LEMOS
SP ROSIMEIRE BROGNARO REZENDE
SP SANDRA PRAXEDES
SP SIDNEY ROBERTO MORELLI
SP SONIA AUGUSTO BARBOSA
SP VAGNER DOS SANTOS TEIXEIRA
SP VALDIR FERREIRA
SP VANDERLÉA LIMA SENA PEREIRA
SP VANESSA MARIA BRITO DE JESUS
SP VANESSA MESQUITA
SP VERA LÚCIA UBALDINO MACHADO
SP VILSON RODRIGUES DA COSTA
SP WALMIR JOSE DE ALMEIDA
SP WILSON EVANGELISTA SANTOS
SP WILSON STAVARENGO PEREIRA
SP ZULEIDE ANDRADE MARTINS
TO ALIENE MARTINS COSTA
TO ÂNGELO SIRNÁPTE DA MATA DE BRITO XERENTE
TO ANTONIO MARCOS DA SILVA
TO ANTONIO MOREIRA DE SOUSA FILHO
TO ELIETE DA SILVA XERENTE
TO ENI TEREZA DA CUNHA
TO FRANCESA RODRIGUES DA SILVA
TO HELIA GOMES MOREIRA
TO HELOISA DE CASTRO E. BORGES
TO IVONETE PEREIRA DE SÁ NOGUEIRA
TO JOSÉ CELSO CARBONAR
TO JOSELITO PAIVA DE ALMEIDA
TO JOSIRENE DA SILVA LIMA
TO JULIANA RIBEIRO MORAIS
TO MARCO TÚLIO SILVA MACEDO
TO MARCUS VINÍCIUS ALVES FINCO
TO MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES
TO MICHELLE DE ARAÚJO E SILVA
TO REGINA CÉLIA BARBOSA ABREU
TO VALDELÍCIA GOMES DA SILVA
TO VERA LÚCIA ALVES RODRIGUES
TO VERÔNICA CARDOSO DIAS
TO ZILMAR CUNHA

Delegados Nacionais

NAC ADEMAR DE ANDRADE BERTUCCI
NAC ADRIANA ARANHA
NAC ALONSO NUNES COELHO
NAC ALTAIR DE SOUZA
NAC ANDRÉIA INGRID MICHELE DO NASCIMENTO
NAC ANGELA MARIA SCHWENGBER
NAC ANTONIO HAROLDO PINHEIRO MENDONÇA
NAC ANTONIO MARANGON
NAC ANTONIO MUNARIM
NAC AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS
NAC BENEDITO ANSELMO MARTINS DE OLIVEIRA
NAC CARLOS ROGÉRIO DE CARVALHO NUNES
NAC CRISPIM MOREIRA
NAC DALILA MARIA PEDRINE
NAC DAVI LUIZ SCHMIDT
NAC DENISE PACHECO
NAC DIONE SOARES MANETTI
NAC DOMINGOS OLIMPIO DA SILVA
NAC EDMAR ROBERTO PRANDINI
NAC ELCIONE DINIZ MACEDO
NAC EUNICE LÉA DE MORAES
NAC FABIANA PEREIRA GOMES
NAC FABIO JOSÉ BECHARA SANCHEZ
NAC FÁBIO JOSÉ BECHARA SANCHEZ
NAC FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA
NAC GILSON ALCEU BITTENCURT
NAC GRAZIA DE GRAZIA
NAC HELIANA KÁTIA CAMPOS
NAC JOÃO CARLOS G. BARRETO
NAC JOSÉ PAULO CRISÓSTOMO PEREIRA
NAC JOSUÉ PIRES DE CARVALHO
NAC JUAREZ DE PAULA
NAC LENIVALDO MARQUES DA SILVA LIMA
NAC LUCIANO MADURO ALVES DE LIMA
NAC MAGDA SOARES LESSA
NAC MANOEL VITAL DE CARVALHO FILHO
NAC MILA BRAGA DE LILMA
NAC MIRIAM CAETANA DE SOUZA FERREIRA
NAC NIRO RONI NOBRE BARRIOS
NAC OLANISE FERREIRA DOS SANTOS
NAC PAUL SINGER
NAC PAULO CÉSAR LACERDA DE OLIVEIRA
NAC PAULO ROBERTO DA SILVA
NAC PAULO SÉRGIO DE CASTELHO
NAC REJANE MARIA DE OLIVEIRA
NAC RENATA NILO REZENDE
NAC RICARDO ANDRES CIFUENTES SILVA
NAC RICARDO ANTÔNIO DE SOUZA KARAM
NAC ROSELI BUENO DE ANDRADE
NAC SIMONE ETERNA COELHO
NAC SOILA MARIA BRILHANTE DE SOUSA
NAC SONIA MARIA ROCHA HECKERT
NAC TIAGO FALCÃO SILVA
NAC VALMOR SCHIOCHET
NAC VANDRÉ GERALDO MONTEIRO
NAC VITAL FILHO

[1] Conforme listagem de Delegados(as) credenciados fornecida pela empresa contratada para a Conferência.

Fotos


BR
PETROBRAS
Economia Solidária
economia solidária
Economia
Solidária
Outra economia
acontece
economia solidária


Credenciamento
PA MG RR RS ES




Economia Solidária
Outra economia acontece
AMAPÁ
CEARA




Economia Solidária
Outra economia acontece

economia solidária

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE